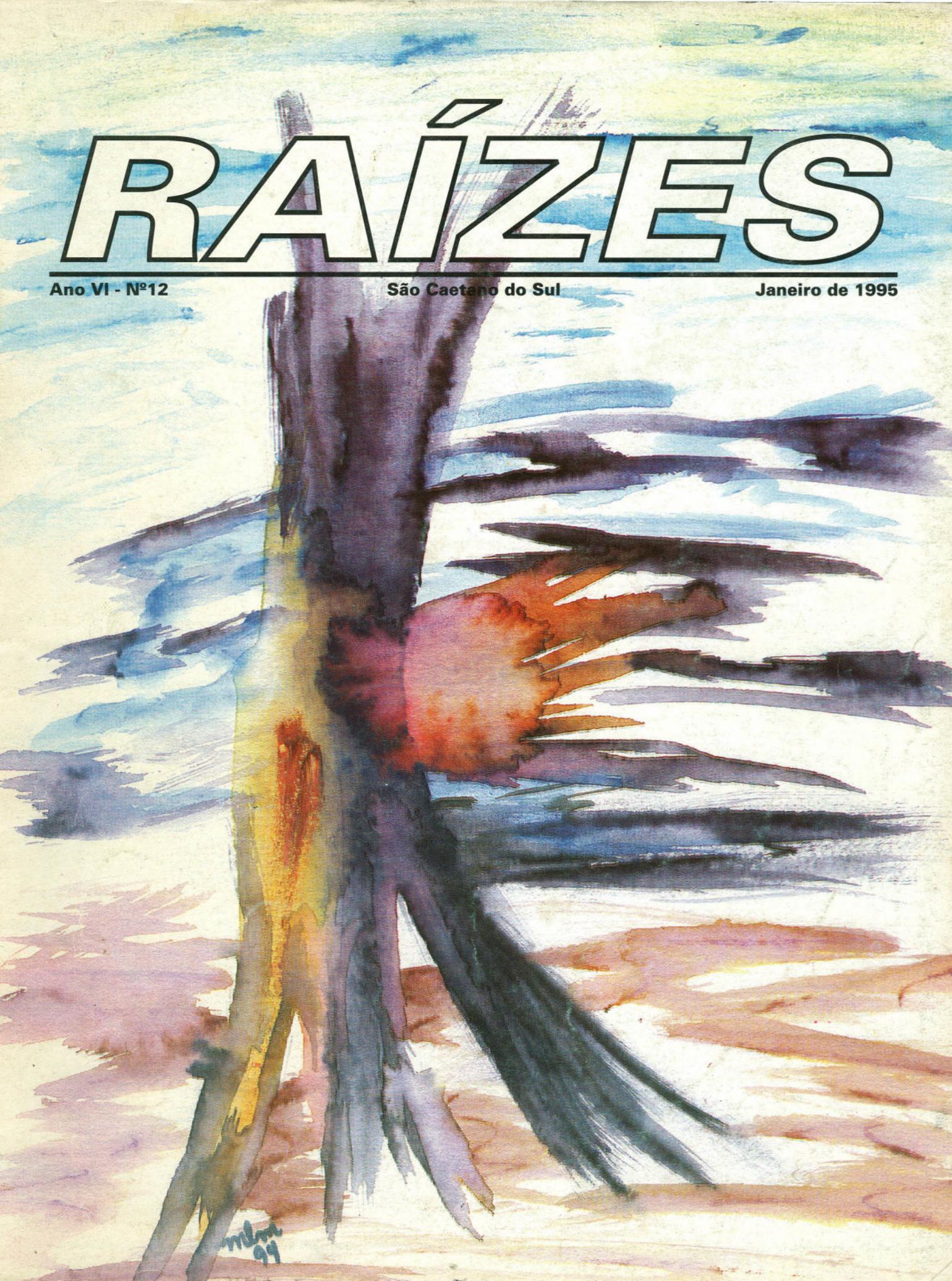


RAÍZES

Ano VI - Nº12

São Caetano do Sul

Janeiro de 1995



mlm
94

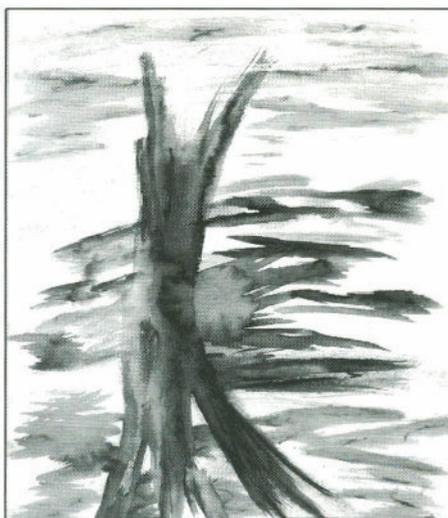
Histórias que a História nos conta

Há 67 anos, a população de São Caetano buscava obter a emancipação político-administrativa. Corria o ano de 1928, em plena República Velha. A tentativa foi malsucedida. Contudo, duas décadas mais tarde, exatamente em 1948, a autonomia seria obtida, a duras penas, num jogo político que tem meandros que a História oficial não contou ainda em momento algum. Por isso, na seção intitulada História Política (inaugurada na edição anterior da revista), o ex-vereador Jordano Vincenzi, autonomista de 1948, revela diversas passagens que ele próprio viveu. O depoimento começa a reconstituir o tecido de um movimento que gestou o Município atual - premiado por inúmeros epítetos, graças ao padrão de vida da população, graças à infra-estrutura existente e graças aos níveis de escolarização existentes dentro dos limites da cidade. O que gerou a autonomia foi exatamente um quadro oposto, um quadro de abandono e mau atendimento em termos de serviços públicos oferecidos por Santo André.

De certo modo, desde o primeiro número, Raízes tem buscado eviscerar a historiografia oficial (ou oficialista), com o objetivo de traçar os caminhos de histórias que a História (ainda) não conta. Portanto, sempre figurou como objetivo básico da revista a publicação de textos inéditos - fossem textos acadêmicos, não-acadêmicos ou entrevistas -, a fim de possibilitar ao público leitor contato direto com tantos e tantos aspectos aparentemente ocultos da vida passada do Município.

O depoimento de Vincenzi é apenas exemplo desse mergulho no passado não muito distante, cujo objetivo é o de mostrar - sob a perspectiva do personagem-participante - por dentro o movimento autonomista de 1948. O raciocínio, contudo, vale para os demais domínios da História da cidade e da região.

O Editor



Capa: Ilustração de Marisa Serrano de Almeida (estudante de Artes Plásticas da Fundação das Artes de São Caetano do Sul)



Contracapa: Ilustração de Marli das Graças Silveira Palombino (estudante de Artes Plásticas da Fundação das Artes de São Caetano do Sul)

RAÍZES

Ano VI - Número 12 - JANEIRO DE 1995

Publicação semestral - Distribuição Gratuita
Publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul
Rua Eduardo Prado, 201 - CEP 09581-200 - São Caetano do Sul (SP) - Telefones- (011)-441-1000, ramais 235,248 e 249; (011) 743-4618 (fax); telex - 114-4938

Editor/jornalista responsável
ALEKSANDAR JOVANOVIĆ
(MTb 13.165 - Sipesp 7.290)

Conselho Editorial
Ademir Médici, Antonio de Andrade, Aleksandar Jovanovic, Claudinei Rufini, Henry Veronesi, Oscar Garbelotto, Silvio José Buso, Sônia Maria Franco Xavier, Valdenízio Petrolli

Publicação editada com apoio da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Fotos

Reproduções de Yoji Agata, José Honório de Castro, Gilson Cirino dos Santos e Antonio Reginaldo Canhoni

A revista RAÍZES está aberta à colaboração de pesquisadores da História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à Redação não são devolvidos, com exceção de fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião da revista.

Computação Gráfica
Plano Piloto (716-0833)

Impressão
Grande ABC Artes Gráficas S/A (712-5155)

ÍNDICE

- 4 - *História Política*
O ideal emancipacionista de São Caetano
Henry VERONESI
- 10 - Jordano Vicenzi revela diversas histórias sobre a autonomia
- 18 - Ventura, seis mandatos de vereador
- 21 - *Artigos*
Memória e Cultura: um jogo de espelhos
Aleksandar JOVANOVIĆ
- 26 - A Casa da Fábrica Formicida (Crônica de um passado)
Jayme da Costa PATRÃO
- 29 - Verona - a pérola do Vêneto
Arnaldo TREBICOCK
- 34 - A volta do Vigilante Rodoviário
Antonio de ANDRADE
- 38 - Os metalúrgicos nas origens do novo sindicalismo
Antonio Luigi NEGRO
- 42 - Roberto Simonsen (1889-1948) e sua ligação com São Caetano
- 46 - Uma história que vem desde a década de 50: Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano
Humberto Domingos PASTORE
- 51 - Fundação Municipal Anne Sullivan - arte e amor do caminho dos deficientes
José Roberto GIANELLO
- 56 - Crescimento demográfico e adensamento acelerado (o caso de São Caetano)
João Carlos de MORAES
- 58 - Petrobrás - breve história dos dutos e terminais do Centro-Oeste e São Paulo
Luiz de Lima Buzelin
- 62 - *Esportes*
Humberto Piccolo, um esportista exemplar
Oscar GARBELOTTO
- 66 - Gisela, quase meio século de tradição
Alberto do Carmo ARAÚJO
- 69 - Lodi, 78 anos de São Caetano, E muitas lembranças interessantes
Ana Lúcia Machado ALMEIDA
- 71 - *Memória*
O hino do Ideale - música e letra
- 72 - Romaria
Gisberto GRIGOLETTO
- 73 - *Registro*
São Caetano recebe delegação italiana
- 75 - Congresso de História do ABC abre os festejos de São Caetano
- 77 - Exposição mostra a história do Rádio
- 78 - Prefeitura realiza a I Conferência Municipal de Educação
- 79 - História: Fundação Pró-Memória promove exibição de vídeos sobre o Município
- 80 - São Caetano comemora 46º aniversário de autonomia
- 81 - Natal: Oficinas e Exposições
- 82 - *Memória Fotográfica*



Números privilegiados, problemas redobrados

As estatísticas brasileiras (e até mesmo internacionais) têm apontado São Caetano como cidade que detem números privilegiados no cenário nacional, o que lhe vale a alcunha de cidade rica. Por um lado, podemos orgulhar-nos do fato de que em menos de meio século de autonomia político-administrativa, o Município possa ter alcançado esse patamar. Por outro, os números privilegiados sinalizam problemas crescentes: a indústria, que já foi mola-mestra do progresso da cidade, não tem como expandir-se e, assim, o mercado de trabalho precisa ser rediagramado; a manutenção de uma infra-estrutura complexa requer cada vez mais recursos; as fontes de recursos do Poder Público precisam ser cada vez melhor definidas, a fim de evitar impasses a médio prazo.

Por que contemplar, então, o passado, se temos dificuldades presentes e outras que já se desenharam no horizonte do futuro muito próximo? Razão simples: embora o tempo seja invenção humana, precisamos cuidar da conservação da memória dos que ajudaram a construir aquilo que já temos para melhor compreender aquilo que devemos fazer daqui para frente. Num mundo cada vez mais complexo, talvez seja o momento de aprender com algumas soluções engenhosas do passado. E, acima de tudo, aprender lições de vida com o espírito de luta daqueles que lançaram os alicerces da História que continuamos revisitando nas páginas de Raízes.

Antonio Dall'Anese

ANTONIO DALL'ANESE

Prefeito

São Caetano do Sul, Janeiro de 1995

O ideal emancipacionista em São Caetano

Henry VERONESI (*)

Acervo: S. Caetano Jornal

A Constituição da República do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, já consagrava, em seu Artigo 68, a autonomia municipal, assegurando à menor célula política-administrativa do Estado a liberdade no gerenciamento de assuntos que lhe fossem particulares, estabelecendo: "Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse."

Acervo: S. Caetano Jornal



Fac-simile da primeira página do S. Caetano Jornal, de 7 de abril de 1929, em que um longo artigo discorre a respeito do primeiro aniversário de fundação do Partido Municipal de São Caetano

AO POVO

O PARTIDO MUNICIPAL DE SÃO CAETANO - organização partidária que, visando o engrandecimento desta localidade, propugna pela elevação deste distrito a município - de acordo com o seu programa, inicia amanhã, domingo, às 18 horas, no salão do Clube "Flôr do Mar", gentilmente cedido para esse fim, o desenvolvimento de sua ação realizadora, explanando publicamente, por meio de conferências, discursos e palestras, os pontos capitais da ideia da emancipação de São Caetano, unico e verdadeiro meio de tornar esta terra digna de seus recursos e de sua grandeza.

Sendo a causa do município de São Caetano, a causa maxima do proprio povo, espera-se que todo o cidadão que pensa zelar pelo futuro desta localidade; quiza pelo de seus proprios filhos, compareça a referida reunião, onde falaram varios oradores.

Pela grandeza e pelos direitos de São Caetano - a sua independencia!

SÃO CAETANO, 26 DE MAIO DE 1928.

O DIRECTORIO:

Dr. Armando de Arruda Pereira
José Mariano Garcia Junior
Pedro Attenfelder Cintra Silva
Bonifacio Pantino de Carvalho
Antonio Flaquer
David Monteiro Gomes
Mathews Constantino
João Bisquolo
Serviliano Silva

Manifesto do Partido Municipal de São Caetano, publicado no S. Caetano Jornal, em 26 de maio de 1928, convocando a população para reunião que, no dia seguinte, discutiria a causa emancipacionista

O Estado de São Paulo, lastreado nesse princípio, isto é, no poder que lhe foi conferido pela Carta Magna, de organizar-se em pequenos territórios denominados Municípios, promulgou a sua Constituição Estadual, estabelecendo: "... o território do Estado é dividido em Municípios, que constituem a base da organização estadual..."

Esse dispositivo constitucional estadual, devido ao problema criado a respeito da grande demanda

de reivindicações emancipacionistas, foi regulamentado por lei ordinária, denominada Lei Orgânica do Estado de São Paulo. A Lei nº 1.038, de 19 de dezembro de 1906, dispõe, entre outras coisas, sobre a organização municipal no Estado de São Paulo. Decretada pelo Congresso Legislativo [hoje Assembléia Legislativa], foi promulgada pelo então presidente do Estado de São Paulo [hoje governador do Estado], Jorge Tibiriçá. No Artigo 2º, estipulava que era competência exclusiva do Congresso Legislativo a criação e o desmembramento nos Municípios, assim como as delimitações de suas áreas territoriais e fixação de suas sedes. Isso, porém, era relativa, pois dependia sempre de consulta expressa ao Município interessado. O Artigo 3º fixava as condições mínimas que uma região teria de possuir para ser



Fac-simile da primeira página do S. Caetano Jornal, de 11 de outubro de 1928, com manifesto dirigido ao eleitorado pelos candidatos a vereador Armando de Arruda Pereira, José Mariano Garcia Júnior e João Bisquolo



Fac-simile da primeira página do S. Caetano Jornal, edição de 29 de julho de 1928, cujo editorial tem o sugestivo título de "A Emancipação de São Caetano e o Dedo de Deus"

elevada à categoria de Município: determinava, já no caput, que só as regiões (territórios) com mais de 10.000 (dez mil) habitantes poderiam transformar-se em Municípios. Em seus itens e parágrafos seguintes, continuavam as demais condições. O território, para reivindicar separação do Município-sede, necessitava, também, possuir [em sua sede regional] pelo menos 100 prédios bons, somados a uma população mínima de 1.000 habitantes; ter prédios para duas escolas, uma para alunos do sexo masculino, e outra para alunos do sexo feminino e, mais prédio para Cadeia Pública; ter uma renda anual de impostos, comprovada, nunca inferior a 20 contos de réis e fácil saneamento.

A Lei Orgânica do Estado de São Paulo criava para os novos Municípios obrigações, como aquela expressa no parágrafo 4º, do Artigo 3º, que os responsabilizava por uma quota-parte das dívidas e obrigações contraídas pelo Município prejudicado.

No processo de emancipação [em que era necessário comprovar as condições impostas citadas acima] era preciso, também, ser juntada uma representação dos habitantes da zona, solicitando a aprovação do novo Município, assim como o novo nome, uma vez que a competência para o julgamento da emancipação e a fixação do nome do novo Município era do Congresso Legislativo.

Com essa abertura legal, muitos vilarejos e distritos de Municípios paulistas iniciaram movimentos separatistas que, muitas vezes, se caracterizavam somente pelo interesse político da região. Na maioria das vezes, contudo, pela liberdade administrativa e autonomia mu-



Artigo de fundo do S. Caetano Jornal, na primeira página da edição de 20 de outubro de 1928, defende a emancipação de São Caetano. No rodapé da primeira página, um anúncio do próprio veículo afirma: Por São Caetano! O vosso título de eleitor. Por São Paulo!

nicipal, direito delegado pela Constituição Nacional.



Fac-simile da primeira página do S. Caetano Jornal, edição de 11 de novembro de 1928, exortando o eleitorado da cidade a filiar-se ao Partido Municipal e a defender a emancipação política



Foto de Antonio Flaquer, de 1929

O Jornal de São Caetano

São Caetano somente iniciou em 1925 o seu movimento separatista, época em que pertenc-



José Mariano Garcia Júnior, foto de 1920

cia territorialmente ao Município de São Bernardo. O movimento hibernou praticamente no intervalo entre os anos de 1925 a 1928. No início de 1928, começou a tomar corpo, fortalecendo-se com a criação e fundação do jornal São Caetano Jornal (não confundir com o Jornal de São Caetano, fundado muitos anos depois). O periódico - um semanário - desde o primeiro número [publicado num domingo, 15 de janeiro de 1928] empunhou a bandeira da emancipação do Município de São Caetano e, durante seus dois anos de existência, lutou, de maneira insistente, contra a política de São Bernardo [radicalmente contrária à perda do território de São Caetano, distrito que lhe dava boa receita anual aos cofres]. No editorial, denominado Saibam quanto..., trazia a público, quase em todas as publicações domingueiras, materiais alusivos à necessidade da separação pretendida, incitando a população a aceitar a

idéia. Embora o jornal se auto-intitulasse como órgão apolítico, suas tendências eram mais republicanas do que democráticas. Era de propriedade de R.C. Carvalho & Cia e mantinha a redação à rua Rio Grande do Sul, nº 7, em São Caetano. Seu diretor- responsável era Raimundo Cyriaco de Carvalho, advogado militante no Fórum da Capital.

Numa de suas primeiras publicações, em 29 de janeiro de 1928, assim se expressava a respeito da autonomia: "Seria insensatez conceber semelhante plano? Pois bem: é elle (sic) que se deseja applicar(sic) a S. Caetano, embora enfeitado com roupas mais sim-



João Bisquolo, em fotografia dos anos 20

ples; a S. Caetano que tendo tudo quanto a Lei Orgânica do Estado exige para um districto de paz pleitear sua autonomia municipal - rendas, escolas, população, edifícios, fácil saneamento - elementos esses superiores aos que possuem 90 por cento dos municípios do Estado, não precisa, não póde(sic), não deve ter o direito



Armando de Arruda Pereira, em fotografia publicada pelo S. Caetano Jornal, em 1928



Fac-símile da primeira página da edição de 13 de janeiro de 1929, do S. Caetano Jornal, por ocasião da comemoração do primeiro aniversário de fundação do jornal

de dirigir os seus destinos internos consagrados em lei, porque vae(sic) tendo tudo sem trabalho, commodamente(sic), apenas pagando alguns impostos."



Saladino Cardoso Franco, prefeito do Município de São Bernardo, entre 1914 e 1930

Em outro editorial, em 12 de fevereiro de 1928, conclamava: "S. Caetano tem, de facto(sic), direito à sua autonomia municipal, porque a conquistou pelo trabalho honesto, pelo esforço exclusivo dos que aqui vivem e luctam(sic), sem favor, sem auxílio e sem tutor terceiros(sic)".

Os ataques contra o governo municipal do Coronel Saladino Cardoso Franco, prefeito municipal de São Bernardo do Campo, eram constantes, sobrando críticas ao jornal Folha do Povo, de São Bernardo, partidário da política da administração sambbernardense. O movimento autonomista, embora tivesse o aval da maioria da população de São Caetano, politicamente não encontrava

eco. O reduto predominante da política da região concentrava-se em São Bernardo e uma separação territorial era coisa que menos interessava para os políticos do distrito da sede. A autonomia de São Caetano não interessava aos políticos e nem ao governo municipal, pois o desligamento do distrito traria grandes prejuízos [não só de ordem política, mas de ordem territorial e administrativa, pela perda de parte de sua área e pela perda de receita], com a diminuição da arrecadação de tributos.

O Partido Municipal

Com a finalidade de engrossar o movimento pela emancipação, cidadãos de São Caetano fundavam o Partido Municipal de São Caetano, em 29 de março de 1928, partido que se formava com o objetivo - único e político - de trabalhar para conseguir a autonomia do distrito.

A fundação do Partido



O coronel e farmacêutico Bonifácio Paulino de Carvalho, em foto dos anos 20

Municipal de São Caetano ocorreu na residência de José Mariano Garcia Jr., tendo sido eleita - na mesma data - a primeira diretoria, assim composta: Presidente, Armando de Arruda Pereira; Vice-presidente, José Mariano Garcia Jr.; Primeiro- Secretário, Bonifácio Paulino de



Matheus Constantino, em fotografia dos anos 20



David Monteiro Gomes, em foto dos anos 20, publicado pelo S. Caetano Jornal

Carvalho; Segundo- Secretário, Antonio Flaque; Tesoureiro, David Maria Monteiro Gomes; Membros, João Biscolo, Serviliano Silva, Matheus Constantino.

A fundação do Partido Municipal de São Caetano veio abrir mais o leque de esperanças

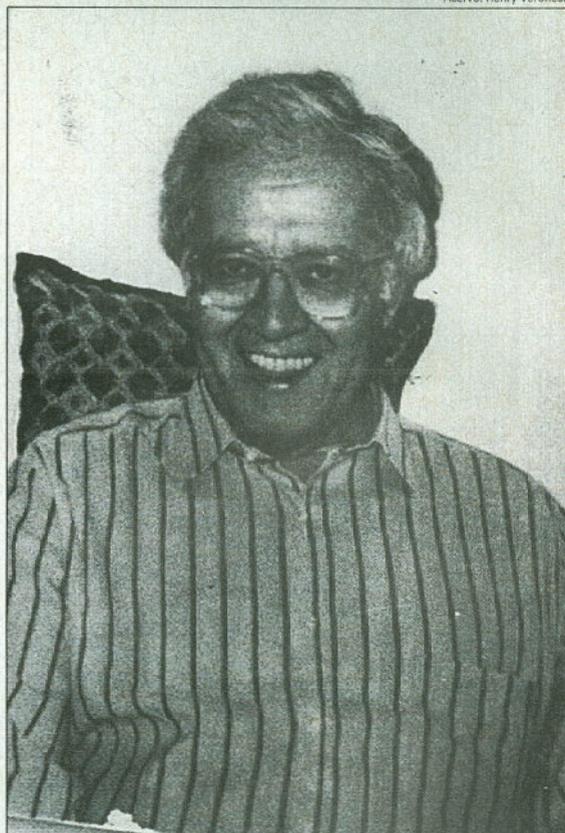
para a obtenção do objetivo, pois estava criada a força política de que o movimento tanto necessitava. O Partido Municipal era filiado ao Partido Republicano Paulista - PRP - cuja força política, no Estado e no País, era bastante considerável.

Em 1929, as forças autonomistas apresentaram ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo a reivindicação da emancipação, tendo sido transformado em projeto de lei. Mas foi rejeitada pelo plenário do Congresso Legislativo. Embora tivesse apresentado todas as condições expressas na Constituição e, tendo tudo a seu favor para se tornar um Município independente, São Caetano não conseguiu, nessa tentativa, realizar o seu almejado sonho.

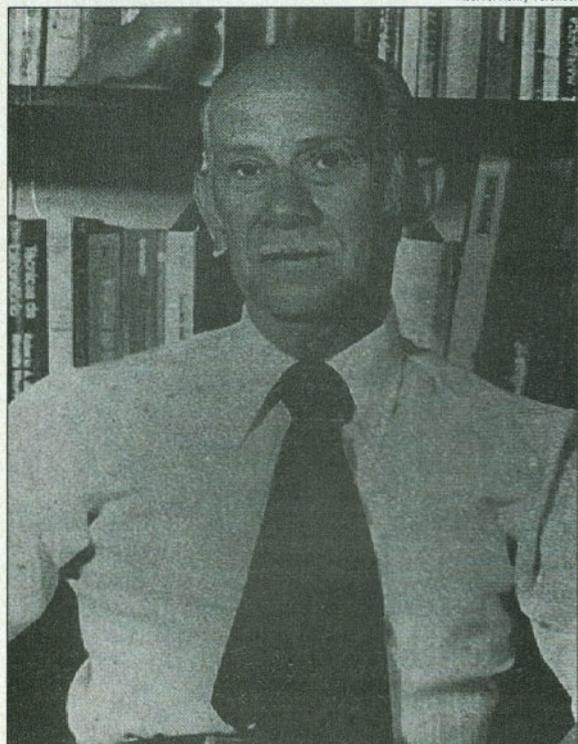
Em 18 de abril de 1935, foi esboçado um outro movimento para anexar São Caetano ao Município de São Paulo, face à insatisfação popular contra São Bernardo. Não

vingou, a exemplo da tentativa de emancipação. Atribuiu-se a liderança desse movimento ao sr. Artêmio Lorenzini, comerciante muito influente da cidade que, em 1936, após o movimento, veio a eleger-se vereador por São Caetano, juntamente com outros dois sancaetanenses [Armando de Arruda Pereira e Otávio Tegão], pois naquela data havia sido restabelecido o regime constitucional provisório.

Em 1938, quando Santo André passou a ser a sede do Município, São Caetano tornou-se Segunda Zona, devido à sua importância na região. Em 1944, quando São Bernardo se separou



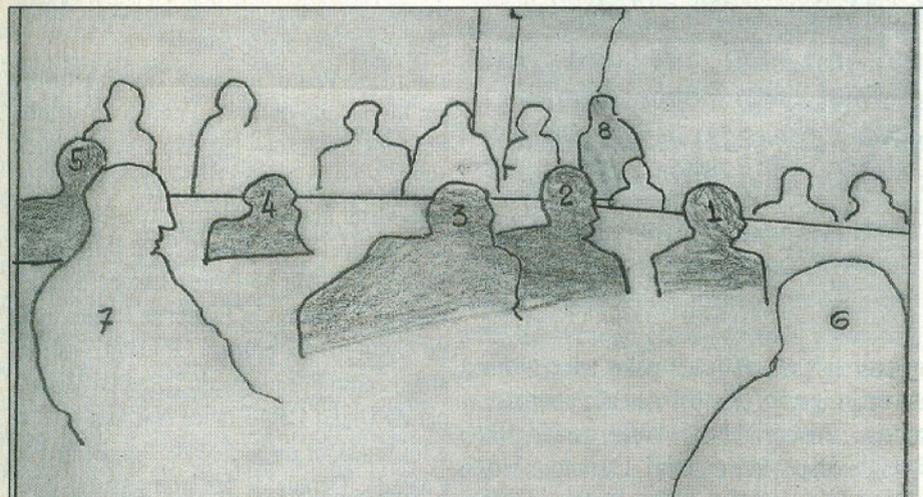
Mário Porfírio Rodrigues, fundador do Jornal de São Caetano



Luiz Rodrigues Neves, outro fundador do Jornal de São Caetano, em fotografia recente



Walter Thomé, já falecido, fundador do Jornal de São Caetano, em flagrante de 1946



Ano da emancipação política de São Caetano, 1948: cinco vereadores de São Caetano militavam na Câmara Municipal de Santo André: 1) Geraldo Benincasa; 2) Lauro Garcia; 3) João Dal'Mas; 4) Ferrero e, 5) Odilon Conceição. Podem ser vistos na foto, também: 6) Albino da Rocha, vereador por Santo André; 7) o médico e historiador Octaviano A. Gaia-rsa, vereador por Santo André e, ao fundo, 8) Antonio Pezzolo, que se tornaria, anos mais tarde, vice-prefeito e prefeito de Santo André

de Santo André, São Caetano foi rebaixado de categoria, passando a ser sub-distrito. Seu território ainda havia sido reduzido, para que fosse evitada nova tentativa de autonomia.

Frustrada a tentativa de emancipação de 1929, o ideal autonomista estagnou até 28 de julho de 1946, data de fundação do periódico *Jornal de São Caetano*. Seus fundadores [Luiz Rodrigues Neves, Mário Porfírio Rodrigues e Walter Thomé, este já falecido], levantaram novamente a questão, com uma publicação feita no primeiro número do jornal e nas cinco

edições seguintes.

Por determinado tempo, ficou pairando a dúvida da legitimidade de qualquer solicitação à Assembléia Legislativa, pelo fato de São Caetano ter sido, propositadamente, rebaixado a sub-distrito de Santo André. Em setembro de 1947, porém, a Assembléia Legislativa de São Paulo decretava - e o governador Adhemar de Barros promulgava - a Lei Orgânica dos Municípios Paulistas - Lei nº 1, de 18 de setembro de 1947 que tornava indiscutível, ao sub-distrito de São Caetano, almejar a sua autonomia

municipal.

A Sociedade Amigos de São Caetano, que se encontrava em extinção, encampou o movimento que foi liderado pelo cirurgião dentista de Santos, José Homem de Bitencourt, há muitos anos radicado na região, e que se tornaria presidente da entidade.

Realizado o plebiscito no dia 24 de outubro de 1948, prevaleceu a vontade majoritária do povo que optou pela emancipação, com a votação de 8.463 votos para a chapa sim contra 1.029 votos para a chapa não.

Ratificado o plebiscito pela Assembléia Legislativa, o governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, promulgou a lei de criação do Município - Lei Estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948. O recém-criado município passou a denominar-se São Caetano do Sul, tendo em vista que no norte do país existe outra cidade denominada apenas São Caetano.

A vida, às vezes, no decorrer do tempo, prega-nos peças inimagináveis. Na primeira tentativa de emancipação do distrito de São Caetano, o sr. Antonio Flaquer, notário nesta cidade, era membro e ocupava o cargo de segundo-secretário do diretório do Partido Municipal de São Caetano, entidade política que foi formada especialmente para lutar pela emancipação de São Caetano, tendo contribuído muito para a causa, embora ela não tenha vingado.

Por ocasião do movimento autonomista de 1948, quis o destino que o prefeito municipal de Santo André fosse o senhor Antonio Flaquer [o mesmo que abraçou a causa emancipacionista de 1928-29] que, por dever de ofício, se posicionou contra o movimento da época.

(*) Henry Veronesi, advogado, administrador de empresas, ex-radialista, ex-diretor do Programa ABC em Marcha, ex-presidente da Ordem dos Advogados [Sub-seção São Caetano do Sul], ex-diretor da Administração da Caixa de Pensões dos Funcionários Públicos Municipais de Santo André, ex-presidente da Comissão de Licitação e de Reforma Administrativa da Prefeitura de Santo André, e ex-diretor do Departamento de Administração de São Caetano do Sul; é membro do Conselho-Diretor da Fundação Pró-Memória

Jordano Vincenzi revela diversas histórias sobre a autonomia

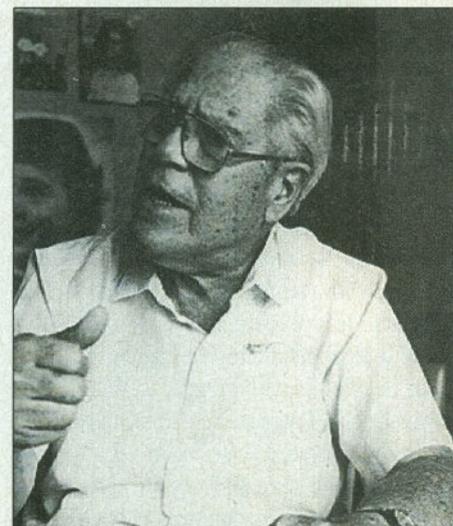
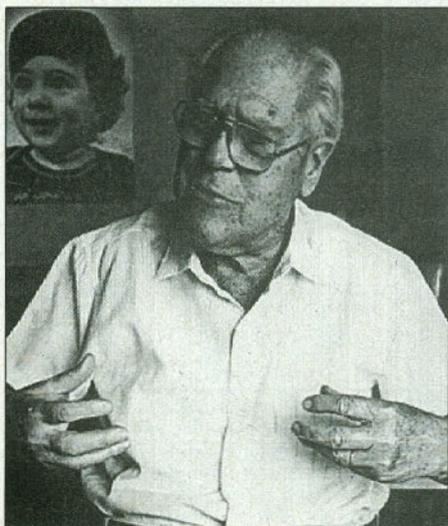
Participante ativo do movimento que, em 1948, resultou na emancipação político-administrativa de São Caetano do Sul, Jordano Vincenzi, 77 anos, conta fatos interessantes sobre o período que marcou a História da cidade: as dificuldades enfrentadas, a luta contra os opositores e a política de boa-vizinhança usada pelo primeiro prefeito, Ângelo Raphael Pellegrino, que conseguiu o apoio daqueles que eram contrários à emancipação e acabar com o clima de desavenças.

Próximo ao dia do plebiscito, narra Vincenzi, que seria decisivo para transformar São Caetano do Sul em Município, o clima reinante na cidade era tenso: os defensores da autonomia sequer caminhavam sobre a

mesma calçada utilizada pelos adversários da emancipação. “As pessoas não se misturavam... Era um ambiente hostil, gerado pela falta de educação e cultura”. Quando o Município foi instalado, a nova Prefeitura não

dispunha sequer de um balde ou uma vassoura. A primeira cobrança oficial foi escrita em papel de embrulho, explica Jordano Vincenzi, porque não havia infra-estrutura alguma. De outro lado, ele lembra que em 1920, São Caetano não dispunha nem mesmo de escolas: “Havia falta de gente, falta de estrutura, falta de escolas. Então, uma pessoa que tivesse um pouco mais de instrução, levava uma vantagem muito grande”.

Jordano Pedro Segundo Vincenzi nasceu em Itu, no ano de 1917. Filho de imigrantes italianos, radicados em São Caetano desde 1920, Jordano cursou o pré-primário na Escola Mista Ítalo-Brasileira, instalada nos salões da Sociedade Beneficente Príncipe de Napoli. Estudou no Grupo Escolar Senador Flaquer e, depois, na Escola de Comércio 30 de Outubro. Na política, Jordano Vincenzi atuou como presidente do Diretório Municipal da União Democrática Nacional (UDN) e foi fundador da Sociedade Amigos de São Caetano. Depois de ter sido membro e te-



Jordano Vincenzi, durante a longa entrevista para Raízes, rememora episódios passados da vida política, social e institucional de...

soureiro da Coligação Autonomista do Município, em 1949, foi eleito vereador para a primeira Câmara Municipal, sendo o quarto candidato mais votado.

Quanto à autonomia, Jordano a vê como parte da vida das pessoas: "A autonomia é como uma das coisas normais da vida, tanto da vida de uma família quanto da vida de um país." Aos 19 anos de idade, ele próprio decidiu conquistar sua autonomia econômica e, aos 20, já atuava na direção de um estabelecimento comercial da família. Foi através da profissão de comerciante que, em 1947, Jordano Vincenzi entrou para a vida política do Município em favor da campanha autonomista.

A seguir, os principais trechos da entrevista de Jordano Vincenzi.

Entusiasmo do povo

"A autonomia é como uma das coisas normais da vida. Tanto da vida de uma família quanto da vida de um país (...) Eu, com 19 anos de idade, saí do emprego, nas Casas Carioca, e disse: não vou ser mais empregado. Então a partir daí, procurei a minha independência. Assim como eu procurei a minha independência, é normal que qualquer cidadão procure também obter a sua autonomia, desde que tenha condições para assumir essa responsabilidade (...) A luta pela autonomia de São Caetano foi uma das coisas mais lindas que eu pude presenciar, porque o entusiasmo geral do povo era uma coisa extraordinária (...) Meu pai assinava o jornal O Estado de São Paulo - havia também os peque-

nos jornais da região - e eu lia a respeito da campanha autonomista que houve em 1928, a primeira tentativa para a autonomia, cujo líder era Armando de Arruda Pereira. Era engenheiro e diretor da Cerâmica São Caetano".

(...)

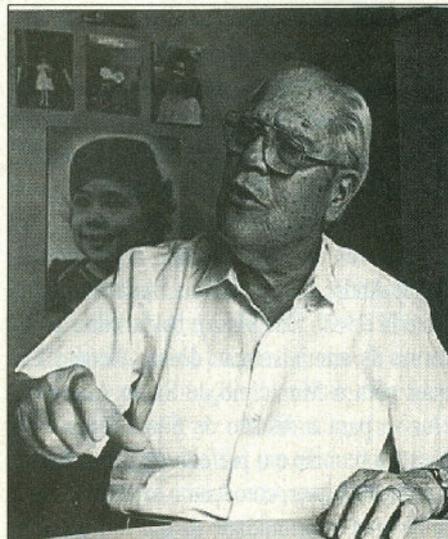
"Em 1935, dei meu primeiro voto ao Armando de Arruda Pereira para vereador de São Caetano à Câmara de São Bernardo, já que São Caetano pertencia a São Bernardo (...) Naquele tempo, o Partido que liderava era o PIM (Partido Independente Municipal), já com um nome forte. Houve a eleição, os liderados por Armando Arruda Pereira conseguiram seis cadeiras numa Câmara de 13 vereadores (...) Do lado de Santo André, liderados por Felício Laurito, fizeram sete vereadores. Como a eleição para prefeito era indireta, Armando de Arruda Pereira candidatou-se, contando com seus votos e talvez com mais alguns. Felício Laurito teve sete votos. Então, deixou de ser vereador para ser prefeito e um substituto no lugar dele, o suplente. Armando continuou com a luta pela autonomia (...) Quando chegamos por volta de 1947, começou a luta novamente junto com os deputados para conseguir apoio. Com a bancada, ficávamos noites seguidas atrás de um e de outro (...) após um certo tempo esquecíamos da família, porque ficávamos presos àquela idéia de querer tentar e conseguir alguma coisa (...) tínhamos que nos manifestar e procurar essa ou aquela pessoa, o que era um trabalho muito grande

(...) E há um personagem que nos levou a um trabalho maior, e até dobrado: Antonio Fláquer, que assumiu a Prefeitura de Santo André naquele período, com a cassação do mandato de Armando Mazzo. Mazzo tinha sido eleito prefeito, mas foi cassado, pois era tido como comunista. Quando houve a nossa eleição, o Mazzo apresentou como candidatos à Câmara de São Caetano os nomes de Antonio Moreno Rodrigues, José Holanda e Mário Rades. Este último foi obrigado a abandonar o cargo. O próprio partido fez com que ele renunciasse e colocasse outro nome no lugar, o suplente. O partido entendia que ele não estava preparado para assumir o cargo e Mário Rades foi induzido a fazer uso da palavra no dia posse da primeira Câmara Municipal. Mas ele deveria rememorar os fatos da autonomia, a importância da primeira Câmara de São Caetano, a emancipação e tal, e ele foi falar sobre política. Mas eu fiquei sabendo que ele foi obrigado pelo partido a fazer aquilo e depois o próprio partido pediu que ele renunciasse, dizendo que ele não era compatível com os ideais da sigla. Pegaram-no de cristão..."

(...)

"E Antônio Fláquer, embora tenha sido líder autonomista em São Caetano, deixou de sê-lo, porque foi prefeito de Santo André (...) Ele queria que a gente esquecesse o papel dos autonomistas. Ele tinha sido autonomista em 1928... (...) Aí começaram as perseguições, as ofensas, papeteles que soltavam ofendendo um, ofendendo outro, criti-

Acervo: Raízes



...São Caetano e revela fatos vinculados ao movimento autonomistas 1948

cando este ou aquele. Eu acho que a democracia é uma das coisas mais bonitas que nós podemos ter, quando há respeito mútuo... Eu respeito o ponto de vista de uma pessoa, e quero que ela respeite o meu (...) São Caetano foi rebaixada para não conseguir a autonomia. De distrito passou a ser subdistrito de Santo André (...) Nesse movimento autonomista, tínhamos necessidade de (além de levar as assinaturas do abaixo-assinado) ter firma reconhecida. E tínhamos despesas. Mas não era só uma firma reconhecida que gerava despesa, porque o Cartório de São Caetano, que era do Antonio Fláquer, não reconhecia as nossas firmas. As nossas firmas eram reconhecidas no Cartório de Santo André, do sr. Paiva. E ele nos fazia gratuitamente aquilo. Mas acontece que tínhamos de fazer uma campanha, lançar algum folheto, ou alguma despesa extra. Criamos uma campanha com doações que o povo fazia em prol da campanha autonomista”.

Posso correr, sou jovem...

“Eu era comerciante na época (havia instalado um comércio próprio em 7 de agosto de 1941); a campanha (pela autonomia) começou em 1947, e o sr. Antônio Flaquer mandou-me uma carta, convocando-me como comerciante para uma discussão, e alertando sobre o movimento pela autonomia. E eu compareci. Um amigo do meu pai foi alertado: disseram-lhe que eu não deveria ir àquela reunião, porque era muito falante (...) Houve a convocação, e comparecemos à reunião. Eu tinha conversado, dias antes, com vereadores de São Caetano à Câmara de Santo André (Lauro Garcia, Anacleto Campanella e João Dal’Mas) e havia lido a plataforma de administração do sr. Antônio Flaquer para o Município de Santo André, inclusive para o distrito de São Caetano. Foi aberta a reunião e o prefeito de Santo André, Antonio Flaquer, começou a explicar que ele tinha uma oportunidade de dar um caminho diferente para São Caetano, dar uma ajuda



... Posso morrer amanhã, pois estou satisfeito; eu participei, vivi tudo isso que contribuiu para o desenvolvimento de minha cidade...

maior, e que, de certo modo, deveríamos re-fletir melhor, porque iríamos ter muita dor de cabeça, muitos problemas... (...) E talvez poderia até haver a recusa do governo do Estado em aprovar o desmembramento, embora o Município fosse favorável. Eu não me contive, e procurei fazer um laço, uma jogada. Dirigi-me ao sr. Antônio Flaquer, dizendo: senhor prefeito : li nos jornais semanários o seu plano em relação ao ABC e notei as ruas que o senhor está pretendendo calçar. O que o senhor está pretendendo fazer para São Caetano? Ele disse: Que bom que o senhor leu! O senhor, então, sabe que temos um plano. Eu disse: Só que tem uma coisa: o senhor não acha que é muito pouco para São Caetano aquilo que o senhor está oferecendo? Ele ficou alvoroçado e quis expulsar a mim e ao Campanella (ele era vereador em Santo André), porque não era comerciante. Depois de uma discussão, o senhor Antônio Flaquer pôs o Campanella a correr. O Campanella disse: Eu tenho condições de correr,

porque sou moço. Agora o senhor, eu não sei, não... Encerraram a reunião naquele instante. Eu fui o primeiro a pedir a palavra e dizer ao prefeito municipal que não pretendia magoá-lo, nem ofendê-lo. Unicamente, queria defender o interesse de São Caetano, porque ele havia mandado publicar um projeto, um plano de trabalho, que não representava nada para São Caetano. Aí o alvoroço foi maior... Logo depois, encerramos a reunião. Fiquei surpreso quando descí as escadas e fui apanhado e carregado pelos outros, dada a astúcia de ter me dirigido ao prefeito, sem ofendê-

lo. Eles queriam enganar-nos, oferecendo pouco em troca de nosso trabalho (...) Qual era o interesse deles para não permitir a autonomia? Se o senhor Antônio Flaquer - a partir do momento em que aceitou ser prefeito de Santo André - se comprometeu a defender o interesse do Município, também deveria defender o seu domínio, a sua região, as suas divisas. Ele tinha a obrigação de defender a sua cidade”.

O plebiscito

“As famílias se dividiram. Quando foi se aproximando do dia do plebiscito, as pessoas favoráveis e contrárias à emancipação dividiram-se, não se misturavam, nem passavam na mesma calçada. Por exemplo, numa calçada circulavam os autonomistas. Os que circulavam do outro lado da calçada, onde havia o Cinemax, eram os contrários à autonomia. Naquela época, era assim. No bar frequentado pelos autonomistas, os contrários não entravam. Era um ambiente um pouco hostil, gerado pela falta de educação, de cultura. Não havia rádio ou televisão que instrísse o povo, para conscientizar que a política é uma coisa diferente da vida particular. Na campanha eleitoral, havia gente que imaginava as coisas mais estúpidas para magoar o lado contrário das eleições; havia boatos ridículos, alguns até mesmo para ofender a moral do outro (...) O voto era representado pelas cédulas do sim e do não. As pessoas recebiam as cédulas em suas casas e, no dia da votação, colocavam uma das duas cédulas num envelope”.

(...)

“Em 29 de abril de 1948, protocolou-se na Assembléia Legislativa o abaixo-assinado, com 5.197 assinaturas, solicitando a autonomia. Em 1948, a população foi estimada em 40.039 habitantes. A instalação do Município ocorreu em 1º de janeiro de 1949 e a posse do primeiro prefeito, em 3 de abril de 1949”.

(...)

“Nós defendíamos o espírito de autonomia, difundíamos até um ponto bem maduro, mas respeitávamos o adversário, respeitávamos como pessoa. Com o passar do tempo, eles mesmos, os da chapa preta, foram até esquecendo esse termo, chapa preta. Foram sendo admitidos, até por um direito que eles tinham; tinham o direito de ser contra, desde que defendessem o interesse de São Caetano. E assim passaram a apoiar os nossos trabalhos”.

(...)

“Houve um manifesto do dentista José Homem de Bitencourt, presidente da Sociedade Amigos de São Caetano. Ele foi um grande batalhador em favor da autonomia, mas, por não ter sido indicado candidato a prefeito, passou para o lado da chapa-preta. Fez um manifesto, com firma reconhecida pelo cartório do Antônio Flaquer...”

(...)

“Já viajei para diversos países da Europa, e digo que não há Município no Brasil, e talvez no mundo, que tenha progredido tanto, e em tão pouco tempo, como São Caetano do Sul. Admiro esse processo; fico muito satisfeito quando se faz alguma coisa para o progresso. Hoje, tudo o que se possa pensar de uma cidade moderna, temos em São Caetano. Posso morrer amanhã, pois estou satisfeito; eu participei, vivi tudo isso que contribuiu para o desenvolvimento de minha cidade. Valeu”.

As cédulas

“Por exemplo, quando fui eleito vereador, era eu quem distribuía as minhas cédulas. Fi-



... Como não havia recursos para manter Polícia, algumas pessoas eram indicadas para serem inspetores de quarteirão. Para eles, era uma glória esse cargo, apesar de não receber um tostão...

quei surpreso com meu pai, que montou uma banquinha, ajudou-me, porque eu não podia trabalhar muito a meu próprio favor. Eu era o tesoureiro da coligação autonomista para eleger o doutor Pellegrino. Logo, então eu não tinha tempo para mim. Mas o doutor Pellegrino insistiu: Jordano, tenho poucas pessoas para me auxiliar no meu trabalho. Daqueles que se candidaram são poucos os que têm a possibilidade de eleger-se. Você é de luta, e nós queremos que você se candidate (...) No princípio, liguei meio ofendido, e disse: Doutor Pellegrino, responda-me com franqueza: o meu serviço aqui como tesoureiro está correto ou tem algum problema e por isso o senhor quer me tirar daqui? Então, ele respondeu: Não. Quero tirar você daqui; quero que você continue aqui. Mas quero que você me diga que sim, que você aceita (...) Fui eleito em quarto lugar, cinco votos atrás do diretor do Jornal de São Caetano, que fazia campanha pela autonomia”.

O chapa-preta prefeito

“Oswaldo Samuel Massei foi um chapa-preta que acabou sendo eleito duas vezes prefeito de São Caetano. Isso é muito fácil (...) Ele era vereador junto comigo, mas o pai dele tinha dinheiro (...) O Massei estudou nos colégios de São Paulo (...). Ele era um bom companheiro para trabalhar (...). Ele tinha assessoria; o pai tinha dinheiro para ajudar na campanha dele. O problema que eu enfrentei era, por exemplo, quando solicitávamos ajuda para a campanha de autonomia. Algumas pessoas, que eram até inimigas da gente, tinham a coragem de nos dizer: Ah! você também

está pleiteando um cargo? Não está bem com a sua loja, não? Estavam pensando que eu procurava um emprego; não enxergavam o ideal político que era autonomia, não enxergavam o bem do Município”.

O Rotary

“Nos anos 50, já éramos cidade autônoma. A primeira Câmara tomou posse em 3 de abril de 1949 e o mandato durou até 1953. Após a instalação do Município, o Armando de Arruda Pereira procurou o Pellegrino e o sr. Paiva, que era do cartório de Santo André, e disse ao doutor Pellegrino que precisávamos fundar um Rotary Clube em São Caetano. Então, o Pellegrino fez uma seleção de pessoas, uniu uma boa elite e, inclusive, convidou os adversários políticos para tomar parte também do clube. Tomei parte como primeiro-tesoureiro. E o doutor Pellegrino indicou para a primeira presidência José Antônio Flaquer, seu adversário político. Nós o aceitamos, mas houve uma reação das pessoas mais intolerantes, não compreendendo o fato”.

Viaduto & outras histórias

“Apresentei a lei da bolsa de estudos, que ainda hoje existe, em julho de 1949. Essa lei existe desde aquele tempo (...) isso já é o início de transformação da cidade. Eu fazia parte da comissão de sindicância, mas a lei de bolsa de estudos foi progredindo a cada gestão até transformar-se no que é hoje”.

(...)

“Naquele tempo, havia os inspetores de quarteirão. Como não havia recursos para manter Polícia, algumas pessoas eram indicadas para serem inspetores de quarteirão. Para eles, era uma glória esse cargo, apesar de não receber um tostão. Quando eles percebiam um inimigo, denunciavam e mandavam prender”.

(...)

“Havia uma história engraçada de um deputado, cujo pai era italiano, e ele dizia: Se eu soubesse que meu filho seria deputado, bem que eu mandava ele para a escola!”

(...)

“São Caetano progrediu bastante mesmo foi depois da construção do viaduto, que foi inaugurado em 1953, já na gestão de Anacleto Campanella (...) Havia um projeto de fazer embarque do trem próximo ao viaduto, há uma história engraçada, foi com o diretor de Obras da prefeitura de São Paulo: O Viaduto do Gasômetro havia sido construído dois anos antes. Conversei com ele sobre o viaduto a ser construído aqui, em São Caetano, e disse que o problema eram os recursos para a construção. Perguntei quanto havia custado o viaduto para a Prefeitura de São Paulo. Naquele tempo, em 1946, ele me disse que havia custado 23 milhões. Levei um susto e disse: Quando o nosso Município vai ter dinheiro para fazer um viaduto com esse custo?! Ele me respondeu: Não, não fique assustado não. Eu consigo fazer por muito menos. Sabe quanto custou mesmo esse viaduto? É, 13 milhões. E o nosso viaduto foi inaugurado, em 1954...”

A primeira Câmara

“Há fatos curiosos. Quando o Município foi instalado, recebemos dois caminhões novos para pagar. Mas não havia uma vassoura,

um balde, nenhum papel para escrever. A primeira cobrança de uma feira, realizada após a instalação do Município, foi feita num pedaço de papel em branco, um papel de embrulho de um armazém, porque não havia nada. O que era para pagar, eles (a Prefeitura de Santo André) deixaram. O Município ficou a zero. Nem cadeira para sentar

dré. Esse problema não é de hoje, já vem há muito tempo, é isso que os senhores estão nos entregando. Os senhores se acham no direito de criticar o quê, se nós tomamos posse há pouco tempo? Depois eles viram que estavam perdendo tempo em querer fazer crítica ao novo prefeito, porque o doutor Pellegrino recebeu eles, nomeou alguns adversários, para um cargo de auxiliar.

Essa era a política que ele queria, a partir daí as idéias foram surgindo e o clima de desavença foi desaparecendo”.

(...)

“Na primeira Câmara, como tudo era início, tudo estava por realizar. Um outro problema que nos deu muito trabalho foi a ameaça do corte de água. Não nos queriam fornecer água. Fui incumbido de procurar um técnico para que resolvesse o problema. Havia um homem que foi um dos primeiros sanitaristas do Brasil, fundador da Escola Mauá de Engenharia, um homem de uma cultura extraordinária. Havia sido chamado pelo Getúlio Vargas, quando Getúlio foi liberar água para cá, ou mesmo para São Paulo, quando havia um problema muito grande. Então, ele disse: “Não vamos sangrar o abastecimento de São Paulo, porque todo o trabalho que se faz em engenharia tem uma porcentagem de erro de cálculo, o que é normal. O erro de cálculo para a água que vem do manancial chamado Rio Claro, que fica depois de Ribeirão Pires, não vai atingir os 5% do erro de cálculo”.

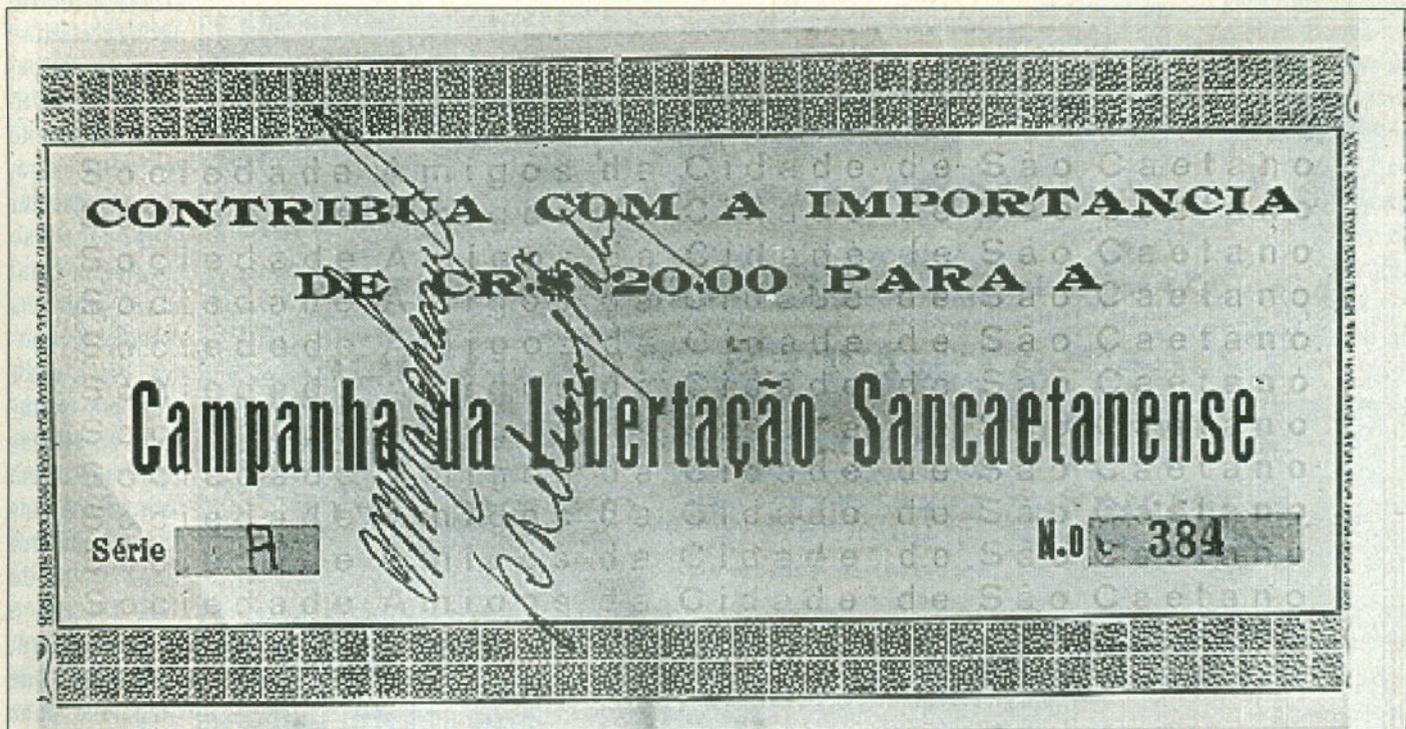
(...)

“Sempre havia assuntos importantes para serem discutidos. Fazíamos de tudo para melhorar o Município, trabalhávamos arduamente. Às vezes, os opositores agiam para confundir as pessoas que estavam presentes, dizendo que não tinha valido a autonomia. Tudo porque eles perderam a eleição. O prefeito de Santo André tinha interesse nisso (...) Eles tinham esperanças de que se pudes-



Fotografia de Jordano Vincenzi, do começo dos anos 50, na galeria de ex-presidentes da Câmara Municipal

ter. É como se fosse um filho que se casa e não tem direito de levar uma camiseta. É coisa própria de um ressentimento, como se fosse um pai abandonando o filho (...) Houve também outro fato curioso: um vereador, contrário à autonomia, começou a acusar a Prefeitura pelas enchentes do rio Tamanduaí. Dizia que a Prefeitura não cuidava e não zelava pela cidade. Eu fiquei nervoso e disse: infelizmente o ar poderia ganhar muito mais, se você ficasse calado. Em todo caso, vou dar uma explicação: isto é resquício do que ganhávamos da Prefeitura de Santo An-



Fac-simile do bônus para a campanha de emancipação de São Caetano, de 1948

se voltar atrás; criaram problemas dizendo que havia faltado a aprovação de fulano e si-crano para a autonomia. Os dois primeiros anos foram os que deram mais proble-mas(...) depois, nos outros anos, já houve cooperação”.

(...)

“Os únicos recalcados que existiam na Câmara eram os comunistas. Mais do que uma vez, fui à Delegacia de Polí-cia tirá-los da cadeia. Não importa; é um ideal que eles têm. Não im-porta que eles sejam co-munistas; é um ideal de-les e têm de ser respeita-dos”.

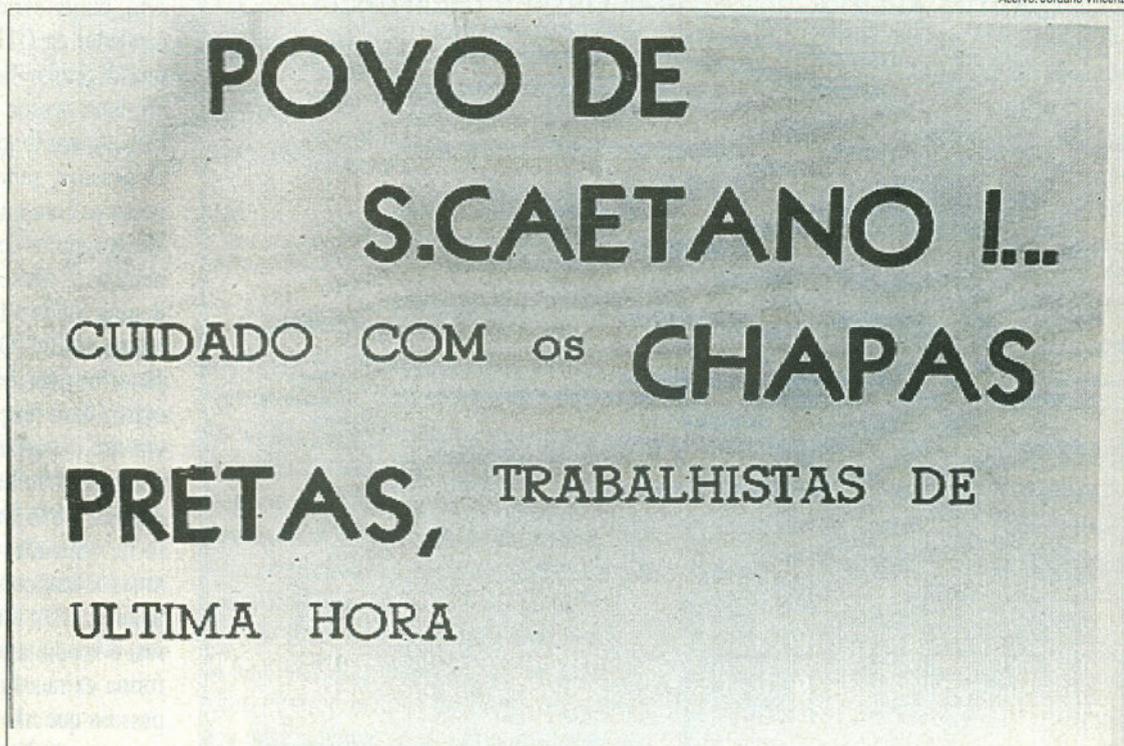
(...)

“Sempre que uma pes-soa passa por algum car-go, surgem as críticas. É preciso que a gente acei-te as críticas, mas devol-va com respostas e saiba o por quê da crítica. Um dia, encontrei-me com um italiano na rua, um

homem de uma família tradicional em São Caetano. Estávamos próximos ao viaduto e comentamos a construção do viaduto. Na-quele época, ele veio à minha casa para sa-ber por que eu havia sugerido aquele local para construir o viaduto. Eu disse: É uma

necessidade. Ou o senhor não acha que há necessidade de construir um viaduto aqui? Há uma outra maneira de fazer um elevado, mas o senhor tem um outro local, que possa indicar ? Ele respondeu: Isso não cabe a mim fazer; cabe à Prefeitura e aos vereado-

Acervo: Jordano Vincenzi



Fac-simile de volante distribuído entre 1947 e 1948 contra os adversários da emancipação, chamados de chapas-pretas

TRABALHADORES

Olho vivo trabalhadores. Alerta!

Os tubarões disfarçados em cordeirinhos procuram iludir com capa da autonomia a boa fé dos menos prevenidos. Quem não conhece os tubarões Bruno Bisquolo, Julio Marcucci, Arthur Garbelotti, Avelino Po Benedito Moretti, Jordano Vincenzi, Rafael Lutz, Irmãos Quaglia, Antonio Lojude, Celso Marchesan, Manoel Moraes, Giacomo Lorenzini e tantos outros. Quem não sabe que eles até hoje só arrancaram a "pele dos que vivem do trabalho.

O bem estar e o progresso de São Caetano, depende da repulsa concenciosa ao "canto de sereia", desses velhos e maneirosos tubarões de casaca.

Abaixo os tubarões

Fac-simile de panfleto distribuído pelos adversários da emancipação de São Caetano, atacando os defensores da autonomia

res (...) Achei que era o local mais próximo da estação atual, era uma quadra, o terreno

Acervo: Jordano Vincenzi

(...) A partir daquele dia, o sujeito ficou meu amigo".

Pellegrino, muito sério

"O Ângelo Pellegrino era um homem astuto, muito sério, um bom conselheiro. Foi fundador da CTBC, do Hospital São Caetano; foi diretor da Cerâmica São Caetano. Ele era uma pessoa muito respeitada, criou um respeito em função da maneira como tratava as pessoas, sempre muito delicado com as pessoas; com qualquer criança ele conversava. A família dele era de Jaqueira, em Pernambuco, descendentes de italianos. Estudou na Suíça e formou-se engenheiro elétrico, eletricitista. Quando voltou para o Rio de Janeiro, não tinha emprego para ele; não existia essa função. Então foi ser desenhista em um departamento, acabou tornando-se amigo da família Simonsen e foi convidado para vir a São Caetano. Aqui, além do círculo de amigos que formou, ele comprou umas áreas, construiu umas casas semi-populares, eram melhores que as casas populares, e vendia a prestações. Então, criou uma forma extraordinária, porque havia algumas pessoas que não conseguiam liquidar o final da conta, e ele perdoava a dívida. Ele tinha um coração assim. Por isso criou uma sim-

CARTA ABERTA PARA OS ILUSTRES MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, LEREM NA CAMA...RA SÃO CAETANO, OUTUBRO 1948

Nós, O POVO DE SÃO CAETANO, nestes derradeiros dias de submissão aos vossos caprichos, escrevemos-lhes esta carta.

Senhores, bem sabem que a nossa AUTONOMIA, já é uma realidade. Pois nada mais poderá doer a marcha natural de nossa evolução, a marcha natural de nossa emancipação.

Aos nossos olhos, as obras que Vv. Sr. executam agora "apressadamente" em vossa Sub-Distritoalino" e a demagogia de vossa propaganda espalhafatosa e sem fundamento (feita aqui, com o nosso próprio dinheiro), não passam de tiros de fênix, de gastos contraproducentes, pois não consistem em argumentos para demoverem nossa opinião forjada nas agruras e vicissitudes que de há longo tempo vimos curtiendo com resignação.

Essas obras — que são uma insignificante parcela do mais do que necessitamos — servem para atestar a quantidade enorme de benfitorias que em pouco tempo poderemos edificar com o governo de nossas coisas e com os nossos próprios recursos.

Vossa propaganda demagógica que tanto lisonja e tanto fala na "destruição" de vossa "estabilidade totalitária" não tem lógica alguma e bem denuncia a voracidade de Vv. Sr. pela gorda "mamata" que lhes vai acabar.

Se Vv. Sr. ponderassem um pouco sobre o problema da AUTONOMIA MUNICIPAL, lembrar-se-iam da velha lição que qualquer tratado de sociologia traz: a respeito da semelhança que há entre a formação de um Município e a formação de outro qualquer organismo vivo. O ser vivo bem como a sociedade, nasce, cresce, atinge a maturidade e depois morre. Essa é uma lei biológica e sociológica incontestável, e que qualquer criança humana, apenas leida pelo bom senso, conclua sem muita perda de fôlego.

É esse fenômeno, muito parecido, também, com aquele que se passa no seio de uma organização familiar, quando um avô velho atinge a maioridade. O pai a vista das novas condições naturais, perde o exercício do pátrio poder sobre seu filho, pois que, este deixou de ser inoperante e incapaz, e se transformou num ser adulto, apto a se conduzir por si mesmo ante à realidade da vida, como cidadão livre e responsável por todos os seus atos. É exemplificado, sabemos, que quando isso acontece nas boas famílias, o próprio pai é quem reconhecendo a desatuação criada pelas leis da natureza, chega ao filho e diz: "Bem Caetano, agora és um homem, estás capacitado a enfrentar os problemas da vida. Agora tua tarefa pôr-te a caminhoar ativamente, e que Deus te proteja. Sé feliz meu filho". Infelizmente isso acontece somente nas boas famílias...

Mas voltando ao assunto, grande é a confusão semeada pela incompreensão e demagogia de Vv. Sr., senhores membros do executivo de Santo André. Porém dentro de alguns dias isto tudo terminará, e podem estar certos de que não guardaremos nenhum rancor, e SÃO CAETANO AUTÔNOMO, ao mesmo pé de igualdade do grande Município irmão oferecer-lhes a sua sincera amizade, para o Bem de todos os SANCETANENSES e SANTOANDREENSES e para a felicidade de todos os Municípios da mais rica unidade da DEMOCRACIA BRASILEIRA.

POVO DE SÃO CAETANO

Fac-simile de documento, de outubro de 1948, dirigido pelos emancipacionistas às autoridades de Santo André

patia e o povo achava ele um ente querido da família. Quando se falava no nome dele era como se falar em um meio santo (...) Para ele, foi sofrida a primeira administração do Município. Ele tinha a mulher muito doente, que veio a falecer ainda no período de mandato do prefeito. Pellegrino foi tido como herói, devido aos problemas que enfrentou; eram problemas difíceis mesmo, e o que eu admirava, era o entusiasmo desse homem, a luta dele, que não era pequena. O que ele conseguiu fazer com os poucos recursos de que o Município dispunha, é coisa de um gigante. Sistema de água, só havia na parte em que existem as caixas d'água. Depois, precisava levar o emissário para o centro. Esgoto nem se fala... iluminação pública, escolas, também foi um problema muito sério, como o atendimento em geral. O Pellegrino era muito solicitado. Atendia de acordo com a possibilidade dele. E o povo compreendia. É como você pegar uma indústria que está para falir, e conseguir reerguê-la. Foi isso que ele conseguiu. E com harmonia, sem brigas. O importante é que depois todos trabalharam, deram continuidade às obras e aos projetos..."

Filho de imigrantes

AO SANCAETANENSE DE CARATER

VOCE SANCAETANENSE que quer ver esta laboriosa terra independente e feliz, não deve dar ouvidos a elementos que vendem a integridade moral para garantir um posto que lhes é oferecido em troca do carater corrompido e mesquinho de que são possuidores.

Pensai bem **SANCAETANENSE DE BRIO**. Procurai defender os interesses dos vossos lares, votando com a **CEDULA BRANCA**. O teu **SIM** irá nortear o destino desta fonte de renda que se chama **SÃO CAETANO**, sustentáculo diréto dos cofres municipais.

CRITÉRIO povo de S. Caetano. Analizai o verme **ANTI-AUTONOMO** como se analisa o Bacilo de Hansen; deveis evitar sua propagação, para que desse modo também se evite contaminações. São Caetano não merece ser contaminado por tais "vermes" que lutam contra nossa **AUTONOMIA** sem pensar que seus filhos e suas alegrias residem n'um lar de S. Caetano.

ABAIXO O PARASITA

ABAIXO O DESBRIADO

ABAIXO O ANTI-AUTONOMO

TUDO POR ESTE SÃO CAETANO QUERIDO

"VIVA A NOSSA AUTONOMIA"

A URNA COM A CEDULA BRANCA DO TEU "SIM"

Fac-simile de panfleto em que os emancipacionistas de 1948 criticavam os adversários, tachando-os de "parasitas" e "desbriados"

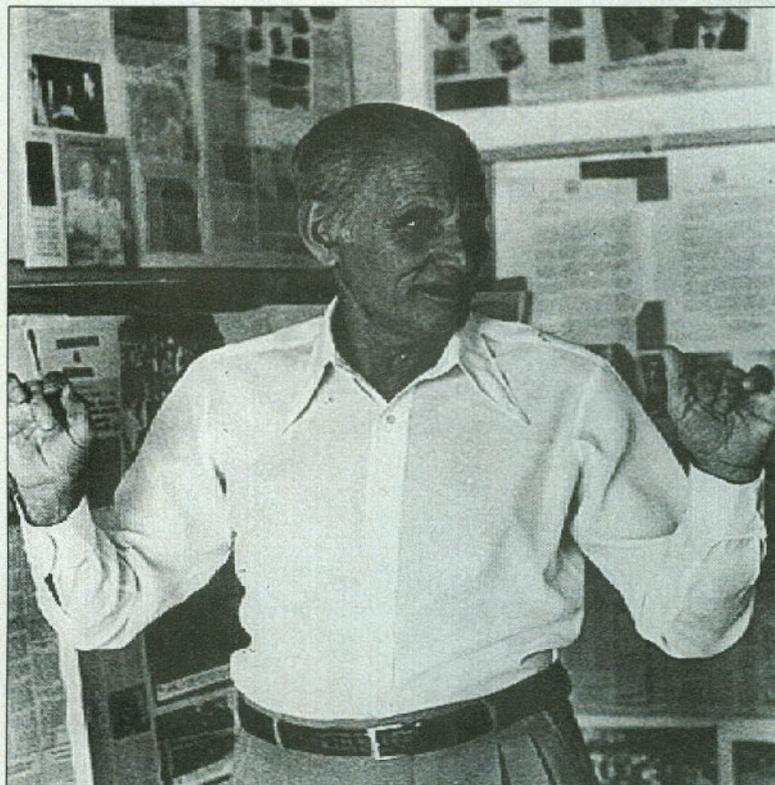
"Sou filho de imigrantes. Meu pai veio para o Brasil em 1914, porque não tinha condições de viver na Itália, e foi para uma fazenda em Itu. Em 1920, viemos para São Caetano. Era uma época difícil; ele procurava emprego em diversos locais e não encontrava. Conseguiu um emprego na cidade de Milão, distante 80 quilômetros da região em que ele vivia. Então, mostrou um desejo de trabalhar, de lutar. Esse espírito de luta deve vir da família (...) na região a que meu pai se dirigiu, os proprietários de fazendas eram todos descendentes de italianos e tinham um hábito que praticamente corresponde a um espírito socialista. Eles davam uma tarefa

No ano de 58, quando assumi a presidência do Rotary, fui reconhecido pela minha atuação na presidência, e fui convidado para a presidência do Hospital São Caetano".

para uma família e, além daquela tarefa, dispunham de um terreno para que aquela família plantasse o que quisesse. Bom, meu pai já veio da Itália com a profissão de pedreiro. Mas pedreiro na Itália, às vezes, põe um mestre de obras daqui no bolso, porque vinha com outra instrução. Em 1920, aqui havia uma falta de gente, de estrutura, falta de escolas. Então, uma pessoa que tivesse um pouco mais de instrução, levava uma vantagem muito grande. Meu pai foi trabalhar na Matarazzo e fez amizade com os chefes. Em 1924, ele já fazia obras por conta própria. Tinha espírito de autonomia e talvez esse fato tenha influenciado na minha formação (...) Tive, em São Caetano, a primeira fábrica de camisas do ABC.

Ventura, seis mandatos de vereador. E inúmeras histórias para recordar

Foto: José Honório de Castro



Ventura, em sua casa, tendo ao fundo uma série de recortes de jornal e fotografias alusivas aos 29 anos de mandato de vereador no Município

Aos oito anos, morando em Campinas, a campanha presidencial de 1930 - que resultou no assassinato do candidato João Pessoa e na posse de Getúlio Vargas - fez com Ventura se interessasse pela política em função dos cartazes da campanha de Júlio Prestes. Ele lembra que um dos vários fatos pitorescos na vida política de São Caetano foi o comício em que os correligionários de Jânio Quadros arrancaram, sem querer, a fiação elétrica do palanque. Feito o concerto, Jânio subiu ao palanque e acusou a oposição pela avaria temporária.

O ex-vereador Fábio Michelin Ventura nasceu na cidade de São Paulo, no dia 12 de setembro de 1922. Exerceu o mandato de vereador seis vezes consecutivas; a primeira, em 1957, pelo Partido Socialista Brasileiro, com a maior votação do partido na cidade. De-

panella [candidato a prefeito] pelo Partido Social Progressista (sigla de Adhemar de Barros, na época.) Em 1961, Ventura fundou na cidade o Partido Social Democrata, cujo diretório presidiu por mais de dez anos. Elegeu-se vereador, em 1965 e 1968, pela Arena. Em 1973, esteve ao lado do ex-prefeito Walter Braidó, na Arena, e exerceu o seu último mandato, em 1976, pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

Ventura desempenhou ainda vários cargos em clubes e entidades: foi presidente da Sociedade Amigos de Vila Barcelona; presidente do Clube Comercial; presidente do São Caetano Futebol Clube, de Vila Paula; presidente do Vasco da Gama; presidente do Paulistano, do Bairro Santa Maria; diretor do Clube de Campo de São Caetano do Sul; diretor do Náutico,

Para Fábio Ventura, vereador durante seis mandatos consecutivos na cidade, de 1957 a 1980, existe uma grande diferença entre a política exercida antigamente no País e aquela que predomina hoje: em outros tempos, afirma, quem participava da atividade político-partidária fazia-o por idealismo. Cercado, em sua casa, por uma série de fotografias, quadros e recortes de jornal, todos referentes à sua atuação parlamentar, Ventura recorda alguns dos momentos que considera os mais importantes e/ou interessantes de quase três décadas de atividades no Legislativo da cidade.

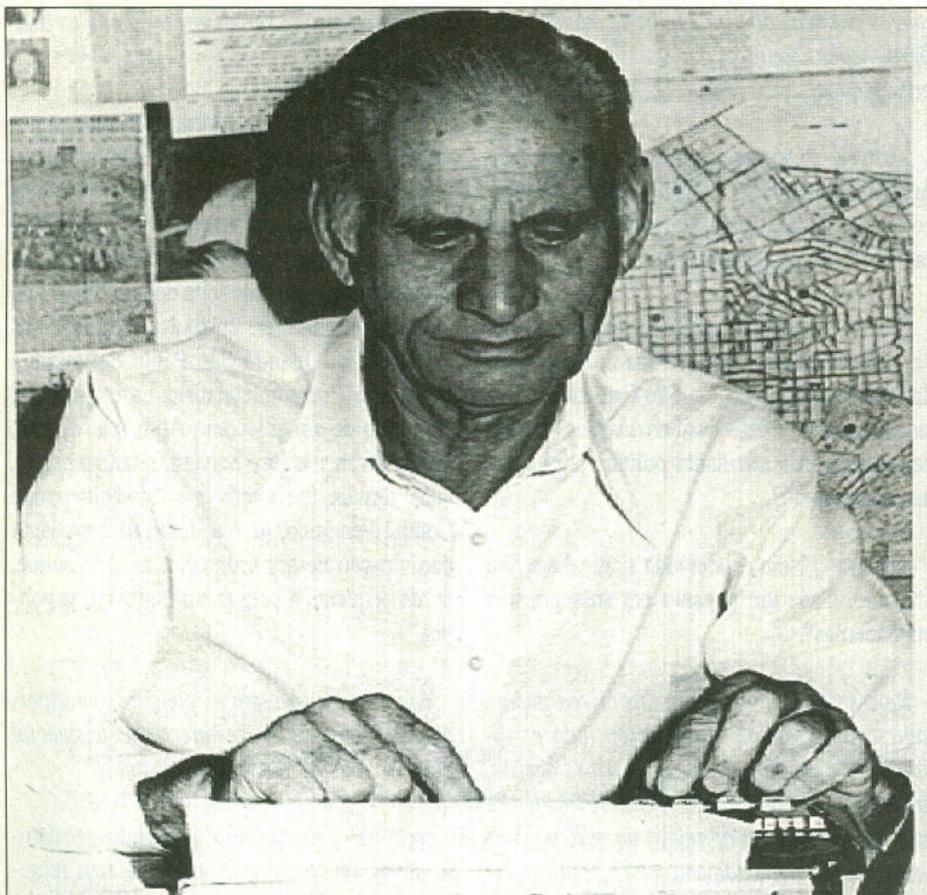
pois, em 1961, concorreu ao lado de Anacleto Cam-

panella; diretor de programas da Rádio Cacique, entre eles o Clube das Crianças. Durante 29 anos de mandato, participou de todos os Congressos Municipalistas.

Seguem-se os principais trechos da entrevista concedida por Fábio Ventura a Raízes:

Raízes - Quais foram os acontecimentos políticos mais importantes que o senhor viveu durante a sua atividade parlamentar na cidade? Pode citá-los e explicar por que os julga como sendo os mais importantes na História do Município?

Ventura - "Considero os episódios mais marcantes na História do Município duas tentativas de cassação de mandato de prefeitos: de Anacleto Campanella e de Walter Braidó, pelas bancadas opositoras. No primeiro caso, pelo funcionamento de uma fábrica de canecas, de um amigo do prefeito, sem que a empresa estivesse com toda a documentação regularizada na Prefeitura. No segundo caso, a



Lembranças de fatos da vida política de São Caetano, durante entrevista a Raízes

invasão das terras do INPS, por industriais, e alegando que o terreno do ex-prefeito Walter Braido também estava entre eles. Sempre estive ao lado do prefeito, e nada conseguiram provar quanto aos fatos levantados”.

Raízes - Houve fatos folclóricos na vida política que o senhor tenha presenciado? Quais foram? Onde?

Ventura - “Meus adversários políticos, para me derrotarem e tentando abalar o meu prestígio junto à comunidade no meu reduto eleitoral - Bairros Santa Maria e Barcelona - lançaram, com inúmeras promessas de cargos e salários e, entre eles, o meu irmão, e o meu conchudo. O resultado: somados todos os votos deles, não atingiram a minha votação”.

Raízes - Durante os longos anos de atividade parlamentar quais foram os fatos que mais marcaram a sua vida política?

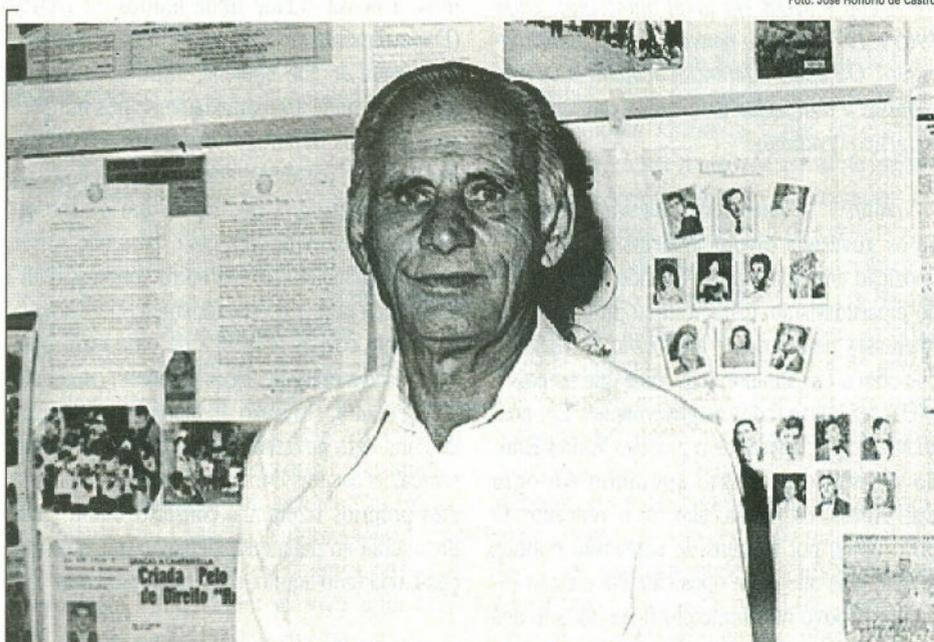
Ventura - “No banquete oferecido aos correionários do ex-presidente Juscelino Kubits-

chek, realizado no salão de festas do Fasano, na Avenida Paulista, para 400 convidados, o ex-presidente, naquela noite, prestou homena-

gens e presenteou a três homens: Anacleto Campanella, deputado eleito pelo seu partido, o PSD; a deputada Conceição Costa Neves, eleita vice-presidente da Assembléia, e a mim, por ter sido o vereador mais votado no Município, em todo ABC, e em todo o Estado de São Paulo. Como presente recebi um relógio em ouro maciço, com o rosto do presidente Juscelino Kubitschek em alto relevo.(...) Outro fato que marcou bastante a minha vida política foi no Congresso Municipalista, realizado na cidade de Lindóia, durante debate sobre ICM, com a mesa constituída pelo senador Franco Montoro; Orestes Quércia, candidato a senador; Ademar de Barros Filho, deputado federal; Mário Covas, deputado federal. O presidente da mesa, Wilson José, pediu uma parada nos trabalhos para homenagear um dos maiores vereadores do Brasil. Ficaram de pé 700 vereadores e 300 prefeitos, e chamaram o Fábio Ventura”.

Raízes - Como o senhor definiria hoje a vida político-partidária dos anos 50/60 em São Caetano? Em que consistia o eixo principal das rivalidades e das disputas?

Ventura - “O primeiro mandato do prefeito Rafael Pellegrino foi muito tranqüilo, sem rivalidades e sem disputas. Em 1952, com a disputa entre os autonomistas, tudo foi muito acirrado; de um lado Oswaldo Samuel Massei, do PSP, que trabalhou contra a autonomia, e de outro, Anacleto Campanella, do PTB, autono-



mista. Na época, eu não detinha mandato; eu e Walter Braidão cerramos fileiras ao lado de Campanella, Braidão no Partido Republicano, e eu, no Partido Democrata Cristão. Naquela eleição, não consegui eleger-me, porém o candidato venceu com esmagadora diferença. Os partidos de maior força eram UDN, PSP, PDC, PSD, PTN, PR, e, no Município, PTB e PSP”.

Raízes - Qual é a diferença que o senhor pode apontar entre a vida política dos anos 50/60 e a dos anos 90, na cidade e no próprio país?

Ventura - “A diferença marcante entre os políticos dos anos 50/60 era seu idealismo, a dedicação à cidade, e o bem-estar dos semelhantes. Hoje, com raríssimas exceções, os políticos só pensam em seus próprios bolsos. Basta ter como exemplo o que aconteceu com diversos políticos em Brasília, no Congresso e no Senado e com um ex-presidente”.

Raízes - Quais foram os grandes debates políticos que sacudiram São Caetano nos últimos 40 anos, depois da autonomia? e porque houve controvérsia em torno deles?

Ventura - “Os debates políticos mais importantes e de maior rivalidade foram sobre a tentativa frustrada de cassação dos mandatos dos prefeitos Anacleto Campanella e Walter Braidão”.

Raízes - Que diferenças profundas havia entre Arena e MDB em nível municipal, entre 1965 e 1979 quando houve o fim do bipartidarismo? Ou essas diferenças acabam sendo resumidas a problemas locais de rivalidades entre grupos políticos?

Ventura - “A Arena era o partido que apoiava os governos revolucionários e o MDB, a oposição em todo o país. Quando houve o fim do bipartidarismo, cada político procurou seus interesses partidários e eleitorais. O MDB ficou com a força maior, haja vista que no país o MDB fez quase todos os governantes. Em nosso Município, apesar de o prefeito Walter Braidão ter muito prestígio apoiando Antonio Dall’Anese, na Arena, não foi o vencedor. O povo optou por homens de expressão política menor, mas que eram oposição. Na eleição seguinte, o povo no Município ficou ao lado dos candidatos da antiga Arena”.

Raízes - Como nasceram as principais lideranças políticas do Município: de maneira natural, espontânea, ou por pressão de grupos organizados?

Ventura - “Os grupos políticos nasceram em função da autonomia do Município. Os políticos quase todos foram autonomistas ou tiveram alguma ligação com eles”.

Raízes - Que espécie de relacionamento havia nos anos 50/60 entre a vida político-partidária e a vida sindical em São Caetano? Ou os sindicatos nunca estiveram envolvidos, de maneira direta, nas atividades político-partidárias naquele período?

Ventura - “Nem existia vida sindical em São Caetano. Cada um pensava em sossego, não em badernas”.

Raízes - Cite alguns fatos históricos importantes que o senhor tenha presenciado na cidade. Por exemplo: a visita de Carlos Lacerda, antes de 1964; comícios proibidos; incidentes com personalidades de relevo na vida política nacional; o relacionamento entre políticos locais e governantes de Estado que marcaram época, como é o caso de Ademar de Barros e Jânio Quadros.

Ventura - “Ao comício em São Caetano do Sul feito pelo deputado Carlos Lacerda, no tempo da ditadura militar em frente à Prefeitura Municipal, compareceram muitos vermelhos; a nossa cidade tinha muitos. O DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), com cerca de 300 homens, infiltrou-se no comício que tinha aproximadamente três mil pessoas. Muitos deputados estaduais e federais, que estavam presentes, acabaram por perder os seus mandatos. A pedido de um amigo do DOPS, fui embora para casa, para não sofrer as conseqüências(...) Em outro comício, realizado onde hoje é o estacionamento da Concha Acústica, com a presença de cinco mil pessoas, estava presente Jânio Quadros, candidato a governador. No meio do comício, os adeptos do candidato puxaram os fios e deixaram todo o local às escuras durante 15 minutos. Quando eles próprios fizeram o conserto, Jânio Quadros subiu ao palanque, alegando que a oposição havia feito aquilo, só para prejudicá-lo”.

Raízes - Depois de tantos anos de exercício

de mandato parlamentar como o senhor encara hoje o papel de vereador na vida de uma cidade?

Ventura - “Naquela época, tinha oito anos e morava em Campinas. Em frente à minha residência, havia um muro onde eram colocados os cartazes do candidato por São Paulo, Júlio Prestes. Como a cola era de farinha, eles caíam. Então, com cola feita de polvilho e com ajuda de minha mãe, eu fixava novamente os cartazes.(...) Quando São Paulo deflagrou a Revolução Constitucionalista, eu era menino, e ao lado de amigos como Abib João Kirche, Jaime Tavares, e José Salvetti, recolhia papéis, latas, jornais, ferro velho e levava tudo para o Comitê Feminino, na rua Barão de Jaraguá. A participação nesses acontecimentos levou-me, desde pequeno, a pensar em ingressar na política”.

Raízes - Como eram as eleições municipais nos anos 50/60? existe diferença substancial entre as eleições passadas e as atuais?

Ventura - “No passado, os partidos reuniam-se semanalmente e aconselhavam seus representantes na Câmara, na Assembléia, no Senado, para que votassem tudo que era bom para o povo. Hoje, com raríssimas exceções os políticos não dão satisfação aos partidos e, salvo novamente as raríssimas exceções, buscam o cargo pensando em seu próprio bolso. O idealismo, a honestidade, os princípios e o trabalho pelos Municípios, Estados e o País, ficaram para segundo plano”.

Raízes - Qual é a grande diferença que o senhor pode apontar entre o sistema democrático que funcionou até 1964 e a democracia que foi restaurada, com o pluripartidarismo, a partir de 1979?

Ventura - “Antes de 1964, a democracia era exercida com amor, dedicação e inteligência. A partir de 1979, a democracia que restou tornou-se inútil, sem entendimento”.

Memória e Cultura: um jogo de espelhos ^[1]

Aleksandar JOVANOVIĆ (*)

Tanto a memória quanto a cultura têm a inconfundível marca do ser humano, porque, até o momento, não dispomos de prova científica alguma no sentido de confirmar que outras espécies zoológicas - além do homem - sejam portadoras de memória semelhante àquela que caracteriza os seres humanos ou que elas sejam produtoras de cultura, no aspecto antropológico do termo. Podemos falar a respeito das relações entre Memória e Cultura - de maneira limitada, é bom sublinhar - com base no instrumental científico do segmento das Ciências Humanas, porque se trata de um tema que diz respeito (sob todos os pontos de vista possíveis) a essas ciências.

Muito mais do que nas Ciências Exatas ou Naturais, a questão epistemológica (isto é, o problema da Teoria do Conhecimento) impõe-se às Ciências Humanas de maneira compulsiva, pela simples razão de que, ao contrário daquilo que acontece no terreno das Ciências Naturais, o objeto do conhecimento das Ciências Humanas - objeto volátil, objeto que, muitas vezes, e de forma até equivocada, é encarado como uma entidade imaterial, a exemplo do que ocorre com a ideologia - não se submete, sempre, ao simples exame ou comprovação experimental e tampouco a aplicação prática dos recursos científicos nas Humanidades tem efeito similar ao da aplicação prática das Ciências Naturais. Portanto, nas Ciências Humanas, a questão epistemológica - necessária para definir-lhes o objeto, o método, as leis, etc. -

emerge como preocupação redobrada, vinculada à mais antiga das Humanidades, a Filosofia.

Se, a princípio, estas considerações parecem desvinculadas do tema principal, é simples efeito ilusório, ousaria afirmar, porquanto é fundamental definir, cientificamente, as balizas que permitem operar com os conceitos de Memória e Cultura. Sendo as balizas, por seu turno, amplas, voltamos, sem qualquer risco de sofismar, ao ponto inicial, ou seja, ao problema relativo à Teoria do Conhecimento. A memória é exatamente um dos objetos com que as Ciências Humanas lidam. Nas Ciências Naturais existe uma teoria segundo a qual um determinado estímulo deixa, em qualquer ser vivo, um engrama, isto é, uma marca, sinal ou transtorno persistente provocados no protoplasma, e o

engrama seria a base da memória e da hereditariedade. Este é o modelo teórico da chamada Biologia Mnêmica. Cabe, no entanto, aduzir o seguinte: mneme [radical de origem grega, que significa lembrança, memória, recordação], seria o princípio de conservação da mutabilidade de todos os acontecimentos orgânicos. No terreno das Ciências Humanas, por seu turno, a memória pode ser objeto da Psicologia, com o propósito de definir sob que condições e de que maneira o ser humano - considerado em termos individuais e como ser biológico - consegue lidar com as informações produzidas por ele próprio, pelo meio ambiente que o cerca, ou meio ambiente que ele próprio ajudou a moldar. O conceito antropológico de memória, contudo, é algo muito diferente, porque pressupõe um processo de reconhecimento e identificação,

e a memória - simbólica - é o processo através do qual o homem não somente repete a experiência passada, mas a reconstrói, individual ou coletivamente.

“O homem é um animal simbólico, que tudo reduz à significação”

As modernas teorias a respeito do funcionamento da memória humana, por seu turno, no terreno da Psicologia Cognitiva, asseveram que, acima de tudo, nossa memória é semântica, ou seja, das informações processadas retemos apenas nódulos significativos que somos capazes de reprocessar, quando necessário. O homem é um animal simbólico, que tudo reduz à significação. Mas, diferentemente daquilo que ocorre com outras espécies - nas quais, talvez, a memória seja apenas o engrama mencionado -, os seres humanos processam informações, são capazes de codificar essas informações - linguisticamente e/ou através de outros sistemas de significação - e podem, também e quantas vezes desejarem, retomar as informações processadas pela memória, verbalizando-lhe o produto.

Sob esta perspectiva, é preciso lembrar o seguinte fato: a percepção humana - que se situa numa fronteira muito próxima à das sensações físicas - já constitui o limiar daquilo que podemos denominar de investimento semântico. Em outros termos: a percepção já está investida de significado no ser humano. Quando percebemos um fato físico qualquer - um som, uma nuvem, a fumaça -, esse fato físico torna-se um conteúdo perceptivo revestido de significado, o que equivale à afirmação de que tudo reduzimos à significação, porque codificamos a realidade - externa e interna. O cientista russo Liév Vygotski [que se tornou conhecido no Ocidente em épocas recentes apenas e, sobretudo, no terreno da Psicologia Cognitiva] tem uma afirmação lapidar a este respeito, que reproduzimos na íntegra: “Na filogênese (isto é, na história da evolução) do pensamento e da linguagem, é possível detectar uma fase pré-lingüística no desenvolvimento do pensamento e uma fase pré-intelectual no desenvolvimento da linguagem. Num determinado momento, o pensamento e a linguagem seguem cada qual o seu caminho, independentemente um do outro. Mas, atingido esse ponto,

eles se reencontram: o pensamento torna-se verbal e a linguagem torna-se racional”. Isto significa, em verdade, duas coisas fundamentais: em primeiro lugar, que o nosso sistema perceptivo, desde a mais tenra infância, está investido de um revestimento semântico; em segundo lugar, que a língua funciona como espécie de sistema modelizante primário de toda a nossa percepção do mundo. Os estudos sobre Tipologia das Culturas confirmam a hipótese de que a língua é o sistema modelizante primário - portanto, o mais importante - de todos os demais sistemas de significação que operam no interior de uma sociedade. A consequência imediata desta conclusão é o fato de que o ser humano é um animal simbólico por excelência, que somente é capaz de perceber a realidade através do filtro dos sistemas semióticos que operam no interior de uma determinada cultura. A Semiótica contemporânea fornece-nos um instrumental de análise científica capaz de confirmar estas asserções, de modo claro e incontestável.

“Percebemos a realidade através do filtro do universo antro-po-cultural...”

O homem só conhece o universo natural através dos códigos por ele mesmo estruturados, com os quais cria outro universo, diferente do primeiro, mas que julga ser o “real”. A codificação do universo natural pelo homem não é outra coisa senão a visão particular que dele tem, como indivíduo e como grupo, de tal modo que esse universo passa a existir para eles, segundo o modelo com que foi estruturado e não por sua natureza intrínseca, física e fisiológica. Disso resulta a codificação - não a cópia, não a reprodução, não a tradução fiel do universo natural, mas uma organização de dados naturais em relações diferentes, em funções diversas, num sistema, enfim, que constitui uma visão particular de um grupo humano que nela tem a sua percepção do universo.

Mais ainda: percebemos a realidade através do filtro do chamado universo antro-po-cultural, cuja substância serve de forma para outro universo - o universo semiológico que, por sua vez, fornece a substância que se transforma em forma específica do código lingüístico e, assim, sucessivamente, todos os demais sistemas de significação que ope-

ram no interior de uma determinada comunidade sócio-lingüístico-cultural são modelizados com base na substância do universo antro-po-cultural. Os fatos semiológicos classificam-se segundo a natureza dos fatos antro-po-culturais, que costumam ser ordenados, essencialmente, em quatro grupos: os biofatos - ou fatos do universo físico e biológico, natural; os sociofatos - ou fatos da vida social, ou das estruturas sociais; os mentefatos - ou fatos da vida psíquica, interior, e os manufatos - os objetos fabricados pelo homem. Esses dados constituem a substância do universo antro-po-cultural, que se organiza em rede, através de classes de equivalência de partições binárias sucessivas que mantêm entre si diferentes tipos de relações de oposição.

A memória pode também ser objeto de outras Ciências Humanas (além da Psicologia) - como da própria História, da Sociologia, da Sociologia da História, da Antropologia, da Etnologia - e a perspectiva de análise depende sempre do objetivo do estudo que se tem em mente. Mas, neste caso, não estamos falando apenas de memória individual; estamos falando de memória coletiva, memória de uma comunidade sócio-lingüístico-cultural, por exemplo. Este fato ilustra de forma adequada as asserções iniciais referentes à questão epistemológica que se coloca diante de todos quantos lidem com as Ciências Humanas. Afinal de contas, elas, de maneira geral, têm como objeto, algo que se camufla sob a imagem dupla e oposta, mas não excludente, do real e do imaginário. As Ciências do Homem precisam ter como evidência diante de seus pesquisadores o fato de que, sob a perspectiva humana, o real (biofatos, sociofatos e manufatos já citados) e, eventualmente, o imaginário (os mentefatos, fatos da vida psíquica) contraem relação de bitransitividade, e poucas vezes estão em relação de oposição disjuntiva. Na memória coletiva, por exemplo, ficam as imagens dos ídolos e dos heróis de uma determinada comunidade, ao passo que na memória individual amalgamam-se as veias da experiência coletiva e da experiência individual.

“O real e o imaginário contraem relação de bitransitividade”

Precisamos conceituar, sob outro ângulo

também, o que é cultura. Podemos afirmar, de modo geral, que sob o rótulo cultura subentende-se o complexo de padrões de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade. Por outro lado, memória - palavra que tem origem latina (ao menos em português...) - etimologicamente significa lembrança, recordação. Em latim, o verbo *memoro*, —as, -avi, -atum, -are era empregado tanto com o sentido de lembrar ou recordar, quanto com o sentido de dizer, contar, fazer menção, narrar. Adiante poderemos ver em que medida esta acepção de memória, vinculada à noção de narrar ou contar, deve interessar-nos.

Retomando, ainda, a noção de cultura: uma civilização determinada pode ser reconhecida por diversos elementos constitutivos. Em primeiro lugar, por seu sistema linguístico; em seguida, pelo conjunto de leis ou costumes políticos de base em que se inspira a organização das vidas pública e privada de todos os gêneros de comunidade. Também pelo sistema dos costumes sociais a partir dos quais se cria a variedade dos ritos que regem as relações entre as pessoas, os lares e famílias e, acima de tudo, o rito da educação dos filhos. O sistema econômico, por seu turno, embasa a produção dos bens e organiza a circulação e distribuição deles para o consumo dentro dos grupos. O conjunto de conhecimentos técnicos faz surgir as mais diversas formas de artesanato. O conjunto de conhecimentos científicos dimensiona o grau de análise organizada que uma determinada comunidade possui acerca da realidade. O sistema filosófico ilumina a sua concepção de mundo. O sistema religioso regula as relações entre vivos e mortos, oferece soluções para o problema da origem e do fim último do homem. Todos esses elementos são, em primeiro lugar, fatos da História.

Mas a História tem, pelo menos, duas dimensões distintas, porém complementares, não excludentes: uma dimensão objetiva, factual, marcada por acontecimentos que podem ser, ou podem ter sido, documentados, e uma dimensão subjetiva, individual, que resulta do fazer-interpretativo a que cada indivíduo de uma coletividade submete a realidade em função dos próprios valores sócio-culturais de que ele é portador. Todavia, não existe fato objetivo em estado puro (talvez apenas enquanto categoria filosófica), por-

que, enquanto animal simbólico, o homem tudo reduz e tudo submete ao seu fazer-interpretativo, resultante dos quadros de referência da cultura a que pertence e resultante de sua própria experiência passada.

Carl Jung, um dos fundadores da Psicanálise, já falava a respeito da noção de inconsciente coletivo - alusão óbvia a arquétipos - imagens psíquicas - que se depositam na memória da coletividade e acabam sendo transmitidas de geração em geração. Este é um aspecto - a despeito das eventuais controvérsias - que interessa muito a outros domínios conexos, como é o caso da Tipologia das Culturas, da Sociologia do Conhecimento, Antropologia Social, etc., ou seja, é um aspecto que diz respeito à compreensão múltipla dos diversos modelos culturais. A Linguística, por seu turno, explica que a língua [todas as línguas, é bom frisar] é um produto social, ou seja, resulta da interação complexa das necessidades comunicativas de uma coletividade, ao longo do eixo histórico, com a produção de condições específicas de domínio sobre a natureza que cerca essa coletividade. Portanto, enquanto produto social, a língua é uma das diversas facetas, mas seguramente a mais poderosa enquanto expressão simbólica, de uma determinada cultura. E sendo um produto social, a língua é transmitida de geração em geração e sofre mudanças, ao longo do tempo, em consequência da ação coletiva. O ser humano, enquanto falante de uma língua qualquer, é um sujeito muito específico do discurso que ele próprio produz, na medida exata em que é sujeito dos discursos produzidos antes, por ele próprio e pelos outros membros da comunidade sócio-linguístico-cultural. Outro fato importante a ser lembrado nesse contexto é o seguinte: quando aprendemos a língua materna, não aprendemos apenas aquelas 1.500 regras que, via de regra, os falantes de qualquer língua natural precisam dominar para serem capazes de utilizar o código; aprendemos, também, a escala de valores sociais da comunidade sócio-linguístico-cultural e acabamos enxergando o mundo que nos cerca através da análise a que essa comunidade em particular submete a realidade. Afinal de contas, além de ser a única espécie dotada de um tipo de memória bastante característico (memória que pode ser estocada e reproduzida) e além de ser, ainda, capaz de produzir fatos e artefatos culturais, o ser humano é

também a única espécie que se caracteriza pelo fato de ter inerente à sua essência aquilo que se convencionou chamar de função simbólica. Em outros termos: somos a única espécie capaz de representar a realidade que nos cerca - exterior ou interior - através de diversas linguagens, diversos sistemas de significação. O universo cultural humano produz os traços formais capazes de serem transformados na substância do chamado universo semiológico (universo de funções sócio-linguísticas) nele contido e este universo semiológico submete o universo cultural a uma ordenação não-analógica. Daí a razão pela qual as mais variadas línguas não expressam de modos diferentes as mesmas coisas, mas expressam, de modos diferentes, análises distintas da realidade. A percepção que cada grupo sócio-linguístico-cultural possui da realidade é diferente. Alguns exemplos podem explicá-lo de maneira clara: os falantes da língua portuguesa conseguem distinguir um curso d'água apenas pelas dimensões: rio, riacho, córrego, ribeirão, etc. Mas para um falante do francês inexistente a noção de rio: ele distingue dois objetos culturais diferentes: *rivière* (um curso d'água que desemboca em outro curso d'água) e *fleuve* (um curso d'água que desemboca no mar). Numa das várias línguas da família bantu, da África, o kinyarwanda (falado no Burundi e em Ruanda) inexistente palavra para designar a noção de hoje e, curiosamente, os mesmos termos designam as noções de anteontem e depois de amanhã (*ejobundi*) e ontem e amanhã (*ejo*), respectivamente. Numa língua como o japonês, objetos de formatos diferentes - quadrados, redondos, retangulares - ou funções distintas - utensílios domésticos, livros, peças de vestuário, etc. são enumerados, quando contados, com classificadores, ou seja, prefixos linguísticos diferentes. Não se pode contar, simplesmente, de modo igual, uma camisa, um livro, etc.; contam-se objetos diferentes; trata-se de uma percepção cultural específica. Estamos, portanto, num primeiro ponto interessante de confluência entre língua e cultura: pode afirmar-se que uma língua contém a cultura de seu grupo, na exata medida em que ela expressa os valores dessa cultura. Mas podemos dizer, também, que uma cultura contém a língua que a veicula, na medida em que essa língua veicula, só e exclusivamente, os valores subjacentes a essa cultura.

**“A Literatura de Cordel
(...) captura os mitos,
os seus heróis...”**

Portanto, quando começamos a vasculhar os territórios em que a Cultura se entrelaça com a memória coletiva, verificamos que a cada etapa do desenvolvimento da produção, da evolução das relações sociais e do progresso da autonomia do homem com respeito a seu meio ambiente correspondem maneiras particulares de viver o mundo. A Cultura pode ser considerada como uma espécie de segunda natureza do ser humano, na medida em que a passagem da barbárie para a civilização, historicamente, caracteriza-se pela ausência ou pela presença de valores sociais organizados. E, a partir do momento em que surgem valores socialmente organizados - sobretudo a divisão social do trabalho -, temos uma intervenção consciente do ser humano no meio ambiente que o cerca, com a conseqüente alteração dos meios e modos de produção que, por seu turno, implicam mudanças quantitativas na forma de preservação do saber acumulado. Nas chamadas sociedades primitivas e nas civilizações da Antigüidade, o ato de narrar possuía relevância muito especial, porque era (e continua sendo nas sociedades ágrafas que ainda hoje subsistem pelo mundo afora) o único modo encontrado para preservar e transmitir, de geração em geração, as conquistas técnicas, os feitos heróicos do grupo e, por fim, preservar a própria identidade do grupo. É claro que se levarmos em consideração as grandes narrativas épicas que nos chegaram da Antigüidade histórica - como a Gesta de Gilgamesh, de origem babilônica (séculos 18/17 a.C.), o Baghavad-Gita, os Rg-Veda, os Upanichades, o Ramayana e o Mahabharata (séculos 3 a 5 a.C.) hindus, as obras atribuídas ao bardo grego Homero, isto é, a Ilíada e a Odisséia (século 9 a. C.), ou, ainda, o Kalevala, epopéia finlandesa, os Edda islandeses -, elas já representam mais, bem mais, do que uma simples preservação oral do saber acumulado, porquanto são portadoras de uma verdadeira cosmogonia, uma concepção clara acerca da criação do próprio Universo, uma espécie de resposta coletiva às indagações fundamentais que o homo faber [o homem hábil, engenhoso] podia fazer a respeito da origem, finalidade e término de sua

existência. Aliás, a fronteira entre a barbárie e a civilização é o surgimento do chamado homo faber, isto é, do ser humano capaz de intervir na Natureza e, deste modo, permitir não somente a sobrevivência mais segura da espécie mas também amoldar o meio ambiente às suas necessidades existenciais. No entanto, como afirma a semióloga francesa Julia Kristeva, o homo faber só pode falar com a máscara do homo significans [do homem dotado da função simbólica], isto é, do seu próprio contrário.

**“A História tem duas
dimensões distintas,
porém complementares”**

Entre os gregos antigos, Mnemosina, aquela que se recorda dos fatos, era a deusa e musa do gênero épico. E o gênero épico, como afirma o pensador alemão Walter Benjamin [no livro *Über Literatur* (Sobre a Literatura)] é antecessora direta da historiografia. Convém lembrar que a epopéia gira em torno de um assunto ilustre, solene, geralmente vinculado a acontecimentos históricos e, via de regra, o autor é um poeta ou bardo e o protagonista é um herói, ao passo que a epopéia folclórica costuma ser anônima. Narrar não é nem uma atitude mecânica nem uma atitude neutra: requer o auxílio da memória, que reconstrói o passado e o projeta no presente e no futuro. E a respeito desta relação convém frisar que o tempo e o espaço são duas dimensões estritamente culturais; não são dimensões físicas percebidas de modo idêntico pelas diferentes culturas. Situar-se no tempo e no espaço implica balizar-se em relação ao mundo, segundo categorias culturais. E a Memória - com M maiúsculo - é uma categoria social, um conjunto de fatos retidos, compartilhados e retransmitidos. A memória coletiva pode, muitas vezes, representar uma forma de resistência diante dos próprios fatos históricos; pode conter, portanto, mecanismos de defesa, mecanismos de fabulação, mecanismos de mitificação, mecanismos de ocultação, negação ou sublimação das adversidades, como é o caso típico do Sebastianismo português, que transformou a tragédia nacional - a derrota na Batalha de Alcácer Quibir e o desaparecimento do rei Dom Sebastião - numa lenda, num objeto da memória coletiva. Esses mecanismos de que se utilizam a memória indi-

vidual e/ou coletiva são mecanismos semióticos, caracterizadores dos diversos sistemas de significação que operam no interior de uma coletividade sócio-lingüístico-cultural e aparecem, de maneira muito clara, sobretudo nas línguas naturais, veículo fundamental da narrativa, da retransmissão e reconstrução dos fatos passados [reais ou imaginários] ou dos fatos, enfim, dignos de rememoração.

Olhar o mundo e contemplar os fatos históricos através do prisma da memória - individual e/ou coletiva - pode lançar luz sobre recantos que, à primeira vista, se ocultam à visão do cientista social. A Literatura de Cordel nordestina, por exemplo, não é apenas resultado da produção de talentos individuais; é, também, a memória coletiva que captura os seus mitos, os seus heróis e os seus ídolos - mitos, heróis e ídolos que, muitas vezes, se confundem enquanto categorias. Rememorar o passado é reconstruí-lo à luz da experiência presente; é submetê-lo a uma classificação em que a neutralidade é sempre impossível.

**“Narrar não é uma
atitude mecânica nem
uma atitude neutra”**

No mundo de hoje, tecnologicamente avançado, onde a escrita acabou predominando de forma absoluta [a partir da invenção da Imprensa, da reprodução mecânica das letras, no século XV], onde os veículos de comunicação eletrônica inundam todos os espaços possíveis e imagináveis, e também todo o tempo disponível das pessoas, as relações entre Memória e Cultura tornam-se mais complexas ainda, na medida em que existe uma reiteração constante dos mitos, heróis e ídolos - criados ou não pelos meios de comunicação, não importa. Tentar resgatar, através da memória individual os acontecimentos históricos é um exercício fundamental para entender a articulação dos próprios fatos históricos e a relação desses fatos históricos com os indivíduos, sujeitos do fazer-histórico. Tentar resgatar, através da memória coletiva, esses mesmos acontecimentos históricos é um exercício indispensável para compreender o fazer-histórico e as representações simbólicas de uma comunidade.

O soldado constitucionalista, que, através de depoimento, explica os momentos que vi-

veu em 1932, filtra o fato histórico e sinaliza o ponto de vista através do qual os protagonistas do episódio observaram os fatos. O velho imigrante que narra as peregrinações e as agruras decorrentes da adaptação a uma nova sociedade testemunha não somente o encontro de duas culturas, mas também projeta a visão - idealizada ou não - de sua terra de origem e reconstrói os costumes, a língua, a culinária, a organização social, religiosa ou até mesmo política de seu grupo. O estudante que pesquisa a história de seu bairro, seja através dos livros, seja por intermédio da coleta de depoimentos de antigos moradores e de seus próprios familiares, acaba construindo o seu processo de conhecimento através da reconstrução dos fatos, através da recontextualização desses fatos. Projetar no tempo e no espaço as experiências é um fato cultural, porque humano; é um fato semiótico, porque isso tudo é realizado através de símbolos que possuem uma inconfundível marca do ambiente em que são, ou foram, criados. A memória torna o virtual concreto, porque, sempre, o fazer-interpretativo do indivíduo e/ou do grupo atua sobre os fatos memorados e os enforma de acordo com a série de valores sociais de que os sujeitos-interpretantes são portadores; a memória, por outro lado, virtualiza a realidade, porque a própria leitura dos fatos concretos, no presente, é resultado do fazer-interpretativo; trata-se, portanto e sempre, de um jogo de espelhos que liga o imaginário ao real e entrelaça estas duas dimensões. Os ídolos de uma época podem tornar-se heróis na memória coletiva na exata medida em que tenham conseguido encarnar as aspirações momentâneas de um grupo social. Compete ao cientista social, compete àquele que trabalha numa das diversas áreas das Ciências Humanas flagrar essas categorias, descrevê-las e explicá-las o funcionamento, a estruturação e a articulação. Depende do enfoque metodológico o resultado, a aplicação, ou a utilidade do trabalho realizado nesse extenso território semeado entre a Memória e a Cultura. O mesmo fenômeno pode ser analisado sob ópticas distintas, complementares; cada óptica diferente pode lançar luz sobre os mesmos fenômenos de maneira distinta, reveladora. Para um historiador, a memória oral poderá servir de ingrediente para concatenar os fatos com as fontes documentais e tecer a trama da narrativa que será capaz, assim, de

construir. Para o cientista social, seja ele sociólogo, antropólogo ou etnólogo, a memória oral poderá servir de elemento para estudar a articulação de determinadas categorias de fatos no interior de uma comunidade. Para o semiótico, o depoimento oral poderá, por exemplo, ilustrar os mecanismos fundamentais da narrativa popular, ou, ainda, indicar as categorias básicas do fazer-interpretativo dos indivíduos de uma determinada comunidade em relação a um certo conjunto de fatos.

“O homem tudo reduz e tudo submete ao seu fazer-interpretativo”

Em verdade, a cultura nada mais é do que um tecido composto pelos diversos códigos ou sistemas de significação que operam no interior de uma determinada comunidade sócio-lingüístico-cultural. A cultura é fato resultante de uma interação coletiva regulada entre os indivíduos que constituem determinado grupo social e a própria percepção que temos da cultura é regida por leis que podem ser explicitadas. A vida de uma cultura é a vida dos inúmeros textos [orais, escritos, de outra natureza, não importa aqui distinguir as espécies] que convivem no interior de uma sociedade, textos que se intercomunicam o tempo todo através da recorrência das mesmas leis semióticas. A semiose, isto é, a produção da significação somente tem lugar na atividade interacional entre os homens, e estes produzem significação quando e porque interagem. Portanto, se aceitarmos o termo cultura em seu correto sentido antropológico, encontraremos, de imediato, três fenômenos culturais elementares que, aparentemente, não possuem qualquer função comunicativa: 1) a produção e o uso de objetos que transformam a relação homem-natureza; 2) as relações familiares como núcleo primário das relações sociais institucionalizadas e, 3) a troca de bens econômicos. Esses três fenômenos não estão sendo arrolados de maneira casual: eles constituem não somente fenômenos formadores de toda cultura (junto com o surgimento da linguagem verbal articulada), mas também demonstram que a cultura, como um todo, é um fenômeno de significação e comunicação; humanidade e sociedade existem apenas quando se estabelecem relações de significação e processos de

comunicação. Logo, a cultura, como um todo, pode ser estudada como um fenômeno de comunicação baseado em sistemas de significação, como afirma o semiótico italiano Umberto Eco. Daí podermos concluir, também, que, na qualidade de homo simbolicus, no ser humano a cultura já integra a própria memória - individual e coletiva. Estudando a memória - individual ou coletiva - estamos estudando os fragmentos - maiores ou menores - da própria cultura em que o indivíduo está inserido. E a nossa memória - qualquer sentido que se atribua aqui ao termo, sentido restrito ou amplo, sentido específico ou abrangente - é um elemento integrante da cultura de que fazemos parte. Portanto, sempre estamos diante de um verdadeiro jogo de espelhos do fazer-interpretativo.

(*) Aleksandar Jovanovic é jornalista, doutor em Linguística, professor da Universidade de São Paulo e membro do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

[1] O presente texto baseia-se no original apresentado como conferência de abertura do III Congresso de História do ABC, em 6 de julho de 1994, nas dependências do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul.

Bibliografia

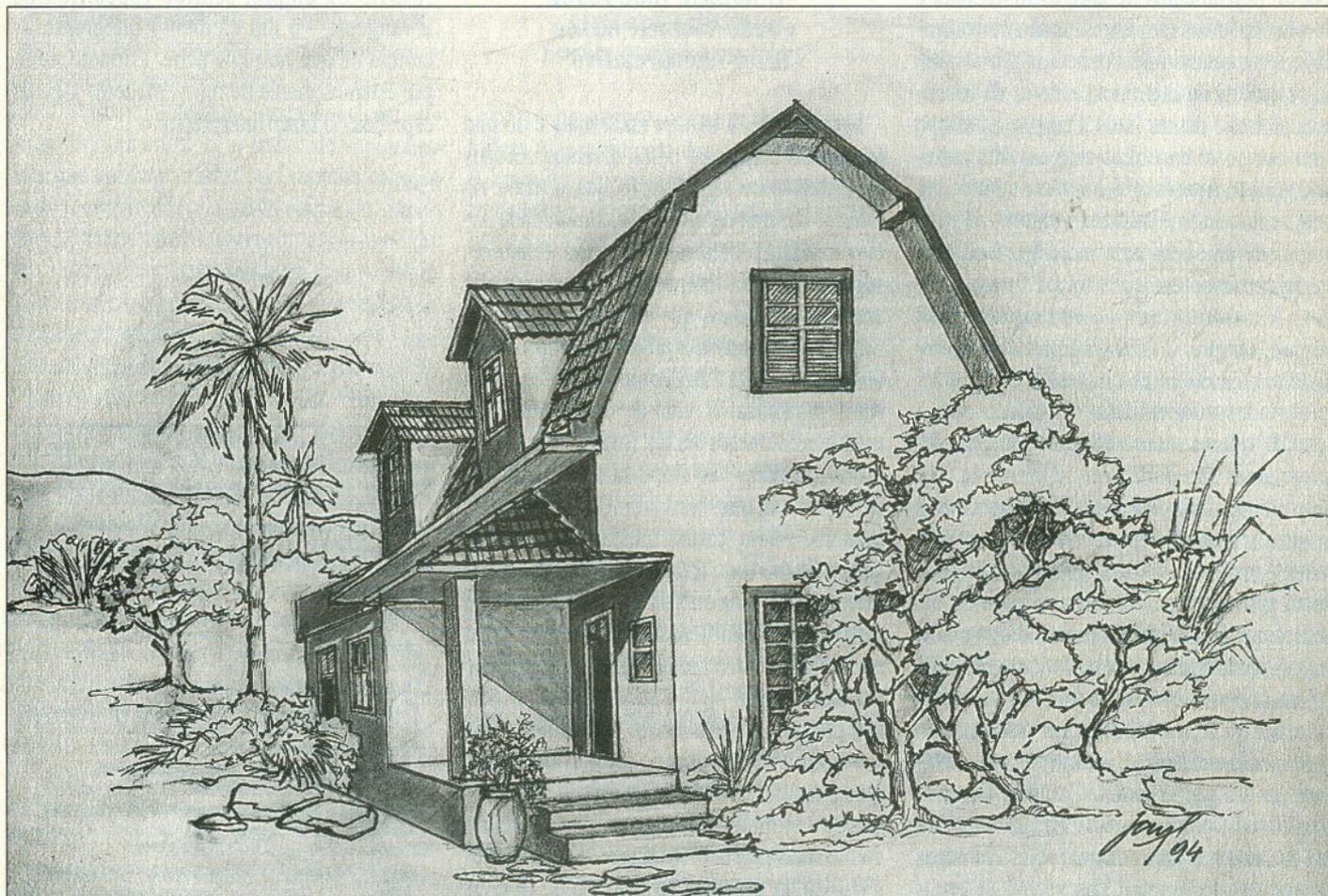
- Barthes, R. - *Mythologies*. Paris, Minuit, 1957;
 Cassirer, E. - *Antropologia Filosófica (Ensaio sobre o homem. Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana.)* Trad. de Vicente Félix de Queiróz. São Paulo, Mestre Jou, 1972;
 Eco, U. - *La struttura assente*. Milano, Bompiani, 1968;
 Eco, U. - *Trattato di semiotica generale*. Milano, Bompiani, 1976;
 Goldmann, L. - *Recherches dialectiques*. Paris, Gallimard, 1959;
 Greimas, A. J. & E. Landowski (org.) - *Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales*. Paris, Hachette, 1979;
 Greimas, A.J. - *Sémiotique et Sciences Sociales*. Paris, Seuil, 1976;
 Hymes, D. (ed.) - *Language in Culture and Society*. New York, Harper, 1964;
 Kristeva, J. - *La sémiotique, science critique et/ou critique de la science*. In: *Sémiotiké*. Paris, Seuil, Tel Quel, 1969;
 Lévi-Strauss, C. - *Anthropologie Structurale*. Paris, Plon, 1958;
 Lévi-Strauss, C. - *Le Totémisme aujourd'hui*. Paris, PUF, 1962;
 Machado Neto, A. L. - *Formação e Temática da Sociologia do Conhecimento*. São Paulo, Convívio: Edusp, 1979;
 Morris, Ch. - *Signs, language and behavior*. New York, Prentice Hall, 1946;
 Pais, C.T. - *Relações isotópicas e heterotópicas no universo semiológico*. In: *Significação: Revista Brasileira de Semiótica*. Ribeirão Preto, nº 1, 1974;
 Pais, C.T. - *Ensaio semiótico-lingüístico*. 2ª edição. São Paulo, Global, 1984;
 Rastier, F. - *Idéologie et signes*. Haia, Mouton, 1971;
 Ricoeur, P. - *Symbolé et temporalité*. In: *Archivio di filosofia*, 1-2, 1966;
 Robin, R. - *Histoire et Linguistique*. Paris, Armand Colin, 1973;
 Vygotki, Liév S. - *Mychlîniè i rièch (Pensamento e Linguagem)*. Moskvá, Izd-vo Nauka, 1956;

A Casa da Fábrica Formicida

(Crônica de um passado)

Jayme da Costa PATRÃO (*)

Ilustração: Jayme da Costa Patrão



A região de São Caetano do Tijucuçu - nos seus primórdios - mesmo quando ainda era a humilde e predestinada Fazenda São Caetano, promissor reduto beneditino - já naquela época distante, demonstrava sua grande tendência para o trabalho industrial. Conta-nos o escritor, sociólogo e pesquisador da nossa história, professor José de Sousa Martins, em seu importante e premiado livro Subúrbio, que, em visita ao núcleo colonial no ano de 1879, certo cidadão visitante notara a existência, ainda, das instalações da fábrica de louças decoradas e vitrificadas, lajotas, tijolos e telhas que os monges de São Paulo ali mantiveram em funcionamento por mais de 130 anos, a partir de 1730.

Há tempos vinha a Ordem Beneditina sofrendo pressões do Governo Reinol que culminaram num golpe extremo; o trancamento do noviciado em 1855. Com essa drástica medida a Ordem ficava impedida de aceitar novos monges; fato que quase o levaria à extinção no final do século. Além da diminuição do número de monges o governo dificultava a administração das fazendas.

Houve natural estagnação depois da perseguição movida contra o trabalho dos beneditinos que somente umas poucas olarias esparsas, "batendo tijolos e telhas", conseguiram substituir.

Com a vinda, em 1877, do imigrante italiano, disposto ao trabalho rude e com vontade férrea de vencer a todo custo na terra estranha e inóspita, uma nova esperança se esboçou no horizonte e um progresso elaborado lento, mas constante e sem esmorecimento, delineou o que a cidade de São Caetano seria no futuro.

Em seu utilíssimo e bastante consultado livro

Migração e Urbanização - A presença de São Caetano na região do ABC, o jornalista e escritor memorialista Ademir Medici pesquisou e relacionou nomes de pequenos empreendimentos comerciais e industriais que, em 1891-1892, já fazia recolher seus impostos na coletoria de São Bernardo.

Eis uma pequena parte que o acima citado livro anota [às páginas 44-45]: "Em 1896, a fábrica de sabão da Pamplona, Sobrinho e Cia. localizada no Bairro da Ponte, onde hoje estão as unidades desativadas da Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, passava a ser das primeiras contribuintes de impostos". A fábrica de formicida de Virgílio de Resende, também no Bairro da Ponte, apareceria no cadastro na primeira década do século.

De 1892 até o começo do século XX (continua o livro de Ademir Medici informando) a fabricação de carvão vegetal começou, paulatinamente, a desaparecer em São Caetano. Em compensação surgiram (como cogumelos após chuvas de verão) novos e mais rentáveis negócios e oportunidades, tais como: padarias, açougues vendas e botequins, armazéns de secos e molhados, ferragens e materiais diversos, depósitos de roupas feitas, chapéus e armarinhos, barbeiros, fábricas

de sabão, moinhos de fubá, fábricas de pólvora, selaria, correias de couro e arreios, fabricantes de carros e carroças, fundição de ferro e outros metais, ferreiros e marceneiros de móveis etc. Surgiram mais olarias e cerâmicas de terracote, fabricando meringas e postes de barro e outros utensílios.

Num crescendo, a população aumentava e o progresso já se divisava radiante na região que fora o núcleo dos frades da Ordem de São Bento.

Para se conhecer melhor a história da Casa

O loteamento de terras da firma Elekeiroz S/A. tinha como diretor titular Luiz M. Pinto Queirós e entre outros acionistas Francisco Matarazzo Sobrinho, Paulo A. Nogueira, South American Investment Company Ltda., Raul A. Machado e Guido Lapolo. Os terrenos postos à venda estendiam-se pelas ruas São Paulo, Maranhão, Sergipe, Piauí, Prudente de Moraes, Augusto de Toledo, Osvaldo Cruz, e rua Floriano Peixoto. Como a fábrica Formicida Paulista estava desativada e em terreno a ser vendido, o grupo Elekeiroz S/A - por extensão - aproveitava o prédio, que estava em boas condições funda a Indústria Formicida Elekeiroz S/A.

N a q u e l a mesma época, a região onde se encontravam os terrenos a serem negociados pelo grupo liderado por Luiz M. Pinto Queirós passa ser denominada Vila Elekeiroz.

Em 1916 há registro de que a Indústria Formicida Elekeiroz S/A paga à coletoria de São Bernardo o seu primeiro imposto de funcionamento.

O loteamento da Elekeiroz S/A progrediu e novas glebas foram adquiridas. Para um melhor e mais cómodo atendimento aos seus numerosos clientes e compradores prestamistas a Elekeiroz houve por bem mandar construir, em terreno da própria fábrica, uma casa que servisse como escritório e ao mesmo tempo como residência do corretor. A casa, de acordo com pesquisa feita, foi construída por mestre construtor de origem alemã. A sua construção obedeceu aos moldes dos elegantes chalés-alpinos.

Pouco mais tarde - na metade dos anos vinte a firma - Elekeiroz S/A se dispõe em lidar tão somente com o negócio dos loteamentos; arrenda a Fábrica Formicida (junta-

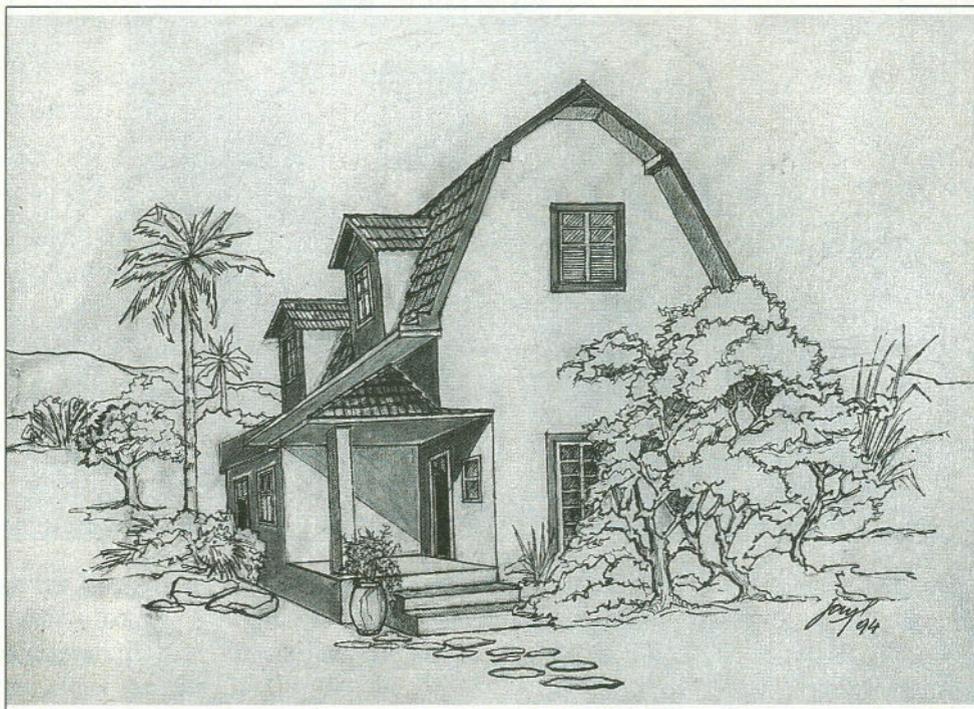


Ilustração: Jayme da Costa Patrão

de Formicida vamos-nos reportar ao longínquo ano de 1890, quando um grupo de empresários, liderados por Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, fundava a Fábrica Formicida Paulista localizada entre terrenos que foram dos imigrantes Antonio Gallo e Eliseu Leone; onde é hoje a Avenida Goiás (defronte ao Eepsg Coronel Bonifácio de Carvalho).

A sociedade da Fábrica Formicida Paulista esteve em atividade durante uns vinte anos. O sr. Albuquerque Lins, político de grande prestígio nacional, depois de ser presidente da Província do Rio Grande do Norte é encontrado como presidente da Província do Estado de São Paulo, (1908-1912). Evidentemente, formicida - com o seu cheiro característico e desagradável não era, com certeza, o negócio com que sonhara o ilustre homem público.

mente com o chalé alpino) a outro grupo de empresários que registraram e rebatisaram a velha fábrica como Formicida 4 Paus - Indústria Química.

Os membros da nova sociedade eram: Antônio Gonçalves Pereira, Abel Marques Nogueira e Pompeu Andreucci que, além do formicida, passavam a fabricar fungicidas, inseticidas, microbicidas, ácido sulfúrico e seus congêneres, sulfato de carbono e outros afins.

O diretor gerente de 4 Paus, Antônio Gonçalves Pereira, sua mulher e três filhos adolescentes passaram a residir no chalé alpino que ficou conhecido por todos como casa da Formicida 4 Paus.

Os campos ao redor da bela vivenda eram ocupados por inúmeras árvores frondosas - em sua maioria frutíferas, onde predominavam: laranjeiras, jabuticabeiras, pitangueiras, velhas pereiras, goiabeiras e até pequenos pé de arará. Outros frutos sumarentos eram disputados entre os meninos e a passarinhada barulhenta e alegre. A criançada da vizinhança, sem a devida permissão da família do seu Gonçalves - que era bondosa e comunicativa - catavam e comiam frutas e praticavam seus folguedos naquele pequeno paraíso; com a recomendação de não depredarem árvores nem desperdiçarem frutas.

É bem possível que aqueles campos e o exuberante pomar tenham sido o primeiro recanto de laser de São Caetano dos odores fortes e acres dos gases que de quando em vez volatilizavam - através das chaminés da fábrica.

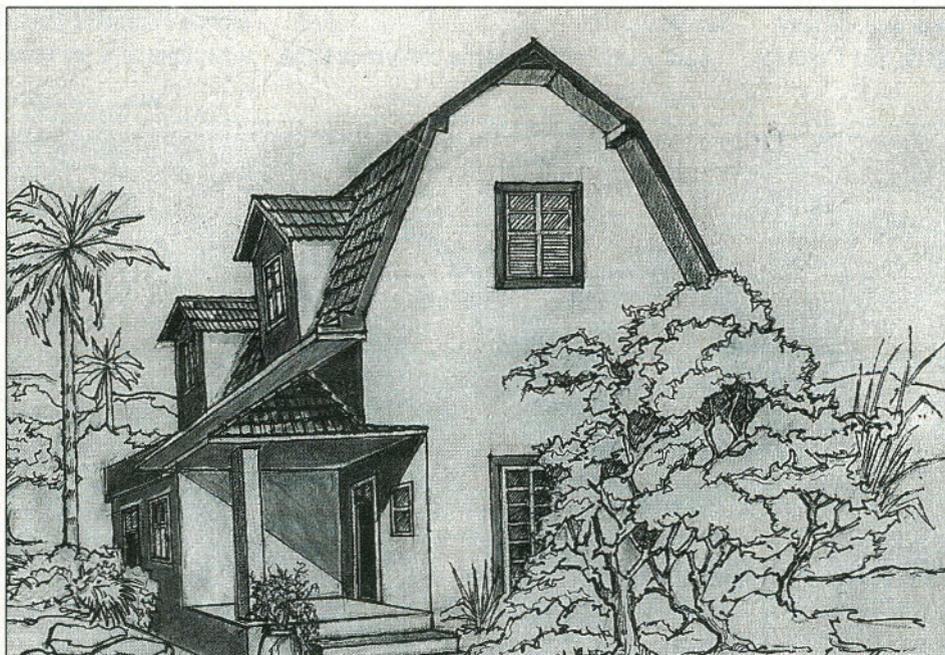
Poucos anos durou esse pequeno regalo. Em 1930 não havendo renovação do contrato de arrendamento a fábrica Formicida 4 Paus Indústria Química, desalojada, foi obrigada a se transferir para outro local. O novo endereço de 4 Paus Indústria Química passou a ser: Rua Senador Vergueiro, 498 esquina om

a Rua Margarido Pires (atual Avenida Goiás - Bairro Santo Antônio). A fábrica 4 Paus Indústria Química passou a ocupar uns velhos galpões desativados que faziam parte da Indústria Santana Ltda. de Manoel Gomes Santana e mais outros sócios que fabricavam pregos, sabão, anil, trefilação de arame, etc.

A velha e tradicional fábrica da Vila Elekeiroz foi sucateada e demolida completa-

Em 1952, a Prefeitura de São Caetano do Sul, tendo como primeiro prefeito do município Ângelo Raphael Pellegrino, edita uma revista - Isto é São Caetano do Sul - do jornalista Nelson Martins de Almeida que registra entre as muitas indústrias de São Caetano do Sul a Fábrica 4 Paus Indústria Química e Indústria Santana irmanadas na mesma rua e no mesmo prédio.

Ilustração: Jayme da Costa Patrão



mente - Não ficou pedra sobre pedra. Seu enorme terreno - valorizado pela especulação imobiliária foi retalhada e vendida em lotes.

Os moradores do chalé-alpino, residência da simpática família de seu Gonçalves mudaram-se todos para a Capital de São Paulo e ninguém mais ouviu falar deles. O chalé-alpino foi preservado da furiosa demolição e confinado em pequeno lote de terreno e posto à venda. O progresso se encarregou de construir casas bonitas e grandes prédios de apartamento em torno dele.

Como castigo e nome pomposo de Vila Elekeiroz desapareceu do mapa da cidade; em seu lugar surgiria o elegante Bairro Santa Paula.

O curioso é que em setembro de 1940 a Elekeiroz e até hoje ninguém sabe ao certo, porque e onde estava instalada o dito-cujo. Mistério!

A firma 4 paus Indústria Química, compartilhando das instalações da fábrica com a Indústria Santana, ainda resistiu funcionando, durante uns 25 anos.

Depois deste período de tempo, vamos encontrar, em agosto de 1959, a multinacional Z.F. do Brasil S/A, inaugurando sua moderníssima Fábrica de Engrenagens no quarteirão onde fora outrora ocupado pelas desaparecidas Indústrias de Pregos do Santana e Formicida 4 Paus Indústria Química.

Quem hoje transitar pela Rua Floriano Peixoto, nas proximidades do tradicional Externato Santo Antônio, ao passar diante do número 66 irá de

deparar com um enorme muro alto - que já foi branco, um dia - e que atualmente aguenta a fúria avassaladora da molecada, mal educada e irresponsável, que acredita que grafitar furiosamente e sujar com palavrões obscenos, borrar tudo o que esta limpo em propriedade alheia é maneira heróica valente de se fazer notar. Uma indecência!

Por detrás do muro, octogenário, esquecido no tempo e escondido por entre outras belas construções, consciente que no passado e na história da cidade, o chalé alpino, da Rua Floriano Peixoto, foi uma das mais antigas e formosas residências construídas, na época de São caetano do Sul.

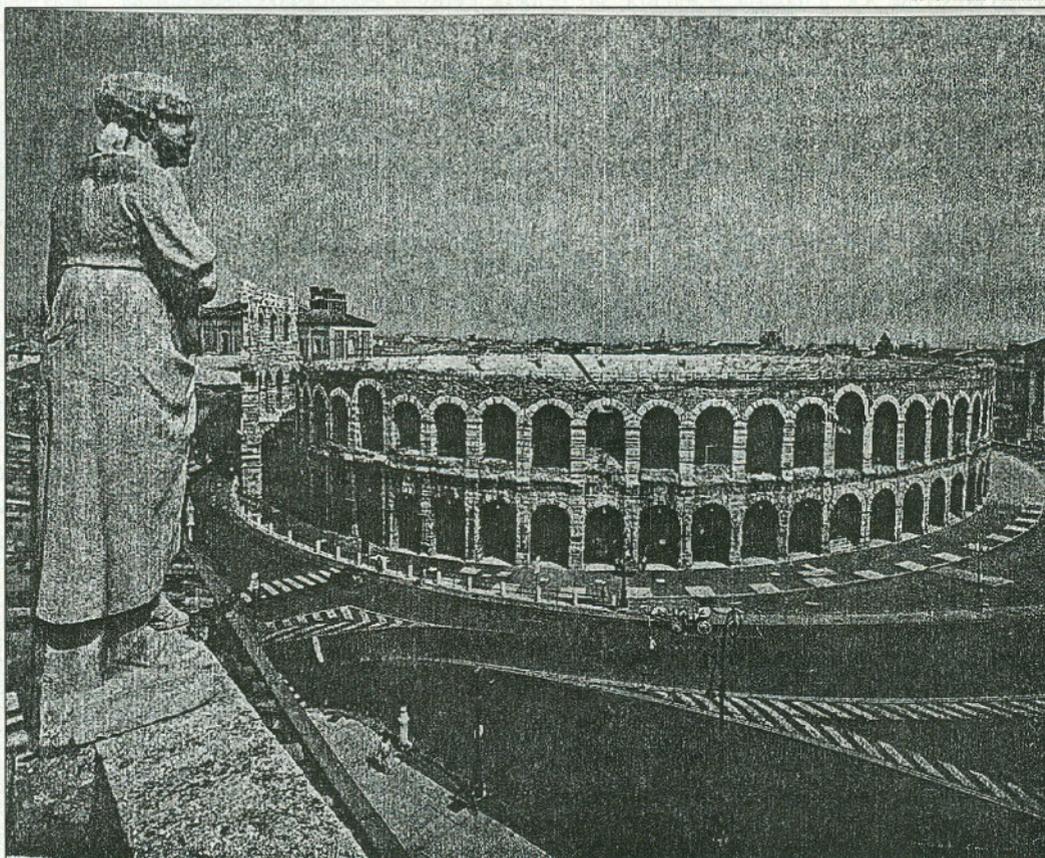
(*) Jayme da Costa Patrão é Membro do GIPEM e Diretor Conselho da Fundação Pró-Memória

Verona - a pérola do Vêneto

Arnaldo TREBILCOCK (*)

Acervo: Arnaldo Trebilcock

O Vêneto é a província italiana que oferece ao mundo a maior guirlanda de cidades antigas da Europa que possuem em maior quantidade obras de arte, principalmente escultura e pintura. A arquitetura, como sempre aconteceu nas cidades históricas da Europa, esbanjando técnica, beleza e fausto na construção de castelos para os duques, marqueses, reizinhos e reis, ou nas douradas e suntuosas igrejas para bispos, arcebispos e monsenhores.



Anfiteatro romano, em Verona, cuja construção deve ter sido iniciada por volta de 30 a.C.

Cuidavam então os arquitetos e projetistas tanto quanto os pintores em satisfazer, até mesmo adivinhar, a vontade dos poderosos oligarcas ou bispos, mesmo porque somente estes, ou alguns deles, podiam e queriam remunerar benevolentes, os pintores, escultores e arquitetos.

E Verona, logicamente, formou-se, cresceu e floresceu graças à munificência de marqueses, duques, condes, bispos e arcebispos, cada um buscando criar e colecionar algo melhor e de maior suntuosidade do que o outro. Príncipes, marqueses e duques ameaçavam com decapitação os que ousassem refutar suas ordens ou seus dese-

jos! Arcebispos e bispos, firmemente apoiados por papas e cardeais, excomungavam sumariamente, sem processo ou defesa, os que ousavam opor-se com vontade divergente.

Príncipes e bispos: foi este o binômio que, durante quatro ou cinco séculos, paudou a vida de itálicos, francos, ibérios, e alguns mais. As populações daqueles tempos viviam à margem do bem-estar, da comida farta e boa, dos prazeres da carne e do espírito. Quem vivia bem, comia bem e gozava eram os bajuladores, cortesões, asseclas e comandantes que rodeavam, chamados pelos poderosos ou impondo-se pela própria

ousadia, às centenas de cortes e palácios arcebispais. Os artistas, por sua vez, formavam uma corte à parte; habilidosos, fantásticos e geniais, eram procurados pelos do poder e, quando atingiam fama e renome, às vezes monetariamente disputados. Dos arroubos vaidosos antagônicos dos eleitos - por exemplo, Médici, Sforza, Bellini, Borromeo - surgiram e foram legados à posteridade as maravilhas arquitetônicas e pitorescas que encantam hoje os amantes do que é belo, do que é harmonioso, do que enleva as mentes bem formadas e cultas. Graças a esses truculentos príncipes, duques e bispos, a Europa, e a Itália em maior

volume, são hoje a meta dos que anseiam gozar o que os gênios da Idade Média e da Renascença souberam edificar e criar para satisfação própria e prazer dos mecenas de várias épocas. É verdade que, não raro, frente àquelas maravilhas das artes, nos assalta a dolorosa meditação de que toda aquela beleza foi criada, ao longo dos séculos, enquanto populações gemiam na miséria, na pobreza, na insegurança. (no final do século XIX e ao longo do século XX, a miséria, a pobreza, a insegurança, além dos inúmeros genocídios, foram causados pela truculência de imperadores, tiranos e ditadores, quase todos ferozmente apoiados por bispos, etc., de Guilherme a Francisco José e até Hitler, déspotas que não tiveram a menor preocupação com as Belas-Artes e que contratavam, pegando regimento, os artistas criadores de armas, apetrechos e forças voltadas ao extermínio, a escuridão, à opressão e ao domínio...)

Perdoem-nos a digressão, ou o desabafo, mas nosso intuito é falar sobre Verona, a cidade medieval, marco da Itália da Renascença. Verona - o que diz este nome? Qual a sua origem? Ninguém sabe ao certo, havendo

apenas algumas conjecturas muito vagas, inconsequentes, que não nos convencem. Quem e quando fundou Verona? A notícia mais remota fala em, talvez um século e meio antes de Cristo, quando se começou a ouvir o tropel dos bárbaros do Norte - celtas principalmente, que desciam de seus pagos gelados em busca de clima mais ameno e criavam acampamentos, bivaques, sempre à orla de algum rio de águas límpidas e à beira de florestas, assegurando assim a água e a lenha com que assavam suas carnes e aqueciam suas noites... Os primeiros núcleos não fincaram raízes: permaneciam em suas tendas ou tocas durante os meses da primavera e outono e retornavam a suas terras, por saudades ou por quererem voltar aos ócios de seus domínios... Alguns ficavam enfeitiçados pela beleza e clima ameno do lugar; outros permaneciam por amor a alguma dama local, que lhes haviam dado filhos. E, cremos, foi assim que surgiram os primeiros grupos estáveis de invasores que criaram os primeiros agrupamentos que geraram ajuntamentos, aldeias, povoados, cidades...

Contam as lendas que um comandante gaulês montou bivaque com seu grupo nu-

ma volta do rio Adige (Athesis) num ponto em que as águas haviam, ao longo dos milênios, cavado uma pequena enseada em que o rio descansava levemente, em sua caminhada turbulenta rumo à planície, e que o levaria ao mar, ao Adriático. Um prado de verdes e tenras relvas dava guarida a um espriado de flores; flores que os invasores nunca tinham visto, com um perfume forte e inebriante: eram os jacintos do Vêneto, uma flor de pétalas longas e carnudas, espécie próxima e talvez derivada dos edelweiss alpinos e que, contrariamene a estes, se ofereciam livremente em prados e moitas, fáceis de ser colhidos, inteiramente diversos dos edelweiss que floresciam em fissuras rochosas, quase sempre em neves remanescentes, que tornavam sua colheita uma aventura de risco permanente.

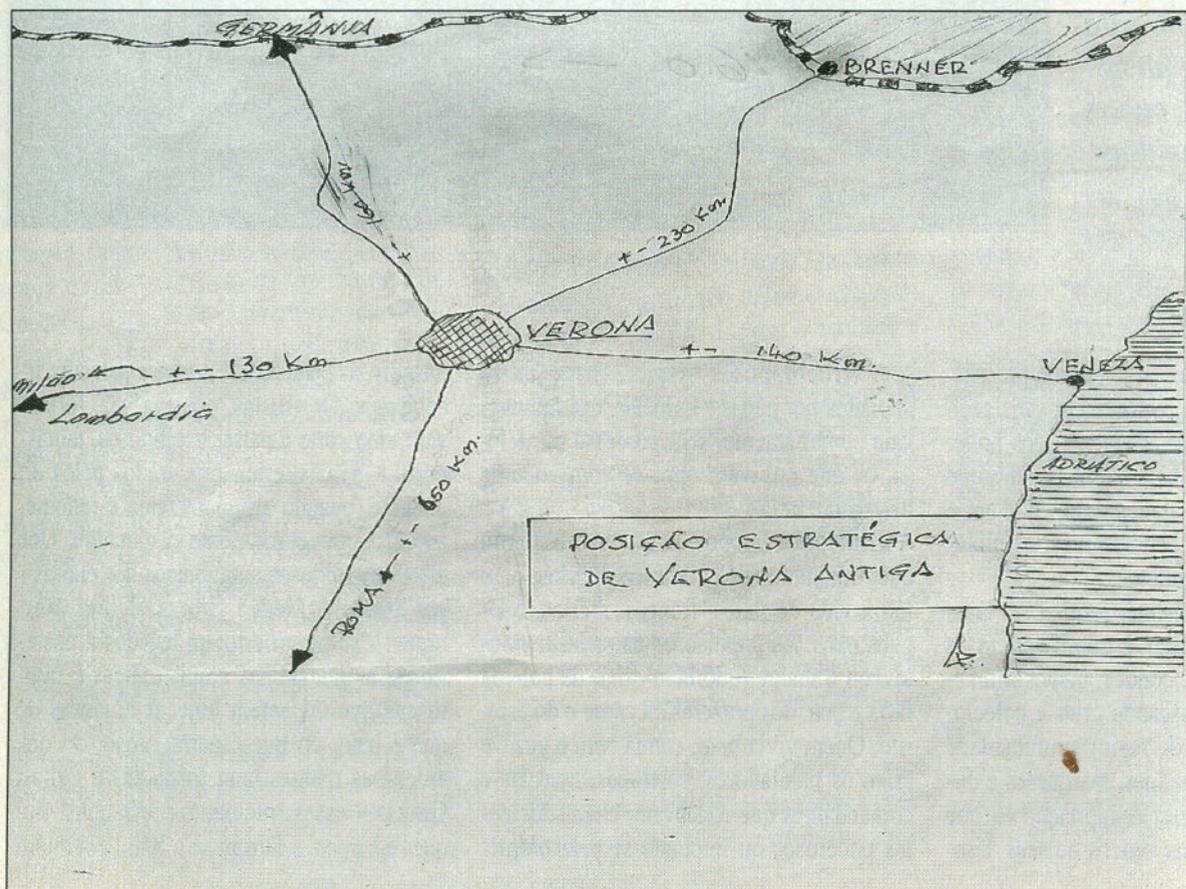
E foi certamente este conjunto de amenidades que cativou o comandante bárbaro e o levou a fixar-se naquela curva do Adige e ali montar um acampamento que, ao longo dos tempos, se transformou em núcleo, aldeia, vila, povoado, desabrochando, finalmente, na bela Verona.

A cidade tornou-se, como todas as cidades

vênetas e lombardas, cobiça das várias facções do Norte que começaram, bem antes das legiões romanas a percorrer, conquistar e saquear o norte da Itália. O Vêneto, por ser a região mais facilmente acessível, e certamente a mais bela, amplamente aberta após transportos os Alpes através do passo do Brenner, foi a parte da Itália mais constantemente percorrida pelos homens do Norte, cujo tropel culminou com as destruições de Átila, o Huno.

Talvez o primeiro domínio semi-

Ilustração de Arnaldo Trebilcock





Posição geopolítica da Verona atual

permanente de Verona foi dos cenomanos, gauleses rústicos e cruéis, que desciam de Bríxia para incursões de rapinas e conquistas e que fizeram de Verona sua morada preferida. Lá pelos idos de 89 a.C., Verona tornou-

se uma colônia latina, decididamente uma conquista romana, alçada ao mais importante entreposto de Roma no norte da Itália. E as legiões de Roma desenvolveram e trouxeram a Verona a *ius latinum* e, em sequência, a or-

dem, a cultura e a férrea disciplina de Roma Imperial. Com Ostília, Aquiléia e Mediolanum, Verona formou o quadrilátero administrativo dos Césares. Ali, em Verona, nasceu em floresceu Catullus, o maior poeta imperial.

Verona foi seguramente a cidade mais disputada, conquistada e martirizada do Vêneto. Aproximadamente na metade do primeiro século cristão, em Verona foi criado o quartel-general das legiões de Vespasiano, que a escolheu pelo seu enorme valor estratégico; dois terços do perímetro tinham então a formidável defesa de um rio, o Adige o que tornava mais fácil e menos custosa a ereção de muradas e bastiões.

Combatendo e derrotando as legiões de Roma, conquistou Verona o imperador bizantino Constantino. Já alguns anos, antes o aventureiro Odoaker fora escoraçado por Teodorico, o Godo, o lendário germânico Teodorico vom Bern, que construiu em Verona um castelo fortificado em que residia frequentemente.

Na Idade Média, Verona começou a sentir as delícias do crescimento em área, em população e importância políticas. Alboino, rei da Lombardia, conquistou Verona lá por 568, tornando-a uma desejada residência dos senhores lombardos e reis francos. Embora sofresse, co-

grandes centros políticos e, felizmente, pólo das Artes, sob a proteção e patrocínio das famílias Scaliger e Della Scala.

Mastino I della Scala fundou a dinastia veronesa, sucedendo no comando de Verona a Ezzelino da Romagna. Mastino governou Verona até sua morte e foi sucedido pelo filho Alberto della Scala. O filho deste, Bartolomeo, foi confirmado governador de Verona não por direito de descendência, mas por sufrágio popular.

Foi nos séculos X e XI que Verona recebeu suas mais belas obras de arte e o patrocínio ou proteção dos mecenas lombardos e florentinos, com maior destaque para os Sforza e Médici.

Mas os mais conhecidos e falados cidadãos de Verona, cuja fama e infortúnio são lembrados e perduram até hoje, foram dois jovens aristocratas de duas poderosas famílias veronesas: Romeu e Julieta. Existiram realmente esses Romeu e Julieta? Ou foram criaturas imaginadas e criadas pelo grande dramaturgo inglês Shakespeare, o bardo britânico que se enamorou pela Itália, mais precisamente pelo Vêneto e que, com sua imaginação fértil e maravilhosa, criou duas obras que reluzem em grandeza na constelação de obras-primas da arte dramática e da poesia - Romeu e Julieta e Otelo - que tiveram como cenário as duas cidades que o inglês mais admirou e amou, Verona e Veneza.

A tendência geral sempre foi falar de Romeu e Julieta como criaturas reais, como dois apaixonados amantes, cujos amores seus pais renegavam por serem rivais e inimigos ferrenhos. No bojo da história de famílias poderosas ligadas ao poder - nas lutas corriqueiras na Itália daqueles tempos - existiram muitos jovens que se amaram contra a vontade dos pais, e que resolviam o problema de maneira muito diferente das contadas pelo inglês... simplesmente unindo-se em fugas e deserções ou refugiando-se em igrejas e conventos, de onde não raramente regressavam à casa maternal, perdoados graças à persuasão dos padres ou priores que amaciavam o rancor paterno em nome do amor... o eterno amor... a divina dádiva cristã...

Shakespeare, com sua maestria eminente, deu aos amantes de Verona uma saga muito mais poética e vibrante, dissertando sobre a desventura dos dois em belíssimas e comoventes páginas. Shakespeare sublimou uma história de amor que já fora contada em tem-

pos idos por Ovídio quando falou em Pyramus e Thisbe. Sintomática no raco do inglês: nenhuma referência real da igreja. Mesmo sem considerar a diferença teológica entre a Igreja de Shakespeare, diversa da católica, o bardo não quis dar a menor importância à Igreja e ignorou a repulsa dos cânones apostólicos aos suicidas, evitando, assim, qualquer sombra negativa à pureza do trágico amor de Romeu e Julieta. Dante, em sua Divina Comédia, comovido pela aura poética que envolveu os dois jovens veroneses e talvez também por gratidão à hospedagem que lhe foi magnificamente oferecida por um dos governantes de Verona, deu a Romeu e Julieta um plácido lugar no Purgatório, não ousando levá-los ao Paraíso evitando, assim, a ira dos monsenhores, nem querendo cortejá-los com uma condenação ao Inferno! Colocando os amantes no Purgatório, Dante proferiu uma sentença semi-salomônica, reforçando ainda a crença na existência real e palpável de Romeu e Julieta, existência que nunca foi, e nunca será, contestada, especialmente pelo escritório de turismo de Verona, onde os guias bem treinados mostram, eufóricos, aos turistas o balcão onde Julieta debruçava suas tranças loiras às carícias e beijos apaixonadas de Romeu... Provavelmente teve Shakespeare a inspiração da maravilhosa obra literária pelo estudo profundo das lutas entre duas facções políticas - Guelfos e Ghibelinos -, resumindo o universo a um feudo entre duas famílias da nobreza (?) veronesa, os Montecchio e Capuletto (na realizade Montecchi e Capelletti). Romeu e Julieta podem ter existido ou não, mas serão sempre vistos como duas pequenas jóias engastadas na eterna jóia maior: Verona.

Romeu e Julieta simbolizam os amores, as paixões românticas da Idade Média, quando a união de dois jovens era determinada por pais e mães, ciosos de suas linhagens, quase sempre nebulosas na origem, ou mais frequentemente pela cúpida necessidade de aumentar o dourado de seus braços, ligando-se a outros mais reluzentes. Romeu e Julieta (porque não Julieta e Romeu?!) são um símbolo de Verona medieval e uma das mais belas lendas veronesas. O que atrai hoje em dia a Verona, os que buscam as maravilhas dos tempos idos e do Renascimento italiano, é o grande número de obras arquitetônicas, as esculturas e as pinturas dos mestres da épo-

ca. Falando apenas das mais vistosas e suntuosas enunciamos: o Anfiteatro Romano - uma cópia em sua arquitetura e formato do Colosseum de Roma, sem a nódoa dos sacrifícios de cristãos, nem das lutas mortais entre retiários e gladiadores. Pelo que diz a lenda, no anfiteatro romano de Verona só havia corridas de bigas e quadrigas, muitos jogos atléticos e, nas noites mais amenas, espetáculos de récitas, dramas e danças. Era pura cultura, divertimento de alto valor, sem violência, sem sangue, sem nenhuma pollice verso, mas com louros e palmas e amoldurar a fonte dos vencedores que comemoravam suas vitórias junto aos oponentes que brincavam os vitoriosos sem rancor, prometendo jocosamente roubar os louros em próximos embates.

Verona ostenta ainda um mundo de arquiteturas que tiveram três fontes: as escolas lombarda, a florentina e a veneziana. Fra Giocondo deu a Verona arquiteturas maravilhosas; tinha ele como marco principal lindas decorações em esculturas que adornavam os palácios por ele projetados e construídos. Outro grande arquiteto veronês foi Michele Sammichelli que deu a Verona, somente à sua amada Verona, uma série de lindos palácios, salientado os palácios Bevilacqua, Canossa e Pompei.

As pinturas de Verona são mais antigas do que seus palácios. Começamos com pinturas primitivas em rochas e paredes, entre elas as que adornam os muros dos templos de São Nazário e Celso. Os séculos XII e XIII trouxeram as pinturas da escola bizantina, onde ressaltam as existências na Igreja de São Zeno, o protetor de Verona. O terceiro ciclo é chamados giottesco, em que brilham Altichieri e Giacomo d'Avanzo, discípulos de Giotto, cujos afrescos e pinturas são ricos em suas composições, vivacidade de seus modelos e riqueza de detalhes, Vittório Pisano, o Pisanello, um charmoso pintor e maior medalhista da Itália, executou um afresco belíssimo na Igreja de Santa Anastásia, reproduzindo São Jorge e a princesa depois da submissão do Dragão. Outros dois pintores veroneses, Paulo Veronesi e Bonifácio, pertenceram mais à escola venesiana.

As igrejas de Verona ostentam esculturas decorativas de imenso valor, altos-relevos belíssimos em que o artista misturou vultos e cenas sacras a cenas de caça e monstros grotescos. São Zeno, protetor e patrono de

Verona, tem em sua igreja as mais lindas pinturas e afrescos, obras de seus mais amados artistas, Fra Giocondo e Sammichelli. São Zeno é também a maior igreja de Verona, mas não é a Catedral, templo contruído depois da remodelação de São Zeno, e consagrado em 1187. A catedral, situada à margem do Adige, apresenta uma bela fachada, rica em esculturas da escola romanesca. Sua parte superior foi adicionada cerca de quatro séculos depois, ostentando um claustro e dois lances de escadas. Seu campanário, obra de Sammichelli, nunca foi concluído. Em seu solo repousam os restos mortais de um papa - Lúcio III -, ali sepultado em 1185. Há indícios de que Carlos Borromeo, o arcebispo canonizado e elevado a São Carlo Borromeo, residiu e amou Verona.

Verona passou, como todos os principados, ducados e baronatos da Itália setentrional, sob o comando - férreos alguns, melífluos outros - de príncipes, duques e barões que cuidaram sempre em dar a suas famílias poder e riqueza, pouco cuidando do povo, aquele aglomerado de seres que, desprezados e oprimidos, davam com seu trabalho quase escravo sustentação às aventuras turbulentas dos mandantes.

No século XIV, uma família veronesa iniciou uma dinastia que deu à martirizada cidade uma base política e administrativa estável, e que durou pouco mais de um século, dando a Verona um período de tranqüilidade, operosidade e ordem que a levaram ao nível das maiores e melhores cidades itálicas da Idade Média. Foi esta dinastia a Della Scala. Como seu fundador, temos Mastino Della Scala, que comandou Verona de 1260 a 1277, foi sucessor de Ezzelino di Romagna; morreu em 1277. Seu sucessor foi Alberto Della Scala. Este morreu em 1301, e seu sucessor, o filho Bartolomeo, foi - cremos que pela primeira vez naqueles tempos - confirmado como chefe não por direito de descendência, mas por voto popular, um estranho fulgor de democracia na idade feudal. Bartolomeo teve um outro mandato, pois morreu três anos depois. Tomou o poder o irmão Alboino, pelo que se sabe, sem se preocupar com o veredito popular. Alboino morreu em 1311. Tomou o pódio o caçula de Alberto Can Grande, Francesco della Scala, que já partilhava com o irmão o poder e que se tornou, assim, o único senhor de Verona.

Francesco foi sem dúvida o mais ilustre,

operoso e hábil governador de Verona: protetor das artes e dos artistas, deu enorme incentivo à cultura, à poesia e às artes, chamando a Verona os mais eminentes poetas e artistas. Hospedou princiamente a Dante. Foi nesse período que, segundo Shakespeare, se amaram Julieta e Romeu...

Os demais príncipes desta dinastia foram Giovanni, Mastino II, Can Grande I e Can Siggornino.

Gian Carlo Visconti, Duque de Milão, empossou-se de Verona, por direito de conquista. Pouco depois da morte de Visconti, Verona caiu, por tramas traiçoeiras e torpes, às mãos de Francesco I, senhor de Pádua. Seguindo seu destino de mártir, Verona foi anexada, junto com Pádua, a Veneza. Os venezianos dominaram Verona até serem eliminados por Napoleão, o Corso, que useiro e vezeiro em dar aos amigos o que não era seu, entregou o Vêneto todo aos austríacos. Verona foi elevada pelos novos senhores a cidade-chave do quadrilátero defensivo formado por Verona-Mantova-Legnano-Peschiera. Este quadrilátero, fortificado intensamente, formou a base defensiva austríaca até 1866.

O domínio austríaco - 1797-1918 - foi o mais sombrio e cruel martírio por que passou Verona. Toda essa seqüência de dominantes, príncipes, duques, ilustres ou canalhas, que assolou Verona, teve o seu lado luminoso. Além de enriquecer a cidade com obras de arte de alto valor e beleza, moldou e temperou ao fogo das rapinas, destruições e artimanhas, o caráter veronês, aquela mentalidade prática, rígida e sisuda que pautava a alma vêneta. Verona criou, ao cair sob o domínio austríaco, o mais forte núcleo da resistência, da conspiração, do irredentismo vêneta. Famílias nobres de Verona deram vida, corpo e alma ao movimento irredentista. Seus jovens condes e barões formaram os centro iniciais que organizaram a resistência aos dominantes. Muitos deles, ligados por laços íntimos a nobres austríacos e alemães, engajaram-se, como não podiam deixar de fazer sob pena de execução pelos austríacos, no Exército Imperial e, por direitos hierárquicos, galgaram postos elevados, passando rapidamente de tenentes e capitães, maiores e tenentes-coronéis. (Coronéis e generais eram patentes reservadas a austríacos natos). O Exército de Francisco José, e seus sucessores, foi um dos melhores da Europa, per-

dendo em poder e eficiência apenas aos prussianos.

Muitos foram os tenentes, capitães e maiores que tudo arriscaram, ao passar aos conspiradores italianos, informações valiosas sobre a composição o efetivo e o armamento do poderoso Exército Austríaco. Dois dos maiores conspiradores foram capturados e enforcados pelos austríacos: Giusti e Battisti. Muitos outros tiveram de abandonar, às pressas, seus lares e refugiar-se na França e na Inglaterra, avisados a tempo de suas prisões iminentes. Estes jovens da nobreza vêneta formaram, ao romper a guerra, em 1915, um valioso contingente de oficiais bem treinados e conhecedores da estrutura do inimigo. Não foram engajados por Cardona, por não ficarem expostos aos riscos de serem selecionados por agentes austríacos e italianos simpaticizantes, capturados ou assassinados.

Verona, como todo o Vêneto, suportou o vendaval da I Guerra mundial com a firmeza e estoicidade seculares. Afinal, tinham recebido de seus antanhos uma enorme experiência quanto à resistência a invasores usurpadores, traidores e quejandos... Foi assim forjando, moldando e burilando o caráter firme, a sisudez, a resistência aos dominantes estrangeiros, os veroneses souberam criar o fulcro de patriotismo sadio, sem jaças, solidificando o cerne básico da alma italiana.

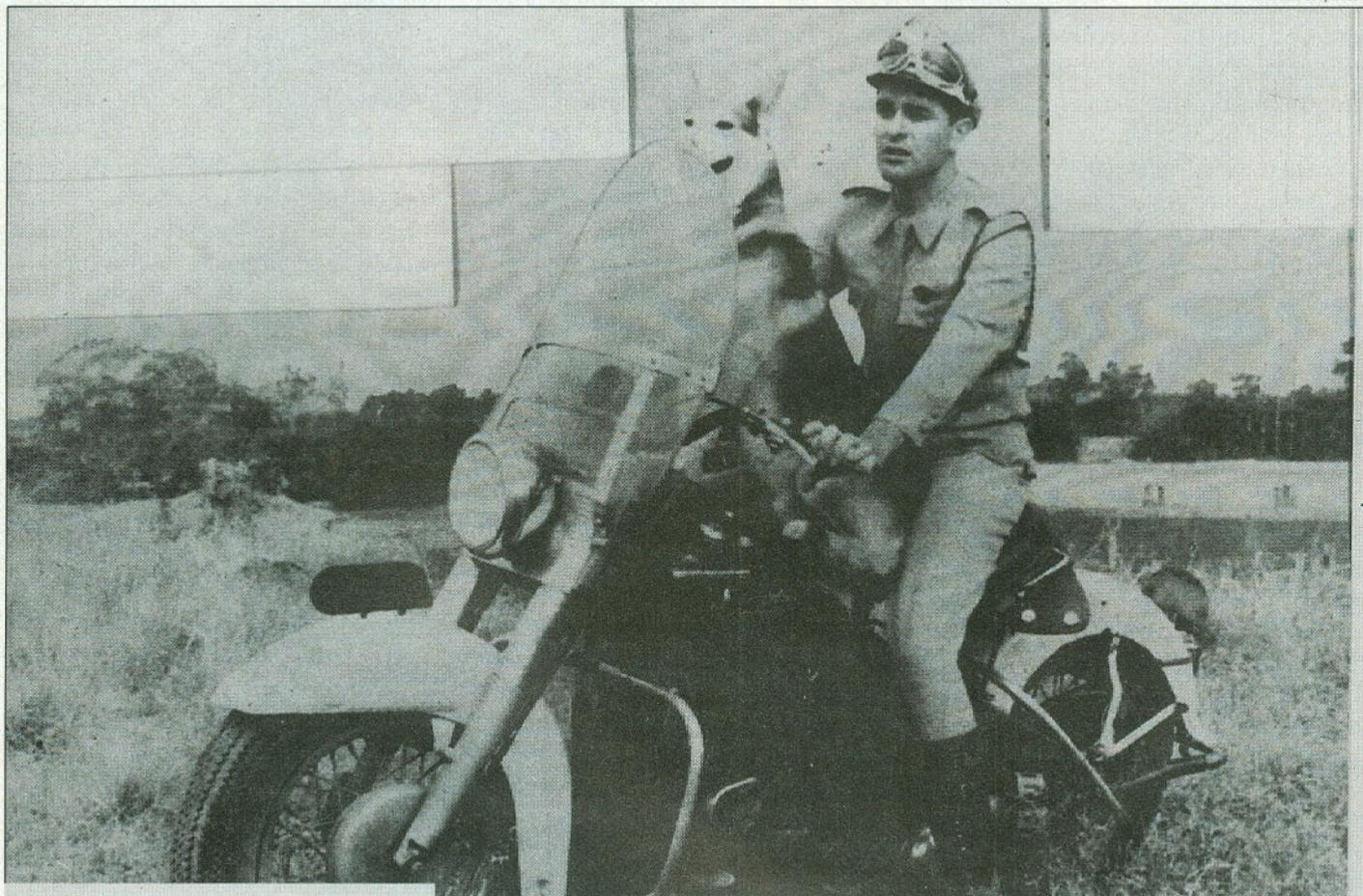
Quando, finalente, em 1919, completou-se a unidade da Itália, Verona, parte do Vêneto já então limpo, pôde enfim dar ao mundo, sem restrições, sem proibições, sem inibições, tudo quanto tem de belo, de arte de vida. Pouco conhecida dos turistas brasileiros, tem a oferecer ao visitante um cabedal de artes tão rico como Roma, Veneza, Nápoles, perdendo apenas para Firenze. Verona, terra de Catullus, palco da tragédia de Romeu e Julieta, pérola do Vêneto, segue o seu destino sem desvios, sem hesitações. Bárbaros, corsos, austríacos, alemães, fascistas, comunistas, papistas dominaram, sagraram, saquearam Verona, sem conseguir destruir a alma da cidade, sem conseguir macular, irremediavelmente, o caráter de seu povo. Verona, a bela cidade, a cidade sisuda, séria, fechada, segue seu destino, rumo à Eternidade...

(*) Arnaldo Trebilcock, brasileiro, estudou na Europa e terminou os seus cursos numa universidade italiana. Foi redator-chefe da Tribuna das Estâncias e redigiu os artigos de fundo da Tribuna Latina. Doutor em Ciências Comerciais, atua como agente-geral para o Brasil de empresas fabricantes de maquinário e equipamento para indústrias petrolíferas, petroquímicas e farmacêuticas

A volta do Vigilante Rodoviário

Antonio de ANDRADE (*)

Revista Cooperhodia



Carlos Miranda, herói do primeiro seriado nacional, interpretando o Vigilante Rodoviário, na moto com o seu inseparável amigo, o cão Lobo

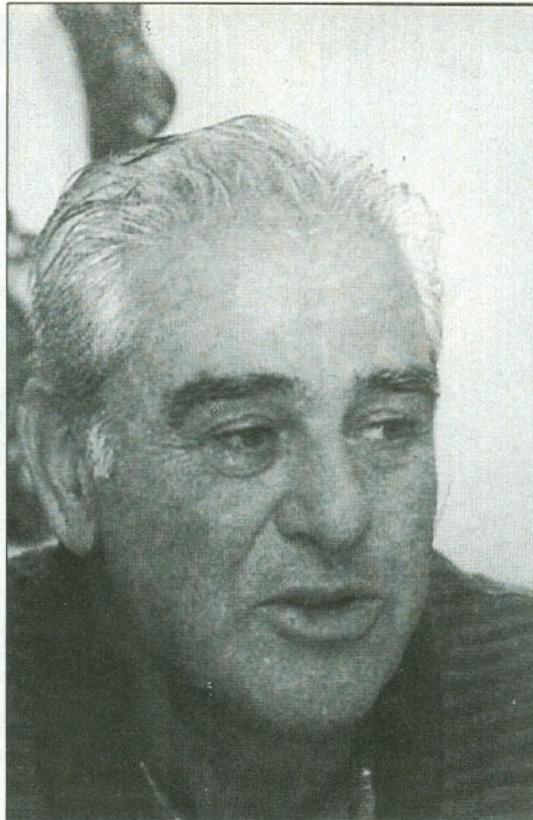
*“De noite ou de dia,
firme no volante,
vai pela rodovia
bravo vigilante.
O seu olhar amigo,
é um farol,
que avisa do perigo...”*

(Trecho do hino do Vigilante Rodoviário)

III Congresso de História do Grande ABC, realizado em São Caetano do Sul em julho último, deu continuidade e consolidou um importante espaço de encontro de pesquisadores da memória regional. Para os não iniciados no mister da pesquisa histórica, um congresso deste porte, e desta especificidade, corre o risco de soar como um encontro de nostálgicos cultuadores de um passado que o tempo cuidou de apagar. Muito pelo contrá-

rio: a experiência adquirida nos congressos anteriores, realizados em Santo André (1990) e São Bernardo (1992) ficou reafirmada no Congresso de São Caetano do Sul, onde predominou o público jovem, com inúmeras contribuições acadêmicas de professores e estudantes, o que vem complementar e consolidar o trabalho dos pioneiros pesquisadores, cuja contribuição para o resgate de nossa história tem sido de valor inestimável. Fatos

recentes, ligados à história social e cultural de nossas cidades foram discutidos e avaliados, acenando para novos rumos de reflexão e pesquisa que por certo, terão continuidade no IV Congresso já agendado para 1996 em Diadema. O campo da comunicação social, com certeza, aponta para um âmbito de pesquisa bastante promissor. Jornalistas, radialistas, cineastas, atores, artistas plásticos e escritores, toda uma geração de nomes fundamentais para compreensão da história cultural do Grande ABC, passa a ser conhecida e estudada dentro de bases científicas e, mais importante, reconhecida em sua especificidade a contribuição de cada um na formação de uma identidade cultural da região. A verdade é que o mundo moderno tem pressa, muita pressa. Os meios de comunicação de massa são como uma vitrine dessa dinâmica, são como um paradigma desta modernidade - Não sobra espaço para os pioneiros e para o passado, seja ele o mais importante e brilhante. Velocidade e perenidade são palavras sínteses do mundo atual. Assim, meios de comunicação com a televisão e o cinema, segmentos recentes da história humana, somente recebem atenção enquanto presente e perspectivas futuras. O passado não gera lucro, é investimento de alto risco... Em Raízes esta preocupação e interesse com a questão da comunicação social tem ocupado generoso espaço desde seu primeiro número. Tem sido crescente a contribuição dos diversos segmentos da sociedade local no fornecimento de subsídios que possibilitem a compreensão e resgate, do papel que desempenhamos ao longo do desenvolvimento daquilo que hoje chamamos de "mídia". Desta forma, a concretização de uma mesa redonda, para a discussão das questões específicas relacionadas à televisão e ao cinema, constituiu momento significativo do 3º Congresso. A participação de Carlos Miranda, o antológico personagem da série brasileira para televisão O Vigilante Rodoviário enriqueceu em muito os objetivos estabelecidos pela comissão organizadora que, ao longo de um ano, discutiu e pensou os rumos deste congresso. A série estrelada por Miranda em muito teve a ver com o Grande ABC, cujas estradas e paisagens serviram de cenário para diversos episódios da série que, no início dos anos sessenta, praticamente monopolizou a audiência nos horá-



Atualmente, Carlos Miranda é tenente-coronel da reserva da Polícia Rodoviária e trabalha como Relações Públicas na Secretaria de Estado da Cultura

rios em que era exibida.

A série remonta ao ano de 1961, época em que a televisão brasileira completava seu primeiro decênio e, um providencial decreto federal, passou a exigir das emissoras a exibição, ao menos uma vez por semana, de um filme brasileiro feito para a televisão. Iniciativa deste porte contemplava uma reivindicação dos cineastas nacionais, interessados em ampliar o mercado de trabalho, injustamente prejudicado pela concorrência dos chamados enlatados norte-americanos que dominavam, como até hoje dominam, o mercado exibindo nacionais, seja nos cinemas ou nas emissoras de televisão. A Carlos Miranda uniram-se nomes tradicionais da cinematografia de São Paulo como Alfredo Palácios e Ary Fernandes, vindos de iniciativas frustradas de implantação de uma produção cinematográfica em escala industrial. Nos anos finais da década de quarenta São Paulo explodia em crescimento, investimentos e riqueza. Nomes famosos do cinema europeu buscavam trabalho na América, fugindo de uma Europa destruída pela Guerra. A iniciativa mais conhecida neste aspecto, seja por sua

grandeza, seja pelo seu monumental fracasso e prejuízo foi a Cia. Cinematográfica Vera Cruz, instalada em São Bernardo do Campo. De toda maneira sobrou um resultado positivo, formou-se um enorme contingente de técnicos e atores, criando enorme espaço de trabalho que iria se ramificar e chegar à televisão, que surgia em São Paulo em 1950. O depoimento de Carlos Miranda neste sentido é bastante esclarecedor ao avaliar a situação naquele momento: "Nós, que já fazíamos cinema desde 1949, estávamos mais ou menos entrosados dentro do ambiente, vendo aquele novo meio de comunicação, que era a televisão. Você via que tudo era estrangeiro, não tinha nada brasileiro. Então, nós começamos a pensar em fazer alguma coisa para nós, alguma coisa para o Brasil.

Começamos a pesquisar. Os filmes americanos tinham 25 minutos de duração e cinco de comerciais que perfaziam os 30 minutos exigidos pela televisão. A gente começou a contar as tomadas de cena e os planos, para saber qual era o ritmo de um filme para televisão. Começamos a analisar as men-

sagens, a história e buscar alguma coisa que fosse conhecida do nosso telespectador. Primeiramente pensamos em fazer um herói do cotidiano (...) Então lembramos da Polícia Rodoviária, que era uma novidade, fundada por ex-pracinhas que vieram da Segunda Guerra. Assim, achamos o personagem, mas tinha que ter alguma coisa de ligação e pensamos num animal. Primeiro foi um macaco, depois um cavalo, finalmente optamos pelo cachorro. Aí a loucura foi achar o tal cachorro. Nós tínhamos um amigo na Itapetininga Propaganda que havia feito um anúncio de um móvel de aço (móveis de aço Fiel) e tinha fotografado um cachorro muito bonito (...) Só que o cachorro chamava King (...) O Álvaro Moya, que era diretor da recém-criada TV Excelsior, ajudou a escolher o nome do cachorro: Lobo."

No depoimento de Carlos Miranda fica claro o nível de dificuldades, até hoje comuns, a todos que se dedicam a produzir cultura em nosso país. Desconfiança, falta de apoio, ingratidão e boicote. Obstáculos de toda espécie, vindos desde o exterior mas, fundamentalmente, de um empresariado co-



O Vigilante Rodoviário, com o cão Lobo, em foto publicada em 1973

lorizado e acomodado às facilidades e lucros certos do produto importado.

Mesmo com dificuldades de toda espécie - como, por exemplo, o fato de o portentoso Simca Chambord, pilotado pelo sempre atento Vigilante, ter de ser devolvido à fábrica no final do dia de filmagens - conseguiu-se concluir um episódio-piloto que serviria para exposições junto às agências de propaganda, com o objetivo de obter o patrocínio publicitário que viabilizasse um pacote de episódios suficiente para manter a série no ar pelo menos durante um ano. (1).

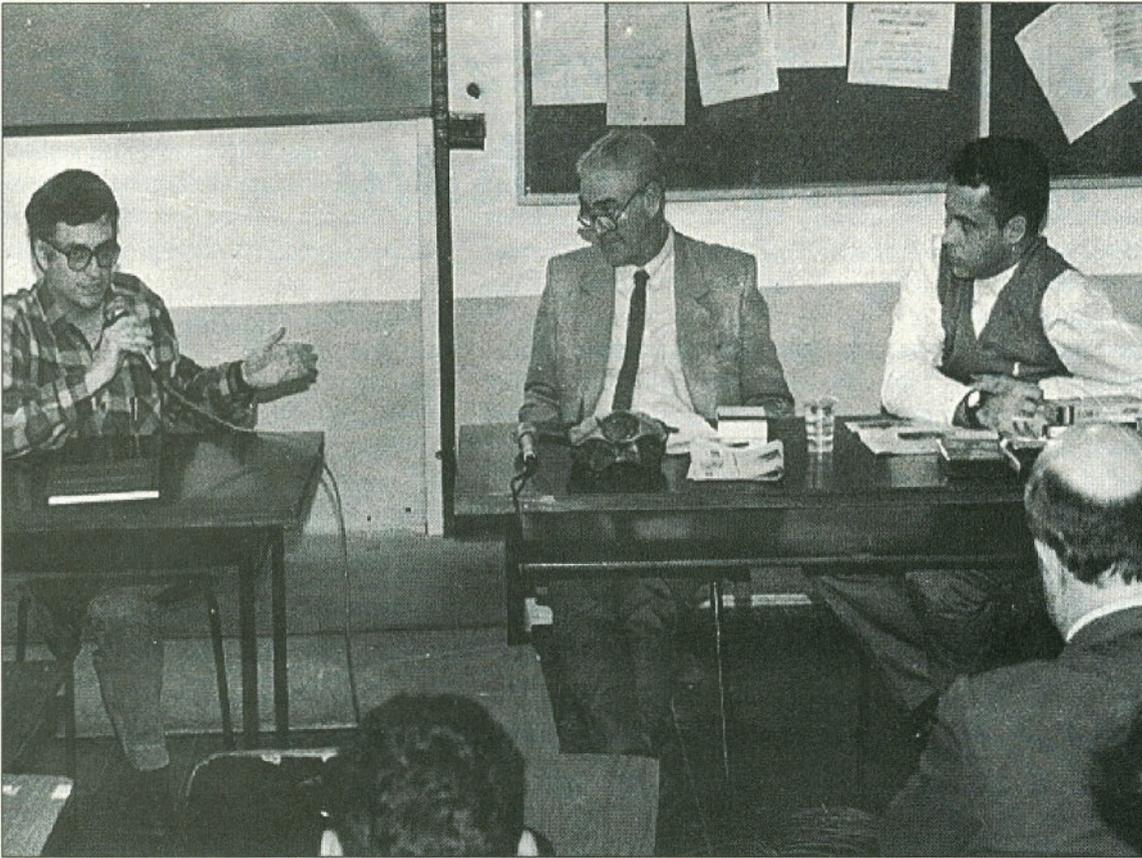
A luta foi árdua e longa. Vender uma série brasileira de filmes para a TV, numa época em que cinema brasileiro era sinônimo de produto de baixa categoria, quase leva os produtores a desistirem do projeto inusitado.

Quando a questão do patrocínio parecia tornar-se insuperável, surge a casualidade, na forma mais imprevisível possível: um executivo da poderosa multinacional Nestlé e que praticamente não entendia português, chega à agência de propaganda Norton, onde mais uma vez Miranda exibia sem sucesso seu filme. O suíço pede para ver o filme na íntegra, simpatiza com a idéia e resolve bancar o patrocínio da série, mesmo alertado pelo proprietário da agência do risco que seria

levar à televisão um filme brasileiro, (produto rejeitado pelo público, além dos custos que a iniciativa iria implicar). O preço de cada episódio seria muito superior ao maior sucesso importado na época, o famoso As aventuras do Rin-Tin-Tin. Explique-se: o produto norte-americano, vendido a dezenas de países, apresentava-se lucrativamente certo, chegando aqui a preço irrisório. O filme brasileiro, ao contrário, teria que cobrir todas as despesas aqui mesmo no Brasil, pois dificilmente chegaria ao mercado externo. A Nestlé aceitou o risco e, em pouco tempo, a série estreava na televisão. O canal escolhido foi o da TV Tupi, na época canal 3 de São Paulo, e o sucesso foi imediato, superando em curto espaço de tempo, a audiência das séries favoritas da época: I Love Lucy, Bat Masterson, Bonanza, Aventura Submarina, Papai Sabe-Tudo, Jim das Selvas, Steve Canyon, Roy Rogers, Lanceiros de Bengala, Zorro e tantas outras que dominavam a programação da televisão na época (2). Para a infelicidade de Miranda e companheiros de aventura, o mecenas suíço acabou voltando para seu país e, o novo diretor da Nestlé não tinha qualquer interesse no patrocínio de filmes brasileiros... Pior, tinha interesse sim, mas na distribuição de produto concorrente.

Era sócio numa distribuidora de filmes europeus e norte-americanos para a televisão. Após 38 episódios, nenhum interessado ariscou o seu capital para patrocinar a continuidade do projeto. Assim, os filmes realizados no período de 1961 e 1962, foram juntados e remontados, a fim de serem exibidos nas salas de cinema comercial (3). Referindo-se a esta fase, que manteve o mesmo sucesso alcançado na televisão, Carlos Miranda deixou registrado o seguinte depoimento, no Congresso realizado em São Caetano do Sul: "Eu tive três sucessos que nunca mais vou esquecer. Um foi no enorme Cine Piratininga (Brás) onde diversas sessões extras tiveram que ser providenciadas. Os outros êxitos foram no Cine Vitória em São Caetano e no Cine Carlos Gomes de Santo André, com filas de virar esquina (...). Mas, assim mesmo, nunca deu dinheiro suficiente. Por mais que a gente fizesse sucesso, a União Cinematográfica Brasileira ficava com 50% da renda, o exibidor com 25% e nós com 25% para pagar todas as dívidas". (4)

Do depoimento do Vigilante sobressai uma série de fatos curiosos e lições. Muitas lições da dificuldade em se consolidar uma produção cultural no Brasil. Todavia, uma enorme lista de técnicos e artistas prática-



Durante o III Congresso de História do ABC, em São Caetano, em julho de 1994, Carlos Miranda, ao centro, entre Atilio Santarelli (à sua esquerda) e Antonio Andrade (à direita)

mente, começou carreira nestas produções e viriam a seguir uma vida profissional de sucesso. Carlos Miranda lembra de nomes hoje famosos. Stenio Garcia, Rosa Maria Murtinho, Sérgio Hingst, Fúlvio Stefanini, Ary Toledo, Ary Fontoura, Milton Ribeiro, Geraldo Del Rey, Márcia Real, e tantos outros.

Miranda salientou ainda que o fato do primeiro episódio ter sido totalmente filmado na Via Anchieta, embora as condições atmosféricas não contribuíssem, devido à grande quantidade de umidade e neblina que naquele tempo era uma constante. Hoje, nem tanto. Nem o clima parece ter sobrevivido às modificações que aconteceram na região. Nesta mesma Via Anchieta, encerrada a tentativa dos filmes para TV, o artista Carlos Miranda seguiria carreira na própria Polícia Rodoviária, onde se aposentou na cargo de tenente-coronel. Durante sua participação no III Congresso ocorreu um momento de intenso significado - quando o jornalista e pesquisador, Ademir Médici, apresentou diversas fotos encaminhadas à coluna Memória, publicado diariamente no Diário do Grande ABC. Eram fotos tiradas nos bastidores das

filmagens, por um policial Rodoviário, Almir Castriotto, que fez diversas pontas e gostava de fotografar. Almir faleceu em 1978 e sua família guardou, cuidadosamente, as fotos que foram encaminhadas ao jornalista quando da exibição, em 1992, no Museu de Santo André, de alguns episódios da série. Graças ao interesse do policial e ao zelo familiar, preservaram-se importantes documentos que registram instantes descontraídos das filmagens. Aos 60 anos, Carlos Miranda continua prestando assessoria à Polícia Rodoviária do Estado de São Paulo, reside no litoral paulista e, de sua família, constam cinco filhos e quatro netos. Como reafirmou, no encerramento de sua participação, está preparado e atento para novas jornadas e aventuras. "É só me chamar, que o Vigilante estará de volta".

Notas

(1) O episódio-piloto da série, intitulado *O Diamante Gran Mongol*, foi quase que inteiramente filmado na Via Anchieta. Uma cópia foi localizada por pesquisadores do ABC e exibido no III Congresso de História.

(2) Aos interessados em revistar personagens e programas do período inicial da televisão brasileira é sugerida a leitura do livro *No túnel do tempo*, da jornalista e pesquisadora Rose Esquenazi. A editora é a Artes e Ofícios, de Porto Alegre, edição de 1993.

(3) Outras tentativas frustradas de realização de séries de filmes

brasileiros para televisão estão registradas: *Audax*, estrelada por Milton Ribeiro; *Cidade Aberta*, com Jardel Filho e Águas de Fogo, que contou com o apoio da Força Aérea Brasileira. Nenhuma vingou. Na área de não ficção (documentários) duas são especialmente lembradas e, caso recuadas, poderiam revelar importante painel visual das transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas. A primeira, *Veja o Brasil*, era uma verdadeira enciclopédia visual das cidades brasileiras e foi exibida na extinta TV Tupi, na década de 50, tampando buracos na programação. Na época o vídeoteipe ainda não existia e toda programação de TV era ao vivo ou em filmes. A segunda, oriunda dos anos 60, foi patrocinada pela Vasp e apresentada por Carlos Gaspar: intitulava-se *A Grande Jornada* e, durante anos, foi apresentada pela TV Tupi e TV Cultura.

(4) Reforçando o depoimento de Carlos Miranda, fomos encontrar na revista *Filme Cultura* [edição de janeiro/fevereiro de 1973] a seguinte declaração de Alfredo Palácios, produtor da série: "(...) Partimos da idéia de que o custo da produção poderia ser absorvido em parte pela sua exibição na televisão e complementado pela exibição posterior nos cinemas do Brasil. Assim uma firma comercial financiou parte do custo da produção em troca de publicidade fora do corpo do filme. E os produtores, com um parque técnico formado pelos seus trabalhos pessoais como especialistas em produções de terceiros e anos de

produções de "jingles" e comerciais, conseguiram produzir a primeira série de filmes para TV na América Latina. Nem o México, com sua sólida estrutura de base, se atrevera a tanto. O resultado todos conhecem: sucesso extraordinário em todo o Brasil; melhores índices de audiência que os congêneres estrangeiros e, ao fim, os produtores quase falidos, obrigados a vender todo o parque técnico, formado durante anos, e a custa de tantos sacrifícios para poder saldar suas dívidas mais prementes."

(*) Sociólogo e Mestre em Comunicação Social. Professor no Instituto Metodista de Ensino Superior. Membro do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul e da revista Raízes.

Os metalúrgicos nas origens do novo sindicalismo

Antonio Luigi NEGRO (*)

I. Falar sobre a presença de ativistas e dirigentes comunistas nas origens do novo sindicalismo na região do ABC é, ao contrário do que muitas vezes se possa pensar, falar da tentativa de prolongamento de uma rica trajetória de organização da classe trabalhadora cuja base principal, Santo André, a partir do final dos anos 50, mais especificamente em 1957, via surgir um outro centro industrial e operário, São Bernardo do Campo, que (como manda a tradição brasileira de encontrar viesados paralelos estrangeiros para fenômenos nacionais) passou a ser chamado, devido à sua alta densidade fabril, de Detroit brasileira. (1)

Quando foi criada em 12 de maio de 1959, a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico dos municípios de São Bernardo do Campo e Diadema, era apenas uma promessa e ninguém, em sã consciência, se arriscaria a dizer que ali estava o futuro poderoso sindicato que, entre outros aspectos, revelaria só a partir de 1978, uma das categorias mais bem organizadas do País. (2)

De fato, entre os 71 fundadores dessa Associação, um desmembramento do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, faltavam representantes de uma importante fábrica, a unidade São Bernardo da Willys Overland do Brasil, que, juntamente com a Mercedes Benz do Brasil, era sinônimo de empresa automobilística de grande porte em expansão.

Ciente da importância dessa ausência, aquele que viria a ser eleito vice-presidente da entidade, em 26 de agosto de 1960, "solicitou a palavra para congratular-se com os presentes face ao resultado da votação, o senhor Anacleto Potomati, enaltecendo, principalmente, a conduta dos companheiros da Willys Overland do Brasil, que, após os es-

clarecimentos que se faziam necessários, não vacilaram na aprovação da transformação da Associação em Sindicato". (3)

Houve quem por bem achasse registrar em ata que "(...) o novo Sindicato, uma vez reconhecido pelo Ministério do Trabalho, será, sem sombra de dúvida, o maior Sindicato do chamado triângulo industrial do ABC".

II. É sabido que a fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foi obra do Partido Comunista Brasileiro. Um dos aspectos mais enfatizados acerca desse fato era a conseqüente força dos comunistas no interior da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo que, com a criação da nova entidade, contariam com mais um voto em suas reuniões.

Muito menos frisado é o fato da acelerada mudança da estrutura industrial e do perfil sociológico provocada pela implantação da indústria automobilística na região. Rapidamente, São Bernardo teria não só uma categoria de metalúrgicos numericamente superior à de Santo André como também seria socialmente distinta. Ao contrário do predomí-

nio de pequenas e médias empresas metalúrgicas típicas de Santo André, ressaltando algumas de porte grande, em São Bernardo, a instalação da Mercedes, Volkswagen e Willys Overland, seria responsável pelo emprego de uma enorme faixa do operariado da cidade.

De outro lado, a forte presença de trabalhadores de origem européia, seja através da imigração ou das novas gerações operárias oriundas das famílias de imigrantes já estabelecidos, apresentando uma certa experiência de trabalho industrial, caso também das inúmeras fábricas de móveis da região, cederia lugar ao fluxo de contingentes migratório das regiões interioranas de São Paulo ou das mais diversas áreas rurais. Famílias de migrantes sem, ou com pouca experiência de trabalho industrial.

III. É comum encontrar, na historiografia especializada, muitos trabalhos reportando que o PC, nessa conjuntura, era um partido cupulista e sem representatividade nos setores industriais privados e/ou modernos da economia. Mais ainda: passa-nos desperce-

bido, em muitas ocasiões, o tratamento analítico conferido ao PC. Concebido como elemento político, e a partir daí externo à classe, o Partido Comunista elabora sua estratégia de ação fora da experiência da classe trabalhadora para representá-la, em um segundo momento, por meio da tradicional política de infiltração dos seus quadros, que passa a incutir no meio operário as disposições partidárias.

Baseada nessas premissas, a afirmação da ausência de resistência da classe operária ao golpe militar de 1964 encontra um outro ponto de apoio: a passividade ou o conformismo do operariado metalúrgico, satisfeito com os altos salários pagos pelas empresas automobilísticas. Distante das bases, o sindicalismo metalúrgico era peça sem importância na conjuntura pois também, por não estar na direção, estava longe do Comando Geral dos Trabalhadores. A nova classe operária, termo pelo qual passou a ser conhecido o operariado metalúrgicos do ABC, estava totalmente órfã, quer dizer, completamente desorientada pois lhe faltava a direção.

IV. Quando o ciclo grevista de 1978, 1979 e 1980 revelou ao país a classe trabalhadora como um sujeito capaz de formular um projeto político alternativo à saída por cima do início da crise da ditadura militar, as pesquisas revelaram o conteúdo forte das lutas: dignidade e sindicalismo autêntico, componentes vitais de uma trajetória que seria marcada pelo desejo de democracia social e autonomia política.

A diretoria do Sindicato de então, em cujo comando estava um típico migrante nordestino, integrante exemplar da nova classe operária, encontrava eco para seus apelos e diretrizes com um discurso centrado no mérito e orgulho do trabalho industrial e na afirmação dos interesses da categoria acima de qualquer movimento partidário.

As pesquisas revelaram que esses aspectos eram encontrados em outra diretoria, de Paulo Vidal, que nos anos setenta teria conduzido o Sindicato em uma ambígua linha legalista. Sem dispor de um salvo-conduto, era reconhecido, apesar de todas as críticas feitas, que Paulo Vidal havia timoneado firme para um ponto são e salvo da repressão do governo, deixando o Sindicato em condições de comandar em greves extraordinárias, como foram as de 1979 e 1980.

Pelo comportamento de oposição dos comunistas à direção de Lula e à chapa que

com seu apoio, concorria - e venceria as eleições de 1981. O PC não cativou o interesse de quase ninguém para sua história naquele turbulento pedaço da República. Ao contrário, ao ser anti-Lula ele era visto como anti-São Bernardo. A censura na história estava pronta, e era como se ela tivesse começado apenas a arrancada do milagre, quando a gestação de uma nova orientação sindical se somaria o peso do arrocho salarial.

V. A leitura das atas do Sindicato e de outras fontes impressas oferecem, porém, para uma conjuntura diferente, uma outra visão sobre o mesmo partido e para um período pouco conhecido da história do sindicalismo do ABC. Na realidade, diante de nossos olhos de leitores da história as assembléias acontecerão de novo e seus participantes pedirão novamente a palavra, como se para não intervir no encontro mas para fazer ouvir os registros que o passado nos legou.

Ao lado de discussões sobre a montagem da máquina assistencial do Sindicato, que só veio a funcionar plenamente a partir dos anos setenta, veremos algumas inflamadas intervenções dando loas à "luta do povo cubano" mas, significativamente, veremos também a participação de militantes que inequivocamente formulavam um discurso nos mesmos termos das décadas posteriores, afirmando a necessidade do reconhecimento do mérito, do orgulho e da dignidade do trabalho operário.

Talvez assim possamos entender Anselmo, da Dohler, que dentro do velho barracão onde foram realizadas as primeiras assembléias do então desconhecido Sindicato, deve ser ouvido em sua historicidade, sem indulgência nem como anacronismo ou antecipação.

Referindo-se ao aumento de salário, "justificou a justeza da luta que vêm travando os trabalhadores da Dohler do Brasil, pois o custo de vida aumenta a cada dia e os salários continuam os mesmos, os patrões não reconhecem isto; só se lembram de aumentar os serviços e exigir mais produção. Acredita que existam alguns companheiros que, apesar de tudo que o patrão lhe faça, eles ainda confiam na sua boa vontade. É pena que tais incompreensões existam nas cabeças de nossos companheiros, que sofrem, como todos nós, a exploração dos patrões".

"A firma alega que a matéria-prima tem subido demais, que seus lucros são irrisórios, para eles. Só sobe a matéria-prima. O feijão, o arroz, açúcar, carne, pão, medicamentos

não sobem. Aí se pode ver o cinismo dos patrões. O que verificamos é o aumento da produção, o crescimento da fábrica, os carros de luxo que eles exibem ao virem visitar sua indústria - eles sabem que não somos cegos, que tomamos conhecimento de tudo isso. Eles sabem que nós não estamos suficientemente organizados e unidos para fazer já o aumento na marra".(4)

Fica clara, ao lado da afirmação da dignidade operária, a dificuldade que os sindicalistas encontravam na sua tentativa de representar o conjunto dos trabalhadores. Junto com a criticada confiança de alguns companheiros na boa vontade dos patrões, a Dohler pagaria baixos salários, porque sabia da fraqueza do Sindicato.

Tal situação desconcertaria Mazola, da Willys. Ao fazer uso da palavra, "fez ver que a assembléia não era má, havia um bom número de companheiros; no entanto não expressava os 30 mil metalúrgicos de São Bernardo. Das duas uma: ou os operários não querem aumento, ou estão pensando que a diretoria sozinha vai conquistar aumento. Se estão pensando assim, estão roubados, pois quem quer aumento tem que lutar. Isto ainda não está acontecendo - (os companheiros preferem, ao invés de vir numa assembléia, ir ao campo jogar bola, outros ficam nos bares tomando caipirinha, como se nada tivesse acontecido e no outro dia, segunda-feira, ao invés de lerem alguma coisa para tomarem conhecimento das assembléias, preferiam comprar Gazeta Esportiva etc. Ler jornais que lhes ensinam alguma coisa os trabalhadores não lêem, deste jeito os patrões fazem o que bem entendem com os trabalhadores, os companheiros que pensavam que a diretoria possa conquistar sozinha, estão muito enganados, a diretoria é nossa empregada". (5)

Em seguida, interveio João Sanches, também da Willys: "Devemos ter carinho com os companheiros das fábricas, ajudá-los a vir às assembléias; estes não estão ganhando para as lutas, depende de nós ajudá-los, somente assim será possível fazer grandes assembléias. Estes companheiros são atrasados politicamente, pensam ser possível conquistarem aumento de braços cruzados, as críticas a eles devem ser feitas com cuidado, senão eles podem se ofender e será mais difícil para nós. Quem ganha com isso é o patrão". (6)

Os fortes obstáculos encontrados eram devidos ao desequilíbrio das relações entre capital e trabalho e à dificuldade que os ativistas tinham para contornar seus problemas de

comunicação com a vida operária na fábrica. O poder patronal, sem encontrar um contrapeso sindical à altura, exigia de seus empregados uma fidelidade canina.

Benoni, da Gemmer, denunciava a desigualdade do relacionamento contratual entre um operário e a empresa empregadora, localizando sua posição mais elevada: "Na indústria onde trabalho a maioria é de operários vindos do campo, por um lado atrasados politicamente, de outro lado nunca viram dinheiro; quando pegam um emprego, nem que seja para ganhar salário mínimo, ficam quietos. Só com o passar do tempo eles vão elevando a consciência e vão exigindo. Trata-se de elevarmos a consciência de nossos colegas de trabalho (...). Somente analisando politicamente podemos fazer uma análise correta deste movimento". (7)

José Oliva, por sua vez, registrava o clima de guerra fria da época e a desconfiança que o Sindicato encontrava entre os trabalhadores: "Citou que um operário disse-lhe que não vinha à assembleia porque os que dirigiam o Sindicato eram todos comunistas. Fez ver que aqueles que falam dos comunistas não sabem o que é o regime socialista pois na Rússia este problema de salário era questão do passado(...). Uma parte dos operários não vem porque está fazendo hora extra, outra parte porque está em casa dormindo, esperando que outros resolvam seus problemas; no outro dia vem logo perguntando de quanto foi o aumento, mas para vir na assembleia não tem coragem". (8)

Na ocasião da greve, no entanto, momento de possível aproximação entre representantes e representados, o discurso da dignidade assume um tom radical, contrastando o lucro das empresas proveniente do trabalho operário com o descaso pelos seus funcionários. Por ocasião da sua paralização dos trabalhadores da Mercantil Suíssa, o metalúrgico asseverava: " não sabemos se poderá alguém sem escrúpulos descansar, após tantas demonstrações de desprezo pela condição humana de seus empregados, negando-lhes o mínimo necessário para sua subsistência" (9)

No editorial do número um do jornal do Sindicato, O metalúrgico, então presidido por Afonso Monteiro da Cruz, notório membro do PC (periódico que precedeu, efemeramente até a vigente Tribuna Metalúrgica), trazia, a partir do seu título ("o que vale esse jornal"), aquele que pode ser o primeiro registro impresso do sindicalismo autêntico: "Apresentamos a você o primeiro número do

nosso jornal, oriundo do desejo de dar ao trabalhador uma orientação de autenticidade sindical, mormente agora, quando um horizonte diferente descortina-se na vida do sindicalismo nacional, banindo das entidades sindicais as intromissões partidárias e de outra natureza".

Coube ao operário José da Cruz, da Willys, a síntese dos desafios que se impunham aos pioneiros sindicalistas metalúrgicos de São Bernardo e Diadema: "Sobre o salário-mínimo o que eu tenho a dizer é o seguinte: essa luta pelo salário-mínimo já venho acompanhando de muito longe e até hoje não teve o seu fim. (...) Nós precisamos defender o nosso Sindicato porque, no Brasil, ele foi criado por lei, ao passo que nos outros países, surgiu através de luta. Vamos lutar para trazer para o nosso Sindicato todo trabalhador. (...) Dizem que os diretores são vendidos para o patrão. Isso não é verdade". (10)

Com exceção do trecho final (" dizem que..."), José da Cruz poderia ter intervindo nos encontros (de massa ou de ativistas) de 1979, 1980 e 1983 que discutiam a situação do Sindicato sem medo de receber inamistosos apupos da audiência exigente, (De fato, mesmo o trecho final, foi, difusamente pronunciado durante a greve de 1990, quando Luis comandou o refluxo do movimento pa-redista a contragosto dos grevistas.) Em tais ocasiões, as questões assinaladas pela falta de Cruz eram ainda relevantemente consideradas na ordem do dia do sindicalismo metalúrgico.

Evidentemente, a luta do salário-mínimo não necessita de maiores comentários, o que é lamentável, pois isso significa que, independente do governo ou do ciclo econômico, a classe trabalhadora tem sido, invariavelmente, penalizada pela exiguidade do mínimo. O termo "nosso sindicato" é usado duas vezes para invocar o organismo de representação que, embora "criado por lei" (e muitas vezes conduzido na estrita observância dela), serve para "lutar". Não lhe resta outra senão invocar a tarefa de "trazer para o nosso Sindicato todo trabalhador", tornando-lhe, assim, um sindicato autêntico, apesar da outorga do Estado.

Foi exatamente isso o que aconteceu nas três ocasiões citadas. Em 1979, 1980 e 1983 tal entrada sofreu intervenção do Ministério do Trabalho. Nelas, depois de organizar greves consideradas ilegais, mas tonificadas pela presença afluente de milhares de operários e operárias, o Sindicato deixava de ser da lei,

do Estado, para ser cada vez mais "nosso", quer dizer, dos trabalhadores.

O golpe de 1964 alterou violentamente as condições onde essas questões eram enfrentadas, interrompendo e redefinindo como, aliás, na primeira da série de quatro intervenções, o processo de organização sindical dos metalúrgicos no ABC e, é claro, da própria classe trabalhadora.

VI. Apesar de todos os marcos históricos (e da diversidade realmente existente entre eles), um aspecto era geral a toda as direções eleitas - até, pelo menos, meados dos anos 80: (11) levar o Sindicato até o trabalhador; atingi-lo em seu dia a dia, principalmente na fábrica, mas também no bairro. Este objetivo, comum a todos os programas eleitorais das várias situações e oposições existentes até a data mencionada, traduzia, ao ser invertido, uma incômoda realidade para o sindicalismo. A distância do trabalhador, mesmo o sindicalizado, em relação ao Sindicato, era a face de uma moeda cuja outra face era sua proximidade com a empresa.

Este tem sido um ponto, na historiografia e no debate político sobre os rumos da classe trabalhadora no Brasil, de constante investigação e discussão. Muito já se falou sobre a "satisfação" da "nova classe operária" com o emprego e o salário na empresa privada grande, multinacional e "moderna", que teria grassado entre a primeira geração do operário metalúrgico do ABC o qual, só depois de atingido pelo arrocho salarial, teria "despertado" para a luta. No entanto, pouco se tem falado sobre as formas de dominação atualizadas por tais empresas e por outras de outro tipo (as autopeças, por exemplo, são menores e empregam força de trabalho feminino) e sobre os lentos e, muitas vezes, microscópicos meios de "tecelagem" de organização dos operários nas fábricas. Menos ainda, lamentavelmente, se sabe sobre a cultura fabril dos trabalhadores nos anos 50 e 60.

VII. Sem conhecermos a nova classe operária será bastante deficiente o conhecimento que teremos sobre suas opções ao longo da história. É interessante não só notar que, até 1964, os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema muito dificilmente aderiram aos grandes movimentos grevistas dos seus pares da vizinha São Paulo (1957, 1963) e que, além disso, seus próprios movimentos reivindicatórios encontram grandes dificuldades de massificação como se pode ver, constante-

mente, nas intervenções dos ativistas sindicais nas assembleias dos primeiros anos de vida da recém fundada organização.

Mais pertinente ainda, então, é observar que, paralelo à debilidade do Sindicato, temos, de um lado a força das grandes organizações empresariais e, de outro, o penoso - pois efetuado sob o risco de constrangimentos e demissões - processo de formação de movimentos reivindicatórios nos locais de trabalho.

Só reduzindo a escala da investigação veremos as engrenagens funcionando plenamente: ao mesmo tempo que o carro desliza pela linha de montagem, que a empresa controla o tempo e os gestos de um operário, uma cultura fabril está sendo gestada, e suas matizes "sindicais", embora tênues e localizadas, se oferecem à pesquisa.

Impõe-se, assim, a necessidade de estudarmos a montagem do sistema de dominação. Baseado no estudo de caso da maior empresa automobilística da época, a Willys Overland do Brasil, podem entender sem entender as dificuldades encontradas pelo Sindicato em penetrar o espaço fabril e, a partir daí, conquistar a simpatia de sua base. Tais dificuldades existiram em função direta da ascensão, apogeu e força do sistema de dominação.

Ressaltaria, desde logo, a oportuna - para as empresas automobilísticas - coincidência da disponibilidade crescente de mão-de-obra migrante com os primeiríssimos momentos de sua implantação no Brasil, no final dos anos 50. Sua fome de braços encontrou uma oferta abundante de mãos para toda obra, de trabalhadores que haviam deixado casa e origens para trás, que, sem dúvida nenhuma, dispostos a "melhorar de vida", encontravam no emprego, na fábrica de veículos a grande oportunidade de suas vidas.

No caso da Willys, por exemplo, os "peões" da obra de construção dos primeiros pavilhões fabris erguidos para a montagem do Jeep, foram, em sua esmagadora maioria, por ela contratados para trabalhar como "peões" da indústria automobilística que aqui era vista sob o signo do progresso, do desenvolvimento, da modernidade, da riqueza econômica etc.

A primeira turma, de aproximadamente 700 trabalhadores, recebeu um tratamento que posteriormente não mudaria muito, a não ser para seu próprio aperfeiçoamento. A Willys Overland aplicou uma política de recursos humanos elaborada ao longo de várias décadas na sua nação de origem, os Estados

Unidos da América. Basicamente, ela aplicou no seu operariado uma anestesia de direitos, inibindo ou mesmo eliminando, com condições de trabalho extraordinárias para a realidade nacional, pontos de atrito entre capital e trabalho. Mais do que isso, entretanto, foi o fato de ter sido sensível para os valores que seus empregos professavam. Assim, ao invés de controlar ou reprimir, ela construiu consenso, operando com um delicado jogo de reciprocidade entre empresa e operário, positivamente, sem conter aspectos do comportamento e da cultura dos trabalhadores. Havia um verdadeiro acordo entre a paga de um salário mais alto, símbolo máximo da anestesia de direitos, e a dedicação ao trabalho árduo, mesmo cansativo, extenuante, insalubre ou sujo.

Mas devemos ter cuidado ao tratar de questão delicada. Além do trabalho ser pesado para os não especializados, ele era intenso (mesmo para os mais qualificados) e a garantia da continuidade de uma produção, de acordo com as necessidades da empresa era assegurada através da organização fordista do trabalho. Assim, desde o início, apesar de todo o clima de pioneirismo que contagiava a todos, não faltariam motivos para atitudes atritantes e de constituição de pequenos movimentos reivindicatórios.

De qualquer forma, ante a debilidade do Sindicato, uma entidade infra-estruturalmente mal aparelhada, diante de categoria tão grande e politicamente débil, o poderio empresarial teve condições de construir uma sólida relação com seus trabalhadores, isolando-os do contato com "seu" sindicato. Apesar disso, ao mesmo tempo, poucos ativistas (trabalhadores iguais aos outros, mas também diferentes - porque militantes, pontos vivos e móveis de uma rede de relações pessoais que buscava ligar o sindicato aos trabalhadores, autênticos, em suma, ensaiavam os primeiros passos de experiência que, posteriormente, ao instituírem-se como tradição, atacavam as brechas existentes na reciprocidade estabelecida com seus funcionários, especialmente a relação entre chefia e empregado, horas extras, rotatividade no emprego e pequenas demandas específicas e particulares.

Quando veio o arrocho, de 1964 a 1966, com uma recessão econômica que se traduziu em demissões, é claro que o achatamento salarial foi fundamental para a mobilização desses trabalhadores, mas não foi o único mote da investida sindical. Se a super explo-

são do trabalho, típica da época que ficou conhecida como milagre (1967-1974), expressou-se nas perdas salariais, os fatos iam além disso, trazendo outras motivações.

Entretanto, o ataque à dignidade do operário, permitido pela exceção política, foi lido sob influência do sistema de valores tecido no período anterior, com a cultura fabril dos anos 60, pré-golpe, e debatido, em termos sindicais, não só pelas novas organizações de esquerda da época (caso da Ação Popular, por exemplo) mas, também, por um grupo de ativistas sindicais que, composto por ativistas de esquerda (PCB) e cristãos (FNT), atravessou os períodos de vacas gordas e magras dentro da fábrica, atuando de forma silenciosa mas inequivocamente willyana, isto é, inserido na cultura fabril criada pelos operários.

Notas

(1) Este artigo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa Ford Willys 68: a fábrica e o sindicato nas origens do "novo sindicalismo", desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho da Unicamp, tendo recebido apoio do CNPq e da Fapesp. O autor é mestrando em História Social na Unicamp.

(2) Hoje, após a transformação da Associação Profissional em Sindicato, já está consolidado o processo de reunificação dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema com os de Santo André e região, restando de fora, ainda, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Município onde se localiza uma unidade fabril da General Motors.

(3) Ata de Assembleia Geral Extraordinária (de agora em diante AA-GE), 26 de agosto de 1960.

(4) AAGE, 18 de julho 1961, págs. 18-9.

(5) AAGE, 28 de janeiro de 1962, p. 31

(6) Idem, p. 32

(7) AAGE, 23 de fevereiro de 1962, p. 43

(8) Idem, p. 42

(9) O metalúrgico, nº 1, agosto de 1965.

(10) Ata de Assembleia Geral Intersindical, 10 de janeiro de 1964, p. 12

(7) AAGE, 23 de fevereiro de 1962, p. 43

(8) Idem, p. 42

(9) O metalúrgico, nº 1, agosto de 1965

(10) Ata de Assembleia Geral Intersindical, 10 de janeiro de 1964, p. 12

(11) Não cabe aqui discutir quando isso deixou (ou não) de ser um problema, mas a emergência e disseminação das comissões de fábrica e de outras formas de organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho não deixa dúvidas quanto a maior capacidade de representação do Sindicato perante a sua base.

(*) Antonio Luigi Negro é mestrando em História Social na Unicamp

Roberto Simonsen (1889 - 1948) e sua ligação com São Caetano^[*]

A vida de Roberto Simonsen, um dos mais ilustres brasileiros, esteve ligada a São Caetano do Sul e assim ele tem o nome perpetuado na memória e no cotidiano dos moradores da cidade: é nome de rua, de escola, de centro recreativo, e tem até busto no Jardim Iº de Maio, inaugurado em 28 de julho de 1954. No entanto, sua vida em São Caetano caracterizou-se pelo fato de sobressair-se em apenas um ramo de atividade industrial, para o qual possuía dotes especiais, que foi apurando com o tempo: a cerâmica. Isso significou ter a vida profissional ligada diretamente à Cerâmica São Caetano S/A (atual Magnesita S/A).

Porém, não era a Cerâmica São Caetano a razão principal da vida profissional do também engenheiro Roberto Simonsen. Sua vida como industrial estava muito ligada à Companhia Construtora de Santos, que fun-

dou em 1912, e da qual foi diretor até 1940. Era a empresa-mãe dos negócios de Simonsen. A Companhia Construtora de Santos cons-

Acervo: Fundação Pró-Memória



Entrada principal da Cerâmica São Caetano S.A., na década de 30



Senador Roberto Simonsen em uma de suas últimas fotos

truiu numerosas residências, luxuosas e modestas, vilas operárias, armazéns, teatros, matadouros, campos de esportes, bancos e inúmeras obras de engenharia, como também participou de calçamentos de ruas.

Ao redor da Construtora, surgiam empreendimentos subsidiários com objetivo de desempenhar a função da expansão econômica da empresa-mãe; assim fica fácil entender o papel que desempenhava a Cerâmica São Caetano na criação de uma espécie de mercado para a própria construtora.

A qualidade maior de Roberto Simonsen nessas empresas foi a introdução dos métodos da organização racional do trabalho e as comissões paritárias entre empregados e empregadores para solucionar os conflitos capital-trabalho. Outra grande obra da Companhia Construtora de Santos foi a construção

de quartéis para o Exército, por encomenda do então ministro da Guerra, Pandiá Calógeras. Essas obras constituíram uma das maiores no gênero em nosso país, executadas por uma única empresa, dentro das condições mais diversas: estenderam-se por 36 cidades e nove estados, chegando a ter 15.000 operários trabalhando simultaneamente, e com uma folha de pagamento acima de seis mil contos mensais, na década de 10 [1.] O grosso dessas obras foi executada entre princípio de 1922 e fins de 1925. Não é por acaso que, justamente em 31 de agosto de 1923, a Companhia Construtora de Santos, dirigida por Roberto Simonsen, junto com Armando de Arruda Pereira, comprou a maior parte das ações da firma de Cerâmica Queiroz Lobo e Braga Ltda, de São Caetano. Em 19 de fevereiro de 1924, surgiu a Cerâmica São Caetano S/A.

Em meados da década de 20, quando Roberto Simonsen assume a direção da empresa, a fábrica começa a influir decisivamente na política do distrito de São Caetano através de Armando de Arruda Pereira, parente de Simonsen [que participou do primeiro movimento autonomista de São Caetano, em 1928, e articulou a criação do Partido Independente Municipal, elegendo-se vereador à antiga Câmara Municipal de São Bernardo, em 1936, quando, em pleito indireto, perdeu para o médico Felício Laurito, a eleição para prefeito]. Até a década de 70 ainda havia resquícios do poder da Cerâmica na vida política de São Caetano do Sul. O primeiro prefeito de São Caetano, engenheiro Ângelo Raphael Pellegrino, saiu dos quadros da Cerâmica; seu sucessor Anacleto Campanella trabalhou na Cerâmica, e o terceiro prefeito, Oswaldo Samuel Massei, jogou como golei-

ro no Cerâmica Futebol Clube.

A vida do Senador Roberto Simonsen transita por São Caetano apenas como engenheiro e protetor político, mas na vida cultural e política do Brasil, a abrangência de seu trabalho foi maior em vários campos: preocupação com os problemas nacionais, o planejamento econômico, o progresso e a tecnologia, a História Econômica do país, o interesse pela preparação técnico-profissional. Além disso, em sua obra, com mais de 30 livros publicados, destacam-se *A História Econômica do Brasil* (1937), e *Evolução Industrial do Brasil* (1939). As obras editadas deram-lhe acesso à Academia Paulista de Letras, onde faleceu, repentinamente, no dia 25 de maio de 1948, durante uma sessão plenária, quando saudava em nome do seu país, o primeiro-ministro belga, Paul Van Zeeland. Segundo alguns críticos e jornalistas,

Acervo: Ana Maria Machado

Roberto Cochrane Simonsen foi invejado até na morte: morreu em pé e falando.

São Caetano do Sul soube render as devidas homenagens a Simonsen. A inauguração de uma placa de rua com seu nome foi festivamente comemorada na cidade. A placa ainda existe na parede do antigo armazém de Chico Massei, à Avenida Senador Roberto Simonsen, 1387, esquina com a rua Casimiro de Abreu. Após a morte de Roberto Simonsen, em 25 de maio de 1948, a Cerâmica São Caetano construiu um altar de tijolo no interior da fábrica para abrigar uma imagem de São Caetano. No dia 18 de fevereiro de 1956, data do 67º aniversário de nascimento de Roberto Simonsen, a Prefeitura de São Caetano do Sul, inaugurou, na Estrada das Lágrimas o Grupo Escolar Senador Rober-



Inauguração do estádio Fernandinho Simonsen, em São Caetano, na década de 30. O campo - que não existe mais - foi utilizado pelo Cerâmica Futebol Clube. Fernandinho Simonsen era filho de Roberto Simonsen e faleceu ainda criança. Na entrada do estádio havia um busto em sua homenagem



Na década de 60, o Grupo Escolar Senador Roberto Simonsen sempre participava dos desfiles escolares de 7 de setembro. Aqui a escola aparece diante do palanque das autoridades, na Avenida Goiás, em frente ao antigo Paço Municipal

to Simonsen. A escola foi construída pela Prefeitura em terreno doado pela Cerâmica e com material de construção fornecido pela própria indústria. Atualmente, ali funciona o COPI (Centro de Preparação Prático-Industrial) subordinado ao Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura. Desde 1977, o nome do Senador Roberto Simonsen figura como patrono de uma Escola Estadual de Primeiro Grau na Estrada das Lágrimas, 1656.

Roberto Cochrane Simonsen, industrial, historiador e político, [2.], nasceu no Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 1889. Faleceu na mesma cidade, aos 25 de maio de 1948.

Fez seus estudos primário e secundário em Santos, do Rio de Janeiro matriculando-se, em seguida, na Escola Politécnica de São Paulo, formando-se engenheiro civil, aos 21 anos.

Trabalhou como engenheiro na Southern Brazilian Railway e, mais tarde, como engenheiro da Prefeitura de Santos e chefe da Comissão de Melhoramentos Municipais. Planejou, então, a reforma da pavimentação da cidade de Santos e arborização de suas

principais avenidas e fundou, em 1912, a Companhia Santista de Habitações Econômicas, visando construir bairros operários. Fundou o Centro dos Construtores e Industriais de Santos e criou a Primeira Junta de Conciliação do Trabalho, a primeira que se instalava no Brasil para dirimir contendas entre empregados e empregadores.

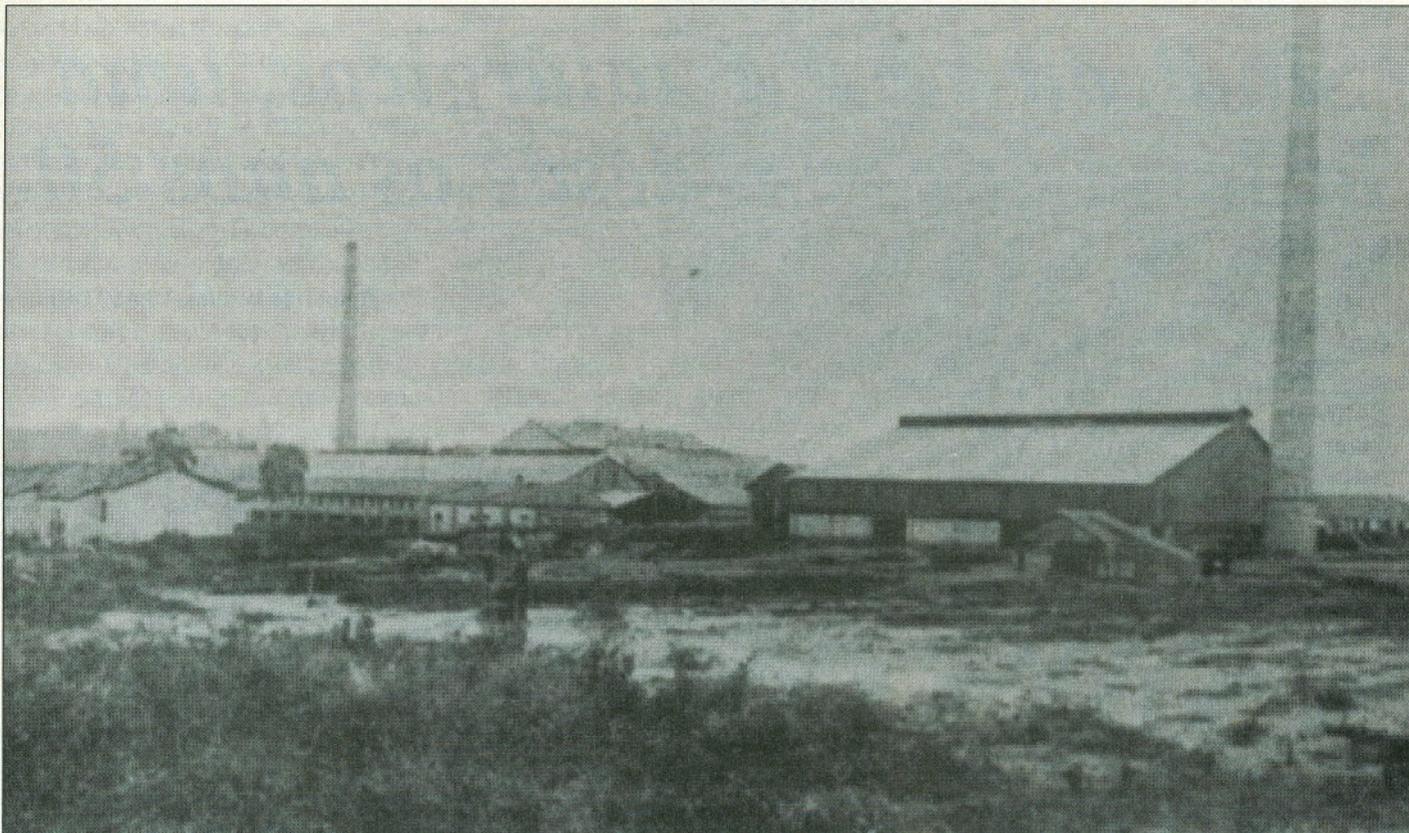
Em 1919 foi convidado pelo governo brasileiro para integrar a missão comercial que foi à Inglaterra como representante de São Paulo e, logo após, para ser delegado único do Brasil à Conferência Internacional Algodoeira que se realizou em Paris. Durante o governo de Epitácio Pessoa, quando Pandiá Cológeras era ministro da Guerra, foi encarregado da construção dos novos quartéis para o Exército [na época, o general Cândido Mariano da Silva Rondon era o chefe-geral do Serviço de Fiscalização das Obras]. Roberto Cochrane Simonsen dirigiu os trabalhos em nove Estados do Brasil, construiu 56 obras militares, instalou e percorreu todos os canteiros de trabalho.

Em 1928, foi convidado para fazer o curso inaugural do Centro das Indústrias do

Estado de São Paulo e, com Armando de Aruda Pereira, integrou a comissão para tratar da emancipação política de São Caetano (então distrito de São Bernardo). Teve ativa participação também no Movimento Constitucionalista em 1932.

Preocupado com expansão da nossa economia, com a melhoria do padrão de vida da população e com o aumento da renda nacional, foi o fundador do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde ocupou a cadeira de História da Economia Nacional. É patrono da indústria nacional: o Dia da Indústria foi perpetuado, oficialmente, através de um decreto do governo do Estado de São Paulo que escolheu para a comemoração o dia 18 de fevereiro, data de nascimento de Roberto Cochrane Simonsen. Nesse dia, em todo o Estado, nas fábricas, nas escolas profissionais e nas entidades de classe, realizam-se solenidades comemorativas em sua memória.

Eleito senador por São Paulo, lançou a idéia da ampliação da ajuda norte-americana



Vista geral das instalações da Cerâmica São Caetano S/A, na década de 30

para o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, através do que ele chamou de um Plano Marshall para a América Latina.

Em 1922, adquiriu a Cerâmica Ltda. - naquela ocasião uma simples olaria - de propriedade de Alfredo Cajado de Lemos, transformando-a na Cerâmica São Caetano S.A., que chegou a ser um dos orgulhos da indústria nacional. Em 1924, com o irmão, Wallace Cochrane Simonsen, fundou a Companhia Imobiliária de Santo André, oferecendo possibilidades para a expansão imobiliária em todo o ABC e os meios de transportes [considerados escassos na época], chegando a unir São Bernardo, Santo André e São Caetano com seu trenzinho, tipo Cantareira. Em 1926, fundou a Conac [Companhia Nacional de Artefatos de Cobre], em Vila Alzira, Santo André, para transformá-la na Pirelli S.A., hoje conhecida fábrica. Em 1928, fundou a Companhia Paulista de Café Murray Simonsen Ltda. tendo como principal sócio o cunhado, Charles Murray [que residia na Chácara Mimosa, à Avenida Portugal, Santo André, hoje sede do Primeiro de Maio Futebol Clube]. A expansão de São Bernardo (Bairro Nova Petrópolis) e Santo André (Bairros Jardim e Campestre) deve-se aos irmãos Walla-

ce e Roberto Simonsen, face à construção de um grande número de casas através da Companhia Predial de Santos, e por ela financiada a longo prazo.

Simonsen foi membro, entre outros, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de Santos e do Rio de Janeiro, da Escola Politécnica de São Paulo, da Academia Paulista de Letras, da Academia Brasileira de Letras, da Academia Portuguesa da História, do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, do Conselho Diretor da Sociedade Brasileira de Economia Política, do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Pesquisas, do Instituto de Geografia e Estatística, do Instituto de Engenharia de São Paulo, do Conselho Superior da Escola Livre de Sociologia Política, e da Escola Livre de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo, como professor da disciplina intitulada História Econômica do Brasil. Foi presidente da Companhia Construtora de Santos, da Cerâmica São Caetano S.A., da Companhia Paulista de Mineração, da Sociedade Construtora Brasileira Ltda., da Companhia Imobiliária de Santo André, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, da Confederação Nacional da Indústria, do Sindicato da

Indústria da Construção Civil, do Conselho Diretor da Cruz Vermelha Brasileira, da Companhia Santista de Habitação Econômica, do Sindicato Nacional de Combustíveis Líquidos, do Instituto de Engenharia de São Paulo; exerceu a função de diretor da Southern Brazil Railway. Foi, ainda, deputado federal e senador da República.

Notas

(*) Pesquisa e texto a cargo do Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

[1.] Lima, Heitor Ferreira: *Mauá e Simonsen*. São Paulo, Editora Fundo de Cultura, 1963.

(2) *Biografia de autoria de Geraldo Plates*. In: *Jornal de São Caetano*, 28 de julho de 1975.

Sindicato dos Metalúrgicos, uma história que vem desde os anos 50

Humberto Domingos PASTORE (*)

Acervo: Sindicato Met. São Caetano

O arquivo do Sindicato, como possivelmente da grande maioria dos demais sindicatos, praticamente inexistente. Durante o período em que esteve sob intervenção federal, era comum desaparecerem com todas as fotos, documentos e até mesmo boletins. A década de 60 foi um buraco para o sindicalismo. Muito pouco restou. Elaboramos esta matéria partindo de três pontos básicos: 1- promovemos uma reunião com quatro ex-metalúrgicos e ouvimos tudo o que eles tinham a dizer a respeito dos anos cinquenta e sessenta; 2- num outro ângulo, abordamos a documentação existente, tais como livro de empregados, carta sindical e outros e, 3- por fim, ouvimos funcionários, ainda na ativa.



Foto de 1979, a primeira greve do ABC, reivindicando aumento de 78%. Ao centro, com o microfone, Frei Chico, o irmão de Lula. De um lado, o então presidente: João Lins Pereira e do outro, o ex-presidente e ex-vice prefeito João Tessarini. Na faixa em frente, o grito de guerra: "Metalúrgicos do ABC, a caminho da vitória"

Acervo: Sindicato Met. São Caetano

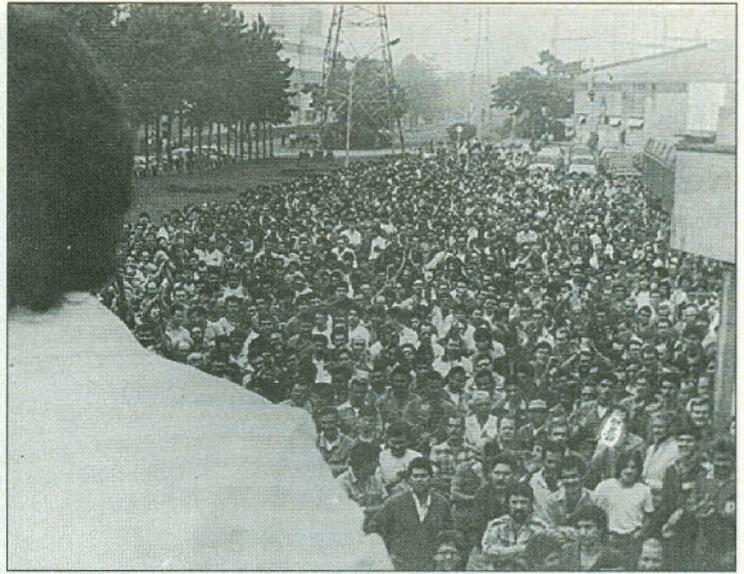


Trabalhadores da General Motors em greve por melhoria salarial, em 1985. Uma das mais demoradas greves na montadora: durou mais de dez dias e os trabalhadores não podiam sair de dentro da empresa

Contamos com a valiosa colaboração da secretária do Sindicato, principalmente na pessoa de sua titular, Conceição Aparecida Ferreira de Azevedo, e Luiz Machiavelli. Procuramos desenvolver os fatos em pequenos blocos para facilitar a leitura e a compreensão do texto. Preocupamo-nos também, com o valor fotográfico, inclusive com a galeria de todos os ex-presidentes. Alguns fatos que podem ser considerados por alguns como pessoais e de siAcervo: Sindicato Met. São Caetano

lúrgica que viria a ser mais tarde a Mineração Geral do Brasil e por fim a Companhia Saad [hoje extinta; em seu lugar funciona o Carrefour]. Tem 64 anos. É sindicalizado desde o início.

“Naquele tempo não existia sindicato por cidade. Era um só para toda a nossa região. Nós brigamos muito para que São Caetano tivesse o



Em 1989, novamente os metalúrgicos da General Motors em greve que só durou três dias. Vemos aqui uma assembléia. De costas, o presidente Cidão [Aparecido Inácio da Silva], sobre o caminhão de som e, ao fundo, os trabalhadores

Aposentados: memória

Acervo: Sindicato Met. São Caetano



Final da década de 80: trabalhadores da Brasinca em greve. Mais de mil trabalhadores cruzando os braços e desligando as máquinas

Na manhã do dia 18 de abril de 1994, reunimos, no último andar da sede sindical, quatro ex-metalúrgicos: Joaquim Pedro da Silva, atual presidente da Associação dos Metalúrgicos Aposentados de São Caetano do Sul; José Crepaldi, atual segundo-secretário desta entidade; João Milani, membro do Conselho Fiscal da Associação, e Otaviano Filho de Araújo, responsável pelo bar existente no salão de festas do Sindicato. Reproduzimos o principal trecho dos diálogos de cada um:

Joaquim Pedro da Silva: ex-funcionário da Companhia Brasileira de Mineração e Meta-

dente do Sindicato de São Caetano do Sul. Ele foi eleito e reeleito e, na terceira eleição, fizeram-no encabeçar a chapa e depois da vitória, escolheram outro para ser o presidente, deixando-o, como vice”.

José Crepaldi:

seu sindicato próprio. Fizemos muito movimento. O pessoal de Santo André não queria desmembramento de jeito nenhum. O movimento teve início no dia 28 de outubro de 1956. O presidente do Sindicato de Santo André, ao qual pertencíamos, era o Philadelfo e o seu vice, Antonio Candido Lindolfo, que acabou sendo o primeiro presi-

trabalhava também na Mecânica- Mineração Geral do Brasil. Tem 70 anos.

“Quando conseguimos desligar-nos de Santo André, passamos a funcionar numa sala do prédio da rua Santa Catarina, no centro da cidade. Corria o ano de 1958, ou 59, quando decidimos aproveitar que os patrões tinham dado um aumento de 40% e repassamos 10% para que o sindicato comprasse o terreno, o de número 30 da Travessa Comandante Salgado, no bairro Fundação. Lembrome, também, de que tivemos de dar mais cinco mil réis para que o Sindicato comprasse os móveis. Quem passou a lista na fábrica foi o companheiro João Fuck. Até o outro

Acervo: Raízes



Os ex-metalúrgicos Joaquim Pedro da Silva, José Crepaldi, João Milani e Otaviano Filho de Araújo, reunidos para prestar depoimento

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Caetano do Sul
TRAVESSA COMANDANTE SALGADO N.º 30 — SÃO CAETANO DO SUL

FICHA SOCIAL DE ACÓRDO COM O LIVRO REGISTRO DE SÓCIOS - MATR. N.º 6 953

Nome Onelio Rodrigues de Oliveira (Vide Verso)

Nacionalidade Brasileira Nascido em 29/ 6/ 1929

Idade 33 Est. Civil Solteiro Natural d. Coruripe

Estado d. Alegoas País Brasil

Filho de Manoel Rodrigues de Oliveira

e de dona Zaferina Barboza de Oliveira

Função Ap. Almoxtarifado Salário Cr\$ 23.000,00

Firma Aços Villares S/A.

Data de Admissão Na Firma: 1 de Novembro de 1.962

Residência Rua Peiropolis, 117/Guilhermina- SP:

assinatura do associado



Carteira Profissional.
 N.º 53387 Serie 100
 Cart. I. A. P. I.
 N.º
 AD: 1-2-1.963
 Metal. Desde:
14-12-1.954

Fac-simile do documento de Onélio Rodrigues de Oliveira, admitido no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Caetano do Sul em 1954

dia, eu ainda tinha este recibo. Eu tinha divergências de pensamento com o segundo presidente, o Angelo Segatti, e exigi que eles tirassem meu nome da chapa que iria concorrer às eleições. Foi minha sorte. Depois de eleito, todos que estavam naquela lista foram presos sob a alegação de pertencerem ao Partido. Quando o Segatti veio de Cuba, marcou uma assembleia e ficou enaltecendo o que tinha visto. Eu me levantei e disse que se fosse na casa dele, ele também só me mostraria o que tinha de limpo e bonito. Foi a maior discussão. Um fato curioso passou-se com o então dono da fábrica onde trabalhávamos, o Dr. Jafet. É que todas as negociações salariais aconteciam em sua casa, para onde iam os dirigentes sindicais. Ele tinha por costume

iniciar o debate fazendo uma pergunta - se não respondessem, ele mandava todo mundo embora. Após a posse do Segatti, fomos lá negociar. O Jafet perguntou quanto custava o quilo do feijão e como o Segatti não soubesse responder, mandou-nos todos embora. Tivemos que voltar na semana seguinte, com outra comitiva".

João Milani: 71 anos, funcionário aposentado da General Motors.

"Arranjei muitos inimigos por fre-

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE
SÃO CAETANO DO SUL

Rua Santa Catarina, 55 - 4.º andar - sala 45 - São Caetano do Sul

FICHA SOCIAL DE ACÓRDO COM O LIVRO REGISTRO DE SÓCIOS - Matr. N.º 31

Nome Angelo Segatti 'VV'

Nacionalidade Brasileiro Nascido em 12/ 9/ 1925

Idade 32 Est. Civil Casado Natural d. Taquaritinga

Estado d. São Paulo País Brasil

Filho de Luiz Segatti

e de dona Estella Francisca

Função (Eletrecista) APOS. Salário Cr\$ 33,70-p/hora

Firma (Aços Villares S/A.))) INSS

Data de Admissão 10 de Agosto de 1950

Residência Rua Xavier de Toledo, 357-Pauliceia-S.R.C.
R: Japarutuba, nº 95A - São João Ulimaco)
R: Gumercin de Araújo, 457-Jd. Nova Itália-Limeira

assinatura do associado



Carteira Profissional.
 N.º 651218 Serie 429
 Cart. I. A. P. I.
 GIC. N.º 023759198/91
 Ad. 6-6-1955
 M. desde
10-8-1950

Fac-simile do documento de Angelo Segatti, admitido no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Caetano do Sul em 10 de agosto de 1950

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Caetano do Sul
TRAVESSA COMANDANTE SALGADO, 30 SÃO CAETANO DO SUL

FICHA SOCIAL DE ACORDO COM O LIVRO REGISTRO DE SÓCIOS MATRÍCULA N.º 01

Nome: **ANTONIO CÂNDIDO LINDOLPHO**

Nacionalidade: **brasileira** Nascido em **17/04/1914**

Idade: **41** Estado Civil: **casado** Natural d **Jaboticabal**

Estado d **São Paulo** País: **Brasil**

Filho de **João Cândido Lindolpho**
e de dona **Catharina Cândida**

Função **ajudante de forno** Salário Cr\$ **7.000,00**

Firma (Soad) - **I.N.P.S.**

Data da Admissão **21-01-1939**

Residência **Rua Belem, nº 409-Vila Assunção-Sto André.**

assinatura do associado



Carteira Profissional
N.º **320779** Série **30ª**
OBS **Ad.10-07-54**
Metal. desde: -
2-01-1939

carta sindical. Nesse período, o presidente foi Antonio Candido Lindolfo, depois escolhido também para ser o primeiro presidente da entidade sindical. Ele comandou no período de 1957 a 1962. É o único falecido.

Já no período de 1962 a 1964, foi eleito Angelo Segatti, que havia sido o vice da primeira administração. Não terminou o mandato: foi cassado depois de 1964. Houve quase um ano de intervenção federal. O interventor foi Bernardino Testa.

O terceiro presidente foi João Tessarini, que presidiu de 1965 a 1967. O quarto, foi Onélio Rodrigues de Oliveira, que permaneceu apenas por dois anos: de 1967 a 1968. O quinto presidente, Manoel José Constantino, ficou de 1968 a 1975, e não concluiu o mandato, por ter sido acusado de ter ligações com o Partidão (Partido Comunista Brasileiro). João Lins Pereira foi o sexto presidente, permaneceu de 1975 a 1988, passando o cargo para Aparecido Inácio da Silva, o Cidão, reeleito em 1991.

Raimundo: 34 anos de casa

TRAVESSA COMANDANTE SALGADO, 30 SÃO CAETANO DO SUL

FICHA SOCIAL DE ACORDO COM O LIVRO REGISTRO DE SÓCIOS MATRÍCULA N.º 4.422

Nome: **MANOEL JOSÉ CONSTANTINO**

Nacionalidade: **brasileira** Nascido em **24/08/25**

Idade: **35** Estado Civil: **casado** Natural d **Itaverá**

Estado d **Rio de Janeiro** País: **Brasil**

Filho de **Fábio José Constantino**
e de dona **Maria Aguida Conceição**

Função **servente** Salário Cr\$

Firma (Mineração Geraldo do Brasil) **Itatel S.A.**

Data da Admissão **02/01/1961**

Residência **Rua Catarina, 362 - Vila Alpina - S. Paulo**
R. CATUABA, 862, VL ALPINA SP.

assinatura do associado



Carteira Profissional
N.º **32456** Série **93ª**
OBS **Ad.10/07/61**
Metal. desde: -
02/01/61

Fac-simile do documento de Manoel José Constantino, admitido no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Caetano do Sul em 1961

qüentar o Sindicato. Meus familiares diziam que eu era bobo. Naquele tempo, muito poucos dos que trabalhavam na General Motors tinham coragem de ser sindicalizados. Eu mesmo quase fui despedido, só porque era sindicalizado. A maioria dos trabalhadores sindicalizados eram da Mecânica, da São Francisco e da Villares. Assim como meus companheiros desta mesa, eu também já era associado, desde o tempo de Santo André. Eu entrei no Sindicato em 1947. O Crepaldi tinha entrado em 1944. Quando cheguei em casa e contei para minha mulher que tinha doado cinco mil réis para o Sindicato comprar os móveis, ela ficou uma fera. Era uma época muito difícil. Até nosso desligamento de Santo André foi complicado. Nós só conseguimos através de decisão judicial”.

Otaviano Filho de Araújo: aposentou-se na Mannesman.

“No final dos anos 50, eu trabalhava em São Paulo, mas tinha muitos amigos em São Caetano do Sul. Conhecia a maioria das pessoas do sindicato, e por esta razão vinha no final de semana ajudar a erguer o prédio onde está o atual sindicato. O terreno era um campo. Ali amarravam cavalos. Nós tinhamos que carregar as latas de areia nas costas. Não tinha lanchonete por perto, só um pequeno empório. Lembro-me como se fosse hoje. O prédio foi erguido totalmente. Eram

três andares. Na inauguração teve uma churrascada que aconteceu na sua área livre, por sobre o prédio”.

Os presidentes

A Associação dos Metalúrgicos de São Caetano funcionou até que fosse definida a



Foto, sem data, de Raimundo Gomes da Cruz

O primeiro livro de empregados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano é datado de 26 de junho de 1958. O primeiro registro é o de Admir Pereira Coutinho, como auxiliar de escritório. Depois vêm, pela ordem, Jacó Konstantinovas (aprendiz); Gisleine Barbosa da Cunha (auxiliar de secretária); Nelson Laporta (auxiliar de cadastro) e o quinto é Raimundo Gomes da Cruz, que ingressou como auxiliar de escritório, no dia 1º de novembro de 1960, e ainda hoje é funcionário do Sindicato - responde pela tesouraria da entidade. São, portanto, 34 anos de atividade sem interrupção no mesmo sindicato. Ele viu todos os acontecimentos. Viu passar todos os sete presidentes. Acompanhou de perto todos os lances.

“No ano de 1959, eu trabalhava no Sindicato da Construção Civil de São Caetano, que hoje tem sua sede à rua Perrela. Mas, naquele tempo, funcionava numa sala alugada, à rua Santa Catarina, 55, 4º andar. Bem defronte ao então recém-criado Sindicato dos Metalúrgicos da cidade. Eu mudei de emprego, só trocando de sala, no mesmo prédio. Entrei no final de sessenta e trabalhei ali mais dois anos. Nesse período, a primeira diretoria do Sindicato estava construindo um prédio de três andares na travessa Comandante Salgado, no Bairro Fundação. Infeliz-

mente, a história dos primeiros seis, sete anos ficou totalmente perdida. No tempo da intervenção, não sobrou nenhum documento, nenhuma foto. Foi tudo destruído, perdido. O que eu posso dizer também é que o terreno, onde foi erguida a sede, foi comprada por Cr\$ 700.000,00, no dia 22 de janeiro de 1959. A área tem 208,90 m, e pertencia a Arthemio Lorenzini e sua mulher, Maria Prete Lorenzini”.

A carta sindical

A Carta Sindical, que autorizava o funcionamento do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Caetano do Sul, fornecida pelo Ministério do Trabalho, foi assinada no dia 25 de março de 1958. Até então o sindicato denominava-se Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Caetano do Sul. O processo criando a nova entidade tem o nº 118.653/58.

Sub-sede, não

Aparecido Inácio da Silva, conhecido no meio sindical por Cidão, está no seu segundo mandato à frente da entidade. Antes, exercia o cargo de secretário-geral. É funcionário da General Motors e hoje preside, também, a

Força Sindical Regional ABC e Baixada Santista. Sobre os 36 anos da história do sindicato, afirma que fica evidente a luta que os metalúrgicos tiveram desde a década de 50, quando tudo fizeram para ganhar a liberdade para poder andar com seus próprios pés. “Antes éramos somente um pedacinho dentro de um sindicato que abrangia todas as cidades do Grande ABC. Conquistamos o

nosso espaço

com o esforço de cada um. Mérito para as diretorias passadas; mérito para todos os metalúrgicos sindicalizados; mérito para todos os funcionários que por aqui já passaram, e ainda atuam. Nestes quase quarenta anos de história, forjamos com suor e sacrifício uma verdade imutável: os metalúrgicos de São Caetano lutaram pelo desmembramento e não vão aceitar nunca mais voltar a ser uma simples sub-sede”.

(*) Humberto Domingos Pastore é jornalista. Atua na Imprensa de São Caetano do Sul desde 1973. É assessor de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, desde 1982. Dirige a Pastore Comunicações e Eventos Ltda., que edita os seguintes veículos: *Jornal Vida Gerte*, *Jornal do Bairro Barcelona* e *Santa Maria*, *Jornal da Fundação* e *Jornal Sabido* (Jardim São Caetano).

Fundação Municipal Anne Sullivan - arte e amor no caminho dos deficientes

José Roberto GIANELLO (*)

Acervo: Fundação Pró-Memória



Helen Keller aos seis anos de idade

A Fundação Municipal Anne Sullivan, de São Caetano do Sul e a Escola de Educação Especial Anne Sullivan, criadas pela Lei Municipal nº 2.445, de 15 de setembro de 1977, na realidade nasceu em 22 de março de 1968 como Centro de Recuperação Infantil Maria do Carmo de Abreu Sodré, nome da esposa do então governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré. Com o objetivo de resgatar a idéia da criação desta instituição, podemos afirmar que ela nasceu no dia em que Helen Keller visitou o Brasil, em 1953 e, justamente, na hora em que esta célebre surda-cega norte-americana encontrou a jovem professora de São Caetano do Sul, Nice Saraiva.

vem Nice Saraiva, filha do professor Allyrio Barbosa de Saraiva, diretor do Grupo Escolar da Vila Barcelona, que funcionava na época à Avenida Goiás, 121. Vale a pena sublinhar a lembrança de uma antiga moradora da Vila Paula, Helena Maradei, sobre a família de Allyrio que era toda de professores: "Acredito que eram brasileiros. Pessoas altas, de cabelos negros. As moças de olhos verdes..."[1] D. Helena tinha razão, eles eram brasileiros, cultos e bonitos. Pois foi neste ambiente

são dos Keller, onde ocorria a trama envolvendo a professora Sullivan, heroína da civilização americana do século 19 e a pequena

Acervo: Fundação Pró-Memória



Professores da Escola Paroquial São Caetano, onde a professora Nice Saraiva iniciou a carreira. Em foto de 1950, da esquerda para a direita: Verino Segundo Ferrari, professora Bernadete Pereira Mayer, Irani Saraiva, Anita Greco, Nice Saraiva e o padre Arthur Di Virgili

A trajetória deste sonho - a criação de uma escola especial em São Caetano para promover a educação, reabilitação e integração de deficientes auditivos e audiovisuais, na primeira escola deste tipo na América Latina - é o objetivo do presente artigo. Além dos aspectos emocionais que envolveram a jovem Nice Saraiva no encontro com Helen Keller, e seu conseqüente envolvimento na obra pedagógica e humanitária, o que se descobre também é que esta área da educação especial sempre esteve envolvida, desde a década de 40, numa aura de manifestações artísticas e culturais em que participaram a Literatura, o Teatro, o Cinema, e também a Arquitetura e a Política, tanto em nível regional quanto universal.

Na Literatura Universal, por exemplo, a repercussão que teve um livro contando o conflito entre Anne Sullivan e Helen Keller é

Keller, mergulhada na noite profunda e solitária da surdez e cegueira. Contava também aquilo que Anne Sullivan acreditava combater, com todas as suas forças: a enfermidade da criança. Em vez de abandoná-la (não para levá-la à felicidade), procurou devolver à humanidade aquilo que, segundo ela, lhe é devido. Essa história sensibilizou à jovem Nice que começa a interessar-se por esse tipo de educação através da admiração por Anne Sullivan, fazendo, assim, uma profissão de fé. Sua vocação começou a delinear-se através da literatura e prosseguiria, na década de 60, através de uma peça teatral, onde reencontraria os seus personagens preferidos: Anne Sullivan e Helen Keller. Antes, na década de 50, Nice Saraiva foi professora primária na Escola Paroquial de São Caetano, na época do professor Verino Ferrari e do padre Artur. Sua afeição a São Caetano faria com que retornasse, em 1968, pleiteando junto à administração municipal a criação de



Visita de Helen Kellen ao Brasil: a professora Nice Saraiva [ao centro] ao lado de Hele Keller [à esquerda] e da secretária Polly Thompsin [à direita], em 1953.

Acervo: Fundação Pró-Memória



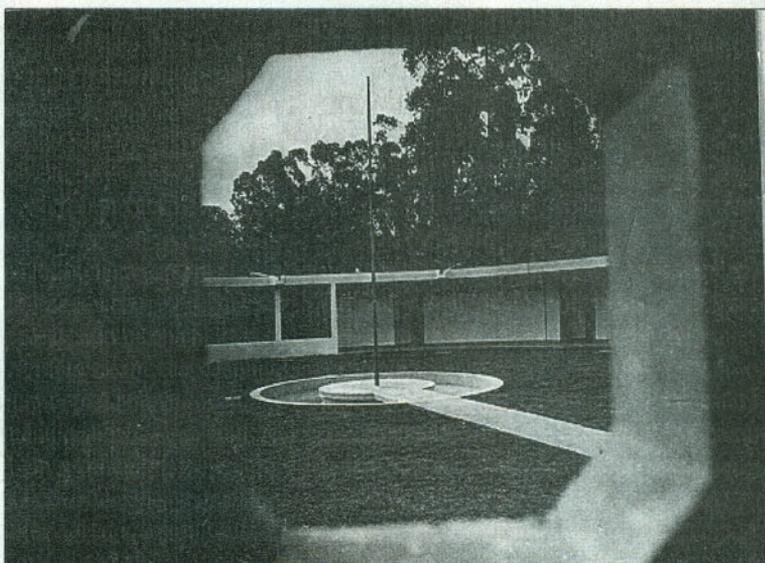
Helen Keller e Anne Sullivan, em 1918, no jardim da residência de Graham Bell

uma escola de educação especializada para crianças surdas e cegas.

Em 1960, porém, iniciava a sua vida profissional na área, com especialização na educação de deficientes visuais em São Paulo, no Instituto de Educação Caetano de Campos, e, no Rio de Janeiro,

no Instituto Nacional de Educação de Surdos (IBES). Assim, munida da admiração por Helen Keller através da literatura especializada - que salientava a figura da célebre surda-cega americana, a primeira a ser educada, atingindo o grau universitário -, e lembrando seu encontro de 1953, cuja emoção a empolgara até às lágrimas, e também a admiração por Anne Sullivan - sua dedicada professora e companheira de todos os mo-

Acervo: Fundação Pró-Memória



Flagrante de 1968, época em que a Fundação Municipal Anne Sullivan se chamava Centro de Recuperação Infantil Maria do Carmo de Abreu Sodré



Anne Sullivan

mentos -, Nice Saraiva, nessa fase de sua vida, em 1960, já estava preparada para realizar aquele sonho juvenil - ser professora de surdos - cegos. Partiu para os Estados Unidos, estagiando na Escola Perkins para Cegos, no Departamento de Surdos, durante um ano. Dessa época em diante, a professora Nice Saraiva trocou correspondência com aquela escola, recebendo as publicações especializadas em colaboração com a Universidade de Boston. Voltando ao Brasil, tornou-se professora de surdos-cegos, a segunda professora da América do Sul. Iniciou com uma classe especial do Instituto de Cegos Padre Chico e um Programa de Educação para Atendimento de Adultos na Fundação Dorina Norwill (esse programa viria a ser transferido para São Caetano, em 1968).

Como já não bastasse a influência da literatura no trabalho da professora Nice, surgia o Teatro. Em 1967, o Teatro Popular do Sesi, apresentava a montagem da peça *O Milagre de Anne Sullivan* (*The Miracle Worker*) de William Gibson, tradução de R. Magalhães Jr. A professora Nice é convidada para treinar as atrizes Nize Silva e Reny de Oliveira nos pa-

Anne Sullivan (1866-1936)

Anne Sullivan nasceu em 4 de abril de 1866 em Feeding Hills, Massachusetts, na mais extrema pobreza. Desde criança, sofreu terrivelmente da vista, devido talvez a problemas de hereditariedade: o pai era alcoólatra e mãe, doente dos pulmões. Abandonada pelo pai, Anne recolheu-se com o irmão, Jimmy, a um asilo de indigentes, onde passou a infância e viu morrer o irmão.

Aos 14 anos, devido ao seu esforço, foi transferida para o Instituto Perkins para Cegos, onde começou sua instrução aprendendo a ler com os dedos. Durante a estadia, fez diversas operações, o que lhe permitiu voltar a ler sem a ajuda dos dedos.

Graduou-se, em 1886, como professora de cegos, continuando a aprofundar

seus estudos. A indignação de Graham Bell, manifestada através do diretor do Instituto Michael Anagnos, fez com que ela fosse enviada a Tuscomb, [Alabama], em abril de 1887, onde a família Keller enfrentava o problema da educação de sua filha Helen. Após o período inicial de lutas com a menina e sua família, Anne conseguiu recuperar a criança, e dedicou todo o resto de sua vida a acompanhar Helen Keller e servir de intérprete de sua aluna.

Anne morreu em 1936, completamente cega. Deixou, porém, atrás de si uma extraordinária lição de tenacidade na luta pelos valores maiores do homem.

Sua façanha ficou nos Estados Unidos como o padrão da obstinação da mulher americana.

péis de Sullivan e Keller, respectivamente. A peça fez um grande sucesso. O texto é apoiado na força dramática e na realidade da vida, pois os personagens não são fictícios; eles existiram e viveram o conflito que a peça

no animal selvagem, e que procura um método para discipliná-la, método que surge através da vontade férrea e da decisão de uma professora. Era exatamente isso que o espetáculo procurava demonstrar: a luta do ser

humano para vencer o destino, a vontade de alcançar através da educação o fim desejado e o resultado dessa luta árdua mais positiva [2].

Um caso à parte, nessa montagem teatral, é o programa da peça. Na última página, num pequeno texto da professora Nice Saraiva, após algumas referências à sua experiência profissional, ela profetiza a existência de futura escola em São Caetano. Diz o texto: "O Brasil, num futuro muito próximo, terá também sua Escola Especial para Surdos e Cegos, graças à compreensão e alto sentido humanitário e progressista do sr. Walter

Braido, prefeito Municipal de São Caetano do Sul. Com a instalação desta escola e a co-



Assinatura do convênio para instalação da Escola de Deficientes, na Secretaria de Educação, com o secretário Ulhoa Cintra, e Oscar Garbelotto, diretor de Educação e Cultura de São Caetano do Sul. Ao fundo, a professora Nice Saraiva, de óculos escuros. Flagrante de 1968

mostra. O conflito de uma família que possui uma criança cega, surda e muda, um peque-



Nice Saraiva e sua aluna Maria Francisca, para quem serviu de intérprete num congresso na Arábia Saudita. Foto de 1992

Helen Keller (1880 - 1968)

Helen Keller nasceu normal, em 1880. Aos dois anos, uma doença infantil deixou-a totalmente cega e surda. Em consequência disso, também perdeu o uso da palavra.

Entregue aos cuidados da professora Anne Sullivan, e após uma temporada de lutas para que a mestra conseguisse penetrar no cérebro da criança, ela aprende a identificar as coisas, a ler o alfabeto Braile para os cegos e até a falar.

Fez estudos superiores e diplomou-se, com louvor, na Universidade Radcliffe, em Cambridge [Massachusetts].

Trabalhou durante alguns anos para a

Unesco, na unificação de vários sistemas Braile; batalhou incansavelmente a favor dos cegos, surdos e crianças desamparadas de todo o mundo; viajou por inúmeros países, recebendo as mais altas condecorações.

Escreveu diversos livros, traduzidos para muitas línguas, em que narra não somente sua luta contra o destino mas também sua atividade educadora.

Morreu em 1968, nos Estados Unidos, rodeada pelo carinho de todos aqueles a quem seu exemplo salvou e pela admiração dos homens esclarecidos de todo o mundo.

laboração do povo brasileiro, daremos ao irmão surdo-cego o lugar que lhe cabe na sociedade”.

Na realidade, em 1967, a professora Nice Saraiva, então morando em São Paulo, havia tomado conhecimento de um slogan atribuído a São Caetano do

Sul e famoso no país inteiro: Cidade onde escola não é problema. Além disso, um projeto na Assembleia Legislativa, do deputado por São Caetano e ex-prefeito Oswaldo Samuel Massei, buscando instalar em São Caetano uma escola especial para deficientes, fez com que Nice o procurasse. Conse-

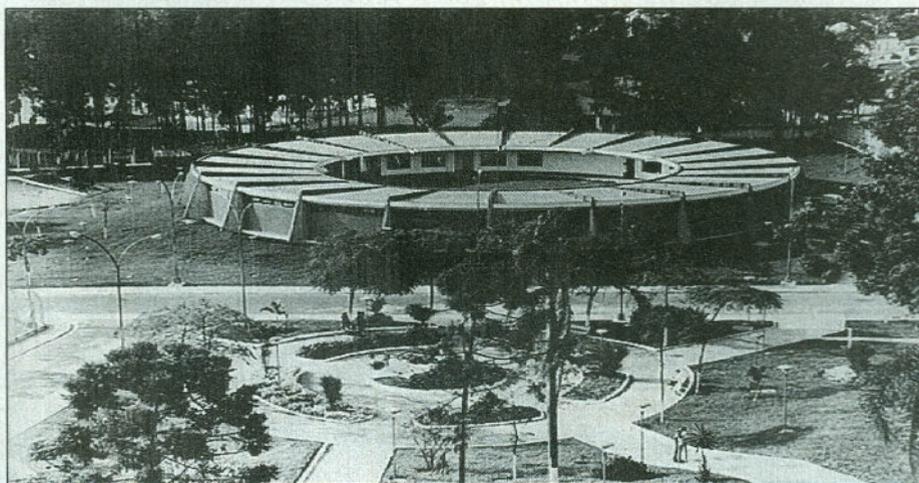
quentemente, isso a levou ao prefeito Walter Braido para expor o seu projeto de uma escola de educação especial na cidade; assim, ela poderia trabalhar, retornando ao local em que mantinha laços de afetividade [3].

Superados os trâmites burocráticos, próprios desse tipo de projeto, Walter Braido liberou uma área do antigo Bosque do Povo, no atual Bairro Santa Maria. Ali foi construído, então, o Centro de Recuperação Infantil. O prédio de formato circular - maracanãzi-

uma aplicação para o desenho do prédio daquela escola [4]: “Concepção arquitetônica senão ousada, aos menos inusitada, baseia-se no princípio de que servirá às crianças excepcionais em aspectos diversos; os deficientes audiovisuais e os mentalmente fracos. Ressalta-se que o recinto de jogos e diversões estão situados bem ao centro do círculo, longe, portanto, dos olhos ou contatos com pessoas estranhas ao aprendizado. Facilita também a supervisão por parte dos professores e instrutores, evitando desgastes ou desencontros”.

E, assim, a instituição foi vivendo sua vida entre altos e baixos em sua história. Houve época em que foi desativada e seus alunos transferidos para uma escola comum. Até que um seminário reali-

zado na PUC, na década de 70, a professora Nice Saraiva e o professor Geraldo Sandoval de Andrade, presidente da Associação Brasileira de Educação de Deficientes Visuais, retomaram o projeto original do Centro de Re-



O formato circular da Escola de Educação Especial Anne Sullivan acabou gerando um apelido carinhoso de Nice Saraiva: Maracanãzinho

no, com diz carinhosamente a professora Nice, também foi polêmico. Após grandes discussões com o arquiteto responsável, a Arquitetura venceu as idéias mais simples da professora Nice, restando, até hoje, apenas

zado na PUC, na década de 70, a professora Nice Saraiva e o professor Geraldo Sandoval de Andrade, presidente da Associação Brasileira de Educação de Deficientes Visuais, retomaram o projeto original do Centro de Re-



Nice Saraiva, no ano de 1969, em plena aula, orientando aluno sobre movimentos labiais

cuperação Infantil e, com o apoio do ex-prefeito Raimundo da Cunha Leite, foi criada a Fundação Anne Sullivan, e sua escola de Educação Especial.

Faltava, ainda, o Cinema interferir e fazer sua parte em relação aos deficientes auditivos e audiovisuais. Pois bem: no começo dos anos 80, na Fundação das Artes de São Caetano do Sul, dois professores contratados, Heitor Capuzzo e José Armando Pereira da Silva, voltam suas atenções para um cartaz da Escola Especial Anne Sullivan, e resolvem fazer um curta-metragem sobre as crianças surdas e cegas. Durante as filmagens na área interna da escola, descobrem outro anjo convivendo com as

crianças: Neusa Bassetto.

Partindo do cartaz para o filme, o resultado foi o seguinte: primeiro prêmio de curta-metragem para o filme *Estranho Sorriso*, no VIII Festival do Cinema Brasileiro de Gramado, em 1980. Os realizadores do festival assim se manifestaram sobre o filme: "Os piques mais intensos de emoção no Festival aconteceram quando a exibição do Curta *O Estranho Sorriso*, de Heitor Capuzzo, sobre uma escola de excepcionais. Capuzzo mostra coisas que as pessoas preferem ignorar hipocritamente" [5].

Hoje, a luta continua. A última notícia sobre a Fundação Anne Sullivan foi publicada no *Diário do Grande ABC*, de 21 de abril de 1994. "O Departamento de Educação e Cultura iniciará, no se-



Foto de 1992: Nice Saraiva [à esquerda] e Dorina Norwill, sua grande colaboradora

Sullivan foi publicada no *Diário do Grande ABC*, de 21 de abril de 1994. "O Departamento de Educação e Cultura iniciará, no se-

gundo semestre deste ano, um curso de Informática para os deficientes visuais. O projeto é desenvolvido com a Escola de Informática da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Desde março, cinquenta alunos com deficiência auditiva vem recebendo aulas de Informática na escola de Educação Especial Anne Sullivan. A intenção é criar um curso profissionalizante".

E, assim, o sonho não pára. Se outras instituições recebessem o apoio da Literatura, do Teatro, da Arquitetura, do Cinema, e da Política e mais amor e carinho, como o da professora Nice Saraiva deu aos deficientes visuais e auditivos, o mundo, sem dúvida, estaria melhor.

Notas

(1) Medici, Ademir - *Migração e Urbanização. A Presença de São Caetano na região do ABC.* São Caetano: Prefeitura de São Caetano; São Paulo: Editora Hucitec, 1993;

(2) Programa de peça teatral *O Milagre* de Anne Sullivan, elaborado por Osmar Rodrigues Cruz, Eduardo Curado, e Elisabeth Ribeiro. São Paulo, Teatro Popular do Sesi, 1967.

(3) Depoimento oral da professora Nice Saraiva na Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, em 13 de abril de 1994;

(4) *Cidade Nova.* São Caetano. Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1968;

(5) Catálogo da 5ª Mostra Anual do Cinema Brasileiro. 2 de janeiro a 2 de março de 1982. Anfiteatro Cacilda Becker - Paço Municipal de São Bernardo do Campo;

(*) José Roberto Gianello é sociólogo, trabalha na Fundação Pró-Memória de São Caetano; integra, também, o Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC (Gipem)

Crescimento demográfico e adensamento acelerado

(o caso de São Caetano)

João Carlos de MORAES (*)

São Caetano do Sul é um Município altamente adensado, determinado, principalmente, pelo crescimento demográfico vivenciado a partir das décadas de 20 e 30 com a implantação industrial e o início dos movimentos migratórios. Podemos concluir, portanto, que a implantação da grande indústria, especificamente a que antecede as indústrias ceramista e automobilística, foi a responsável pelo adensamento acelerado do Município, atraindo amplos contingentes de mão-de-obra.

O crescimento demográfico de São Caetano revela-se, com mais intensidade, a partir do incremento da multinacionalização da economia, na década de 50, a implantação e o desenvolvimento industrial e o governo Kubistchek com o seu plano de metas.

Ao realizarmos uma análise, a partir dos dados populacionais dos últimos três censos demográficos para a cidade de São Caetano do Sul, verificamos que entre as décadas de 70 e 80 há um crescimento da população. Um dos aspectos determinados desse crescimento encontra-se no fato de, nas décadas de 1950-60-70, haver fluxos migratórios significativos para o Município. O Estado de São Paulo, na fase do chamado Milagre Brasileiro, constituiu o principal pólo de atração dos êxodos rurais do Norte, Nordeste e Minas Gerais. São Caetano do Sul, enquanto área industrial dinâmica, desempenhou papel importante na absorção de grande parte desse fluxo.

No período de 1980-91, verificamos uma queda significativa da taxa de crescimento, fruto de uma recente tendência da cidade - redução dos fluxos migratórios, devido à elitização crescente do seu espaço construído, gerando a expulsão progressiva da população de baixa renda.

A exiguidade do espaço físico, os altos aluguéis e a falta de uma política habitacional para a população migrante, são fatores que contribuíram para a diminuição da taxa de crescimento populacional verificada no Município

entre 1980 e 1991. Esses fatores também têm gerado a expulsão acelerada da população migrante e encortçada da cidade para outros municípios da região do ABC ou bairros periféricos de São Paulo, sem contar aqueles que retornam para as suas cidades de origem.

O crescimento populacional do Município teve continuidade de forma mais lenta, porém, ascendente, nas décadas de 1970 e 80 com o desenvolvimento do setor terciário da economia. Tal fato é devido às inversões das atividades econômicas e à formação de um contingente consumidor potencial na região do ABC.

Um dos motivos principais para a efetivação do crescimento demográfico e a configuração de um adensamento acelerado, deve-se em larga escala, à implantação da indústria de ponta

no Município de São Caetano do Sul. A cidade passou a ter, a partir da década de 50, um papel de pólo de atração de contingentes cada vez maiores de trabalhadores em busca de emprego, acentuando-se nas décadas subsequentes.

Essa constextualização integra-se às necessidades de acumulação do capital, tendo como centro a indústria moderna, alterando as formas e a organização do espaço urbano municipal. Aí, o processo de urbanização originou soluções específicas ou domésticas para a questão da moradia, reduzindo os custos da reprodução da força de trabalho industrial.

“Dos 37 municípios da região Metropolitana da Grande São Paulo somente 20 possuem legislação de uso e ocupação do solo”(Bruna, 1982:12). São Caetano está incluído no grupo dos que possuem, mas ainda está aquém das suas reais necessidades.

“Para o Município de São Caetano do Sul assinala-se para cada zona a existência de uma relação de tipos de estabelecimentos que são permitidos, porém não se menciona nem a referida categoria de uso, nem os índices urbanísticos territoriais. A maior diversidade de estabelecimentos é permitida na subzona central

População do Município de São Caetano do Sul

Taxa Geométrica de Crescimento

(Período 1970 - 1991)

<i>População</i>	<i>Taxa de Crescimento</i>
1970 - 150.130 habitantes	- 1970/80 -0.83 %
1980 - 163.082 habitantes	- 1980/91 - 0.81 %
1991 - 149.125 habitantes	

Fonte: Censo Fibge - 1991

População residente por sexo, habitantes por domicílio, área e densidade demográfica do Estado de São Paulo, Municípios do ABCD. Região Metropolitana de São Paulo - 1980 - 1991.

Região	População por sexo		Hab/dom		Área		Dens. Demográfica		
	1980 - 1991 (1)	1980 1991			km2		1980 - 1991		
Municípios	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres					
Área Metropolitana	6.222.928	6.365.797	7.523.826	7.892.590	4,21	3,47	8.051	1563,62	1914,84
Santo André	276.669	279.403	302.044	313.068	4,15	3,50	181	3055,65	3398,41
São Bernardo	216.889	208.295	280.295	286.035	4,31	3,53	411	1035,53	1377,93
São Caetano	81.210	81.872	71.870	71.333	3,89	3,17	12	13590,17	2433,58
Diadema	117.401	111.259	152.677	152.391	4,37	3,72	32	7145,63	9533,38

Fonte: O Novo Retrato de São Paulo. Avaliação dos Primeiros Resultados do Censo Demográfico de 1991 Fundação SEDAE - Sistema Estadual de Análise de Dados São Paulo, 1992, p.115

principal". (Polonio, 1974:19)

No início da década de 90, o quadro já específico da legislação urbanística possui algumas alterações. A legislação de zoneamento urbano apresenta alguns indicadores de uso do solo nos diversos bairros, estabelecendo regras para a ocupação urbana e os processos construtivos. Mas, entendemos que será de fato o Plano Diretor, apresentado em 1993, o responsável pela concepção globalizante da questão urbanística para a cidade, que caminha para o terceiro milênio ainda numa situação indefinida em relação às suas metas e proposições de evolução urbana.

A tabela nº 2 a seguir apresenta a população residente na Região Metropolitana de São Paulo e nas cidades do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema).

A amostragem da população por sexo possui diferenciações entre os municípios em questão e a Região Metropolitana. Continua em crescimento a população (homens e mulheres) entre os períodos de 1990-1991, na Região Metropolitana e nos municípios do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema). Registra-se, também, um aumento do número de habitantes por metro quadrado (densidade demográfica), apesar de haver queda na proporção entre o número de habitantes por domicílio. Na década de 80, tínhamos, em média, mais de quatro habitantes por domicílio e esse número caiu para pouco mais de três habitantes. A situação atual indica uma estrutura familiar menor que na década ante-

rior, devido a fatores econômicos, sociais e diminuição dos fluxos migratórios.

Em São Caetano do Sul, podemos considerar que houve queda da população por sexo, da proporção habitante/domicílio e da densidade demográfica, pois o Município em todos estes setores registrou crescimento negativo. A diminuição do fluxo migratório, a crise econômica (falta de emprego) e a elitização do espaço habitável são fatores de inibição do crescimento populacional da cidade.

O ABCD "Ocupa uma área geográfica de 610km e com uma população de 1.226.604 habitantes, representa 1,03% do país, 4,68% do estado de São Paulo e 9,01% da Grande São Paulo segundo dados levantados pelo IBGE" (Bruna, 1982:12).

No Quadro que apresenta indicadores sobre densidade demográfica, percebe-se que São Caetano do Sul possui a maior taxa de concentração de habitantes por km da América Latina e, paralelamente, apresenta os menores índices de variação da população residente. Pode-se observar, também, que a taxa geométrica de incremento populacional anua diminui consideravelmente.

Ao analisarmos a formação do Município de São Caetano do Sul, verificamos no plano urbanístico, que a implantação industrial foi a grande motivadora do crescimento demográfico, ocorrido no início do século e nas décadas de 30, 50 e 70.

Na formação do Município em fins do século passado verificamos o incremento oficial

imigração italiana (1877). Após esse período as olarias cedem espaço para a indústria ceramista, evidenciando que a constituição do pólo industrial ceramista foi determinante para o incentivo às ondas migratórias para a cidade. Mas consideramos que o quadro populacional atual do Município indica uma situação de decréscimo do seu número de habitantes:

"Na classe de tamanho populacional superior, com mais de 100 mil habitantes, surge em 1991, um Município com decréscimo populacional - São Caetano do Sul, pertencente à região metropolitana. Diminuiu a proporção de municípios com altas taxas (maiores que 4%), que eram a grande maioria em 1980 (mais de 60%) e pouco mais da metade dos maiores municípios passam a crescer a taxas de 2 e 4%" (Sedae, 1992:33)

Podemos considerar que as décadas de 60 e 70 apresentaram um crescimento populacional da Metrôpole de São Paulo, principalmente provocado pelo componente migratório. Já na década posterior houve uma sensível redução dos índices migratórios para a Região Metropolitana, aumentando o peso do crescimento vegetativo.

A região metropolitana de São Paulo, apresenta índices totalmente opostos nas duas décadas analisadas, o que vale considerar que entre 1970/80 houve crescimento da taxa líquida de migração (relação entre saldo migratório e a população média do período considerado), enquanto na década de 1980/91 tivemos uma taxa negativa de migração, o que revela uma retração deste processo, devido a vários fatores, destacando-se o aprofundamento da crise econômica do país, gerando incertezas no próprio meio urbano, no que diz respeito à absorção da Mão-de-obra migrante. E São Caetano do Sul insere-se nesta abordagem geral.

(*) João Carlos de Moraes, é arquiteto, pós-graduado em Ciências Sociais pela PUC-SP; foi vereador de São Caetano do Sul

a) Texto extraído da dissertação de Mestrado Cidade Rica, Casa Pobre: A Urbanização em São Caetano do Sul, apresentada pelo autor à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em Ciências Sociais, em 1993.

Bibliografia

- 1- Bruna, Gilda Collet. Zoneamento como fator de localização comercial. Sinopses (3), São Paulo, FAU-USP, dezembro de 1982;
- 2- Polonio, Rubens Francisco. Análise habitacional: Conjunto BNH São Caetano do Sul. TGI. FAU-USP, 1974;
- 3- Sedae (Sistema Estadual de Análise de Dados)- O Novo Retrato de São Paulo. Avaliação dos Primeiros Resultados do Censo Demográfico de 1991, São Paulo, 1992.

Petrobrás - breve história dos dutos e terminais do Centro-Oeste e São Paulo

Luiz de Lima BUZELIN (*)

O interesse pela pesquisa de petróleo no Brasil começou no século passado. Nessa época o petróleo era usado, quase que unicamente, para iluminação. O passo concreto, que de fato inaugurou a prática desta atividade, só ocorreu em 1897, quando se iniciou a perfuração de um poço, na localidade de Bofete, em São Paulo, que atingiu a profundidade de 488 metros, e onde se encontrou, apenas, água sulfurada.

É digna de destaque a ausência das grandes companhias internacionais na pesquisa do petróleo no Brasil, numa época em que nada as impedia de atuar. Na primeira metade deste século, estas corporações haviam reconhecido, habilmente, quase todas as regiões do planeta e avaliado as suas possibilidades petrolíferas. Descobriram, nesse período, algumas das mais importantes áreas produtoras do mundo, como Venezuela, México, Oriente Médio e, naturalmente, os Estados Unidos e o Canadá.

A causa fundamental do desinteresse das grandes companhias e da demora em se transformar o País em produtor de petróleo foi a natureza pouco generosa de nossas bacias sedimentares, que exigem esforço muito grande e perseverante para a identificação dos campos de petróleo, fazendo com que sua exploração no Brasil constitua-se em atividade de elevado risco.

À medida em que o petróleo se transformava rapidamente, em recurso de importância fundamental para o desenvolvimento econômico e para a segurança do País, consideradas as dificuldades encontradas para a sua exploração em nosso território, tornou-

se necessária uma decisão de grande envergadura.

Assim, a 3 de outubro de 1953, foi assinada a Lei 2.004, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás.

A Petrobrás iniciou suas atividades em 10 de maio de 1954, herdando o acervo o Conselho Nacional de Petróleo. Sua primeira iniciativa foi expandir o parque de refino, de modo a tornar o País auto-suficiente no abastecimento de derivados de petróleo. Ao mesmo tempo, intensificou os trabalhos de exploração, que passaram a cobrir todas as áreas de interesse, em terra e no mar.

Mesmo enfrentando severas limitações geológicas, foram obtidos resultados que permitem atender, hoje, mais da metade da demanda nacional de petróleo.

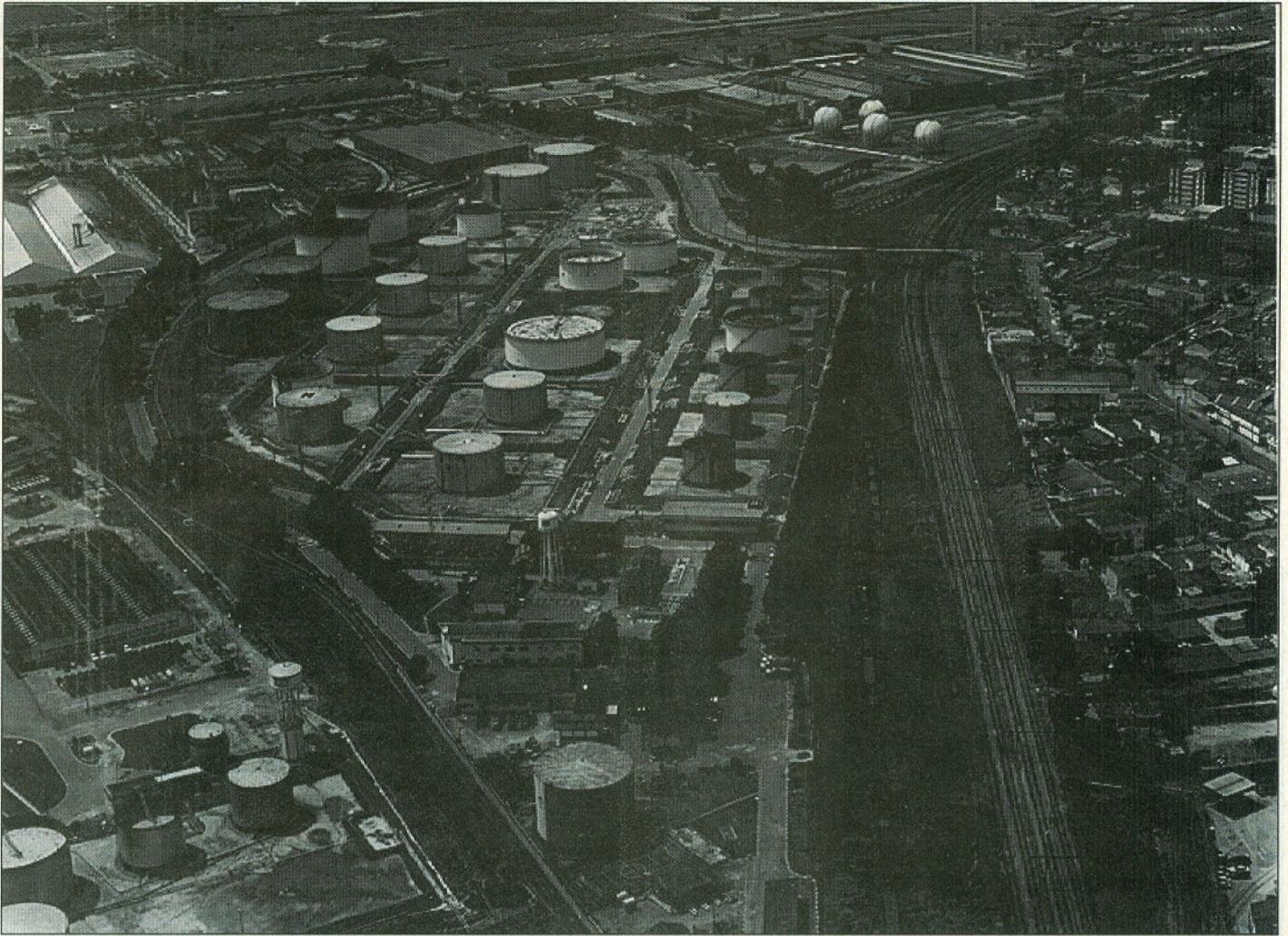
Desde a descoberta, na Bahia, em 21 de janeiro de 1939, a atividade de produção do petróleo desenvolveu-se, atingindo elevados padrões técnicos, internacionalmente reconhecidos.

As realizações nas áreas de atuação do monopólio provocaram o surgimento de diversas atividades correlatas, entre as quais

destacam-se as indústrias petroquímicas e de fertilizantes. Para apoiar o rápido desenvolvimento ocorrido nestas áreas, foram criados ou expandidos diversos empreendimentos privados nacionais, voltados para a prestação de serviços e a fabricação de equipamentos exigidos pelos numerosos e complexos projetos originados da atuação da Petrobrás e das empresas que operam nos ramos afins.

É inegável que este processo teve enorme e benéfico impacto nos mais importantes segmentos da economia brasileira. Surgiram grandes firmas na área de projeto e montagem dos mais variados tipos de instalações industriais, na fabricação de sofisticados equipamentos e materiais, que são partes importantes da nossa indústria de bens de capital. Incalculável número de pequenas e médias empresas surgiram em função da diversificação da demanda criada pela ação do monopólio estatal do petróleo no Brasil.

Desde o seu começo, a Petrobrás procurou incentivar a nacionalização dos variados itens de suas necessidades. Tal meta, bem sucedida, traduz-se no fato de que mais de 92% do total de compras anuais da companhia são feitas no mercado interno.



Vista geral do terminal situado em São Caetano do Sul, à rua Felipe Camarão com Avenida dos Estados, que armazena, recebe e transfere gasolina, diesel, óleo combustível, álcool anidro e hidratado, gás liquefeito de petróleo e nafta

Estrutura organizacional

A Petrobrás está, atualmente, estruturada em grandes atividades - Exploração, Perfuração, Produção, Refino, Transporte, Xisto, Pesquisa e Tecnologia, Subsidiárias e Coligadas.

Nesse contexto, o Departamento de Transporte apresenta importante papel no desenvolvimento das regiões afetadas às suas atividades, cujo objetivo é transportar, por navios ou através de dutos, petróleo, derivados, gás natural e álcool.

Os navios, operados pela Frota Nacional de Petroleiros (Fronape), são utilizados no transporte de petróleo e seus derivados do exterior para os terminais marítimos brasileiros, e do Brasil para o exterior. A FRONAPE efetua, também, o transporte de cabotagem de petróleo, seus derivados e álcool ao longo da costa brasileira.

...A Constituição Federal de 1988, instituiu o ICMS sobre os derivados de petróleo, beneficiando os municípios onde existem os terminais terrestres e marítimos...

Os dutos são classificados em oleodutos (transporte de líquidos) e gasodutos (transporte de gases) e em terrestres (construídos em terra) ou submarinos (construídos no fundo do mar). Os oleodutos, que transpor-

tam produtos derivados e álcool, são, também, chamados de polidutos.

Outras modalidades de transporte, como o rodoviário e o ferroviário, são, ocasionalmente, empregados para a transferência de petróleo e seus derivados, embora não estejam abrangidas pelo monopólio instituído pela Lei 2.004.

A malha dutoviária e terminais de armazenagem, encontram-se distribuídos regionalmente pelo País com maior concentração nos grandes centros urbanos e de consumo.

A seguir relacionamos os órgãos responsáveis pela movimentação, armazenagem e transferência dos produtos: Dtsul - Dutos e Terminais do Sul; DTCS - Dutos e Terminais do Centro-Oeste e S. Paulo; DTSE - Dutos e Terminais do Sudeste; Dtbasa - Dutos e Terminais da Bahia, Sergipe e Alagoas e, Dtnest - Dutos e Terminais do Norte/Nordeste

Dutos e Terminais do Centro-Oeste e São Paulo

Em 1951, a Rede Ferroviária Federal (Rffsa), através de autorização do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), fundou, na Raiz da Serra do Mar, a Estação de Bombas de Cubatão (EBC), um terminal de oleodutos dotado de bombas centrífugas e alternativas que bombeavam o transporte de petróleo importado e seus derivados, do nível do mar até a capital e o interior paulista (oleodutos Santos/São Paulo). Em Santos, possuía, ainda, o terminal de oleodutos de Alemoa, e em São Paulo, o Terminal de Utinga.

Desde 1957, a Petrobrás abastecia de Petróleo a Refinaria Presidente Bernardes - RPBC, de Cubatão - SP, através do Porto de

deral S.A. - Rffsa para a Petrobrás, do patrimônio formado pelo Sistema de Dutos Santos/São Paulo e, na mesma data, o Conselho de Administração decidiu criar o órgão operacional Terminais de Derivados de São Paulo - Tedep, subordinado ao Departamento de Transporte - Detran, constituído pelo desmembramento do Tebar - dutos Opasa e Obati, Terminal de Barueri, Terminal de Santos (Alemoa), Estação de Bombas de Cubatão e Terminal de Utinga em São Caetano do Sul.

Em 1978 foi concluída a construção do Terminal de Guararema e, em 1983, o Terminal de Guarulhos, passando a operar no mesmo ano.

Em março de 1992, com a reestruturação organizacional do Departamento de Trans-

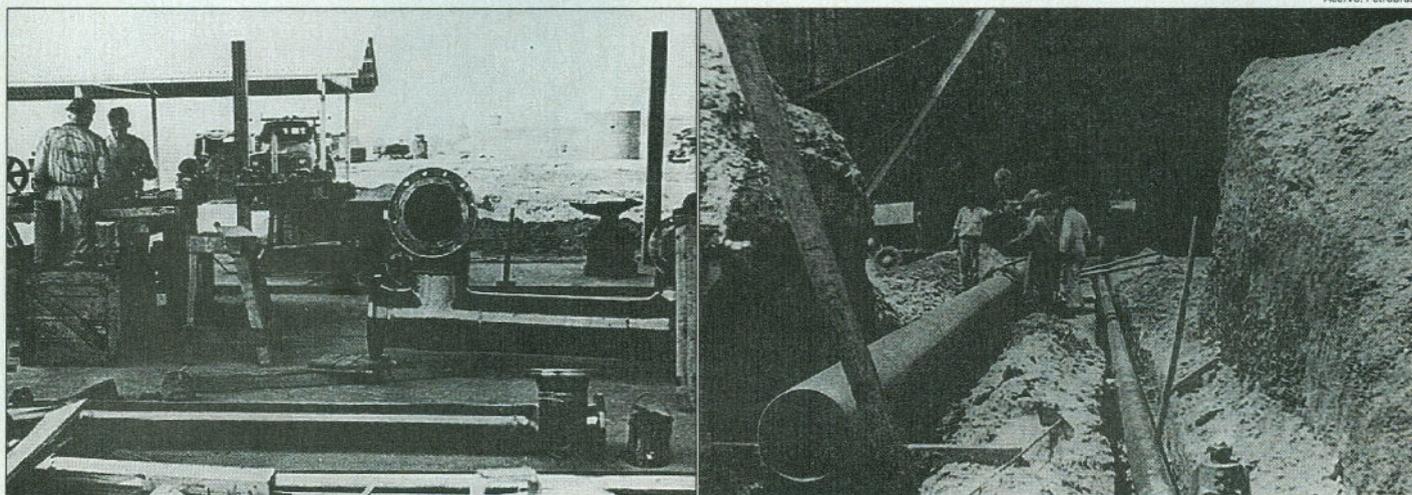
pos para a COMGÁS.

Importar e exportar derivados de petróleo e álcool, abastecer navios (Santos e São Sebastião) e tratar o lastro de navios - tanque.

O complexo operacional é constituído dos seguintes conjuntos de instalações principais e/ou sistemas:

Parque de Armazenamento; Bases de álcool; Cais de Atracação de navios; Linhas Submarinas; Rebocadores; Oleodutos (2.000 Km de dutos); gasodutos; Sistemas de Segurança; Sistemas de Telecomunicações, Sistemas de Geração de Vapor, Sistemas de Drenagem, Sistemas de Combate a Poluição no mar e Oficinas.

Do nosso complexo operacional dependem 04 (quatro) refinarias, RECAP - Refinaria de Capuava em Mauá, REPLAN - Refi-



Acervo: Petrobrás

Ano de 1951: diversos aspectos da construção do sistema de tanques da Petrobrás de São Caetano

Santos - SP. Devido à pouca profundidade, visto que só permitia acesso a navios com calado de 9 metros, a Companhia foi autorizada, em maio de 1961, a construir e operar um Terminal para cara e descarga de petróleo e seus derivados no canal de São Sebastião - SP. Concluído em 1968, foi batizado de Terminal Almirante Barroso - TEBAR, em homenagem à Marinha de Guerra, e vem operando normalmente desde então.

Mais tarde, em setembro de 74, a Petróleo Brasileiro S.A., Petrobrás, firmou um convênio com o CNP e a Rffsa visando a alienação do patrimônio desses oleodutos. Em outubro do mesmo ano, os sistemas de oleodutos Santos/São Paulo e Utinga passaram a pertencer oficialmente a Petrobrás.

Em outubro de 1976, foram assinadas as escrituras de venda da Rede Ferroviária Fe-

porte - Detran, os órgãos TEBAR e TEDEP foram agregados num único órgão - Dutos e Terminais do Centro-Oeste e São Paulo - DTCS.

A sede do DTCS está localizada em Utinga, à Rua Felipe Camarão, 393 - Prosperidade, São Caetano do Sul - SP e seu complexo operacional é composto de Sistemas de Terminais, Bases, Oleodutos e Estações Intermediárias, localizadas nas cidades de Santos, Cubatão, Barueri, Guarulhos, Suzano, Guararema, São Sebastião, Bertiooga, Caraguatuba, Paulínia, Ourinhos, Bauru, Araraquara, Sertãozinho e Santa Adélia no Estado de São Paulo e Uberaba em Minas Gerais.

Receber, armazenar e suprir de álcool, petróleo e seus derivados e saldo de gases das Refinarias localizadas em São Paulo, às distribuidoras de gás natural da Bacia de Cam-

paria de Planalto em Paulínia, RPBC - Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão e REVAP - Refinaria Henrique Lage em São José dos Campos que recebem a matéria-prima para os seus processos e escoam grande parte de seus produtos, através dos Terminais, Estações e Oleodutos já citados.

Área de influência

De todo o produto consumido no país, o Estado de São Paulo participa com 50%.

Pelo Terminal de São Sebastião chegam 50% de todo petróleo consumido no País, que hoje alcança cerca de 1,2 milhões de barris por dia.

Nos Dutos e Terminais do DTCS são movimentados 70 milhões de m³ de álcool, petróleo e seus derivados por ano, gerando cer-

ca de 3.166 empregos diretos (mais de 100 prestadores de serviços e fornecedores) e mais de 6.200 empregos indiretos, abrangendo 41 municípios em todo o nosso Estado.

Na área de segurança e meio ambiente e atendendo acordo de assistências entre o governo do Brasil e o Programa das Nações Unidas, a Petrobrás fez investimentos de grande monta, como a construção dos Centros de Combate a Poluição no Mar - Centropol em Santos e Ceempol em São Sebastião, com diversos equipamentos sofisticados na prevenção, controle e combate a poluição no mar e na costa brasileira.

Todos os Terminais e Estações Intermediárias possuem sistemas de combate a incêndio próprios, capazes de operar mesmo na falta de energia elétrica, garantindo a in-

meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988, instituiu o ICMS sobre os derivados de petróleo, beneficiando os municípios onde existem os terminais terrestres e marítimos neste Estado, com o aumento significativo de suas participações no citado imposto. Além disso, através da lei 7990/89, o Estado e os Municípios onde estão instalados os terminais e dutos que movimentam petróleo e gás natural, vêm recebendo royalties mensalmente.

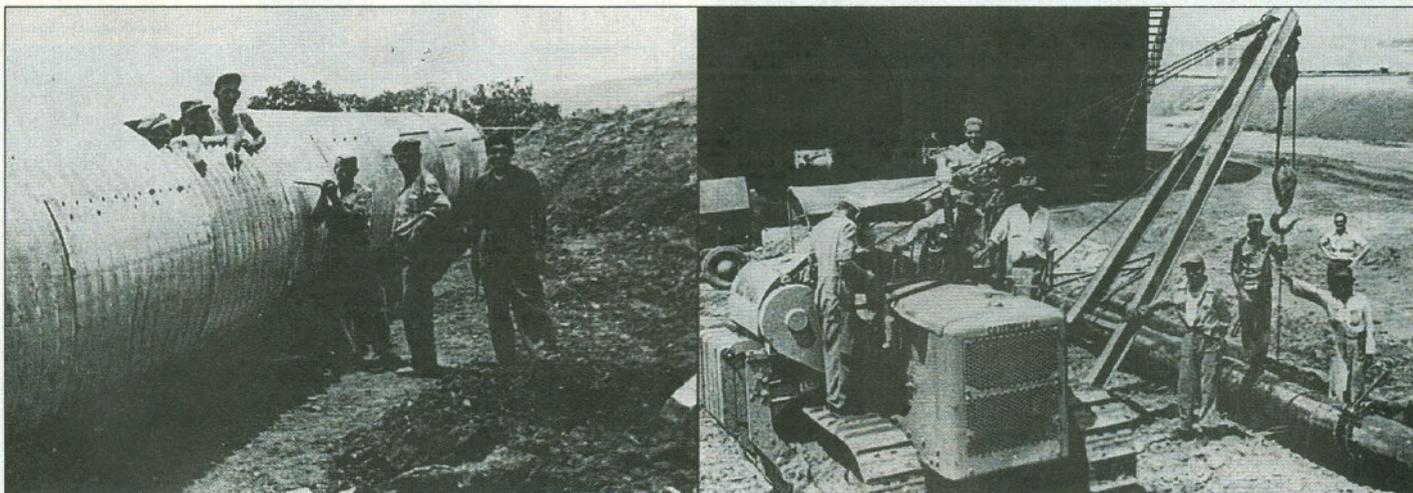
Outros municípios vem se beneficiando das atividades técnicas e econômicas da Petrobrás na região, como em Santos com Expansão do Pier de Alemoa, através do convênio Petrobrás/Codesp, facilitando as atividades das empresas importadoras e exportadoras de granéis líquidos da região, e a cons-

trói estradas de acesso que hoje são de domínio público e na área da saúde e educação, exerce papel fundamental para as comunidades da região com a doação de conjunto de equipamentos cirúrgicos completo para UTI's, ambulâncias, patrocínio e coordenação de eventos e projetos culturais e esportivos etc.

Os novos investimentos na área de transporte levarão os derivados de petróleo, álcool e gás natural até a região Centro-Oeste do País promovendo, significativamente, o seu desenvolvimento sócio-econômico.

A missão da Petrobrás, basicamente, de assegurar o abastecimento nacional de óleo, gás natural e derivados, foi sempre cumprida com êxito total, mesmo nas situações críticas que assoberbaram o mercado internacional

Acervo: Petrobrás



tegridade das pessoas e instalações dentro da área industrial, e da comunidade.

Outro aspecto a ressaltar na área de Segurança e Meio Ambiente é a utilização de uma das mais modernas e sofisticadas técnicas de inspeção de oleodutos e gasodutos existentes no mundo, denominada "pig instrumentado". Adotada pelos órgãos hoje representados pelo STCS de forma sistemática e preventiva desde 1985, contribuiu fortemente para reduzir a ocorrência de vazamentos nesses dutos, a, praticamente zero nos últimos anos.

Apesar de seu alto custo relativo, o pig instrumentado é hoje a principal ferramenta para a garantia da integridade física dos oleodutos do DTCS, com reflexos benéficos e diretos na segurança das populações vizinhas à essas instalações, e na preservação do

...De todo o produto consumido no país, o Estado de São Paulo participa com 50%...

trução do gasoduto de Merluza que leva o gás natural da bacia de Santos (Plataforma de Merluza) para toda a região da Grande São Paulo.

Quatro décadas

A Petrobrás, através de seu órgão DTCS

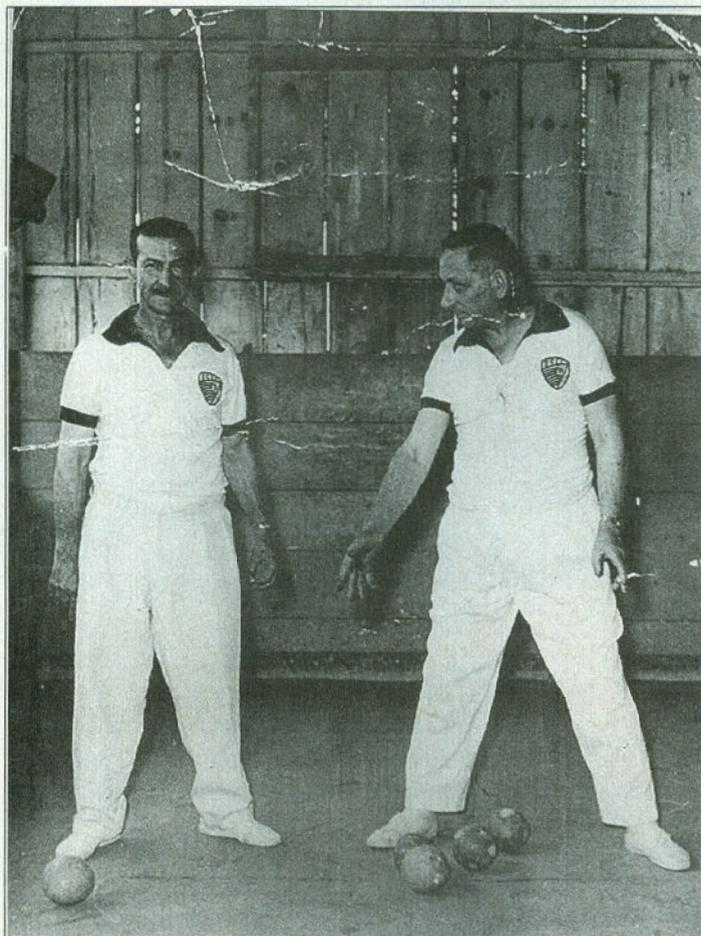
do petróleo, com eficiência e aos menores custos para a sociedade brasileira, destacando a sua contribuição social e o importante papel no desenvolvimento do Brasil.

(*) Luiz de Lima Buzelin é superintendente dos Dutos e Terminais do Centro-Oeste e São Paulo (DTCS)

Humberto Piccolo, um esportista exemplar ^[1]

Oscar GARBELOTTO (*)

Acervo: Fundação Pró-Memória



Em 1948, as equipes de bochas que se formaram no Bar do Momi, tradicional cantina que era mantida por Arthur e Tereza Garbelotto e os demais integrantes da família Garbelotto, à rua 28 de julho, 154/156, no Bairro da Fundação, resolveram começar a disputar o Campeonato Paulista de Bochas. Adotando o nome do tradicional clube do bairro, São Caetano EC, naquele ano, sagraram-se vice-campeões paulistas. Era o início de um período glorioso para o esporte das bochas em São Caetano, que viria a continuar intensamente com a participação, ainda, do Cerâmica e, mais tarde, do CB São José que continua a trazer títulos para a cidade. Na foto, de 1948, cena do campeonato paulista, com dois destacados defensores do alvi-negro do Bairro da Fundação: Capoeira (à esquerda) e Amadeu Bortoletto, nas canchas do Recreio do Momi. Naquele ano, participaram da equipe do São Caetano EC, entre outros: Humberto Piccolo, Heitor Manille, Luiz D'Agostini, Luiz Paolillo, João Guerreiro, Angelo Piccolo, Antonio Garbelotto e Pedro Momesso. (original de Humberto Piccolo)

Acervo: Fundação Pró-Memória



À esquerda da foto, Edson Zanon, um dos constantes parceiros de Humberto Piccolo, inclusive na seleção paulista. Na época da foto, sem data definida, ambos estavam defendendo o Cruzada Esporte de São Caetano (original: Humberto Piccolo)



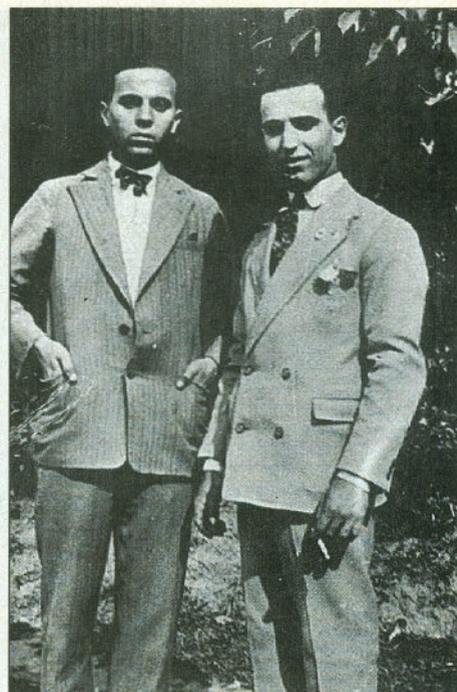
Em 1968, o Clube Bochófilo São José sagrava-se campeão da Grande São Paulo e campeão estadual de Bochas. Na foto, no próprio clube, Humberto Piccolo está recebendo a faixa e flâmula das mãos de um dirigente. Era a segunda vez que o São José sagrava-se campeão (a primeira foi em 1965). Em ambas, Piccolo fez parte da equipe. Esquerda: 1 - dirigente do Meninos FC; 2 - Antonio Benedetti Sobrinho, presidente do São José; 3 - João Molinari; 4 - Umberto Zago; 5 - à frente, Humberto Piccolo (original de Humberto Piccolo).

Humberto Piccolo nasceu em Nervesa Della Bataglia, na região do Veneto (Itália), em 28 de julho de 1908, filho de Cândido e Amália Piccolo, agricultores das planícies que circundavam o rio Piave. Nasceu no mesmo dia em que a cidade que iria adotar (São Caetano) completava 21 anos. Em 1921, fugindo das dificuldades do pós-guerra em que mergulhou a Itália, a família veio para o Brasil. Humberto, então com 13 anos, junto com os pais e outros sete irmãos, foi parar numa fazenda da família Martinho Prado, em Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Lá pouco ficaram: os maus-tratos destinados aos colonos motivaram a fuga para São Caetano, onde começou o árduo trabalho de recompor as próprias economias.

Humberto e outros membros da família dedicaram-se à construção civil. Especializou-se, com o irmão Angelo, à colocação de ladrilhos e azulejos. Em 1925, nesse ramo de atividade, começou a trabalhar para a empresa do engenheiro Álvaro Salles de Oliveira, onde, sempre como autônomo, atuou durante cinquenta anos.

Em São Caetano, o Ideal era o seu clube favorito. Frequentava as domingueiras dançantes. Quando havia bailes aos sábados, nunca os perdia. Foi lá que conheceu a jovem e bonita Elvira Biscar, por volta do ano

de 1928. Ela havia nascido em 9 de maio de 1910, bem ali na rua Perrella, em São Caetano. Logo pensaram em casar-se, mas, no ano de 1928, surgiu a crise econômica. Era difícil achar trabalho. A complicada situação econômica foi retardando o casamento. Até que, com a ascensão de Getúlio ao poder, surgiram importantes novidades no princípio de 1933: os que possuíam fortunas, exclusivamente no mercado financeiro, passaram a investir em produção, graças a uma legislação dura a respeito. E surgiram as construções e empregos à vontade.



Em foto de 1928, os jovens e grandes amigos Luiz Paolillo (à esquerda) e Humberto Piccolo posam com a elegância que marcava a época. Luiz já era barbeiro e Piccolo, colocador de azulejos e ladrilhos, profissão que abraçou até aposentar-se. Piccolo não se lembra do local da foto, mas não esquece do refinado terno feito pelas mãos do alfaiate Ulisses Tornincasa, da rua Amazonas esquina com a rua São Paulo e que, depois, se instalou mais próximo ao centro, à rua Rio Grande do Sul. (original: Humberto Piccolo).

O retorno à estabilidade econômica conduziu, finalmente, os jovens Humberto e Elvia ao altar. No dia 28 de dezembro de 1933, casaram-se na Igreja de São Caetano, no Bairro da Fundação, tendo como padrinhos Arthur e Thereza Piccolo Garbelotto, seus cunhado e irmã. Tiveram dois filhos nestes sessenta anos de casamento: Wilson e Renée. Sua primeira residência, após o casamento, foi à rua Primavera, atual rua Bahia Grande, Vila Bela.

Humberto conheceu o jogo de bochas, como folguedo, ainda criança, na Itália, em sua pequena cidade natal, no Veneto. Praticava com o pai. Quando chegou a São Caetano, ouviu dos mais velhos que aqui se praticava o jogo italiano nas ruas. Não existiam canchas. Falavam que, aos domingos, as bolas de madeira começavam a rolar, lá na rua 28 de julho, perto da igreja e, de conversa em conversa, de jogada em jogada, os participantes chegavam até perto da estação. Depois, era fazer o caminho de volta, sempre pelas ruas de terra...



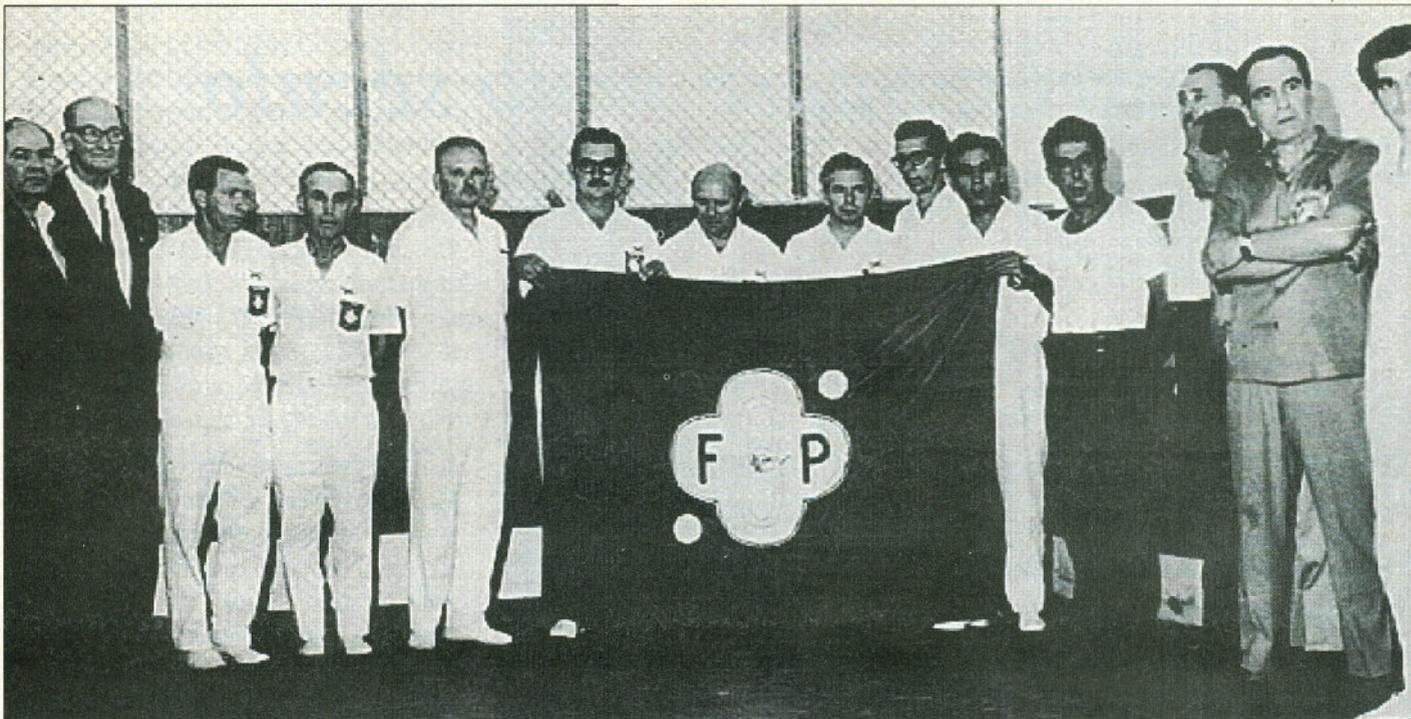
O casal Elvira Biscar e Humberto Piccolo, pouco antes do casamento, em foto de 1933 [Photo São Caetano, rua São Caetano, 77], em São Paulo (original do casal Elvira/Humberto Piccolo)

Lembra Humberto que, por volta de 1923, o pai de Eduardo e Henrique Lorenzini construiu duas canchas de bochas num bar de sua propriedade, o Gato Preto situado à rua São Caetano, atual Conde Francisco Matarazzo, onde exatamente fica hoje uma loja na esquina com a rua Perrella. Foram as duas primeiras que se viram em São Caetano. Mais ou menos na mesma época, surgiu também o Bar Internacional, ao lado da sociedade do mesmo nome. Assim, outras canchas foram surgindo: a do João Perrella, o Joá, em bar que mantinha na 28 de julho, esquina com a então Praça da Matriz, bem ao lado da velha igreja da Funda-

Acervo: Fundação Pró-Memória



Ano de 1961: a equipe de bochas do São Caetano EC que disputava campeonatos locais. Em pé [da esquerda para a direita]: Sérgio Zapparoli, Capoeira, João Guerreiro, ? , ?, Luiz Paolillo. Agachados, na mesma ordem: Antonio Bortoletto, Angelo Piccolo, Humberto Piccolo e Spalla. A foto foi tirada na cancha principal do Bar do Momi, tradicional cantina que, durante muito tempo, foi um dos principais pontos do jogo de bocha em São Caetano. A esse tempo, a família Garbelotto já tinha vendido a cantina para Luiz Paolillo, que abandonava sua longa profissão de barbeiro, para dedicar-se ao comércio [a fotografia é do Foto Studio Suguino - rua Perrella, 245, em 12 de fevereiro de 1965; original de Humberto Piccolo]



Humberto Piccolo integrou, diversas vezes, as seleções paulistas. Aqui, em 1968, durante o II Campeonato Brasileiro de Bochas, realizado em Porto Alegre, em dezembro, quando a equipe de São Paulo se sagrou vice-campeã brasileira. Seus integrantes, da esquerda para a direita: Sérgio Quindicci, chefe da delegação (do Clube Piqueri); Benvenuto Donadel, dirigente (EC Esperia, atual Floresta); José Mariano da Silva, Mazola, (EC São José, de São Caetano); Humberto Piccolo (EC São José, de São Caetano) Marcela (de Itú); Edson Zanom (EC São José, de São Caetano); Guilherme Boscolo (EC São José, de São Caetano); Tomaz (EC Tietê); Espingardinha (de São Paulo); Pina (EC Juventus); Adriano, ? , ? , e Bianchini (do Penha, de braços cruzados). Como se observa, o EC São José, de São Caetano do Sul, forneceu quatro jogadores para a seleção paulista em 1968 (original: Humberto Piccolo)

ção. Já em 1940, mais ou menos, seu primo Victório Ceschin construiu duas canchas no Recreio do Momi (de Girolamo Ceschin), à rua 28 de julho, 154, em velho prédio de 1888. A partir daquela época, com o surgimento também das canchas do Cerâmica EC, mantidas na então rua Santo Antônio, atual Senador Roberto Simonsen, a cidade começou a ganhar fama no esporte. É que em 1948, representada pelo São Caetano EC, que atuava no Recreio do Momi, e pelo Cerâmica EC, nossa cidade passou a disputar o Campeonato Paulista de Bochas contra afamados clubes da capital.

Ambos os clubes destacaram-se bastante nos torneios paulistas, com vitórias significativas e títulos importantes. Em 1951, porém, com as alterações das regras dos campeonatos, que exigiam novas e maiores canchas, o São Caetano EC, onde Humberto jogava, afastou-se das competições. Apenas os campeonatos locais, patrocinados pela Comissão Municipal de Esportes, continuava com as velhas regras do ponto e bota. Este era o nome dado ao sistema de jogo.

Na época, Humberto conquistou vários títulos em duplas: em 1959, com Pedro Mo-

nesso, na rua Alagoas; em 1960, com Ama-deu Bortoletto, no Recreio do Momi; em 1961, com João Guerreiro, na Rua Piauí; em 1962, com Dionísio Sturaro, na rua Amazonas.

Apenas em 1963 Humberto, juntamente com Carmine Iezzi, diretor do Departamento de Bochas da CME, conseguiu implantar as novas regras em São Caetano, o que permitiria aos clubes locais voltar a participar dos campeonatos oficiais da Federação Paulista de Bochas. A reunião que decidiu a medida e o regulamento dos torneios locais realizou-se na CME, em 16 de maio de 1963, sob a presidência de Carmine Iezzi e Paulo Boaventura, da FPB. Participaram os seguintes clubes locais: Cruzada, São Cristóvão, CA Elite, Cerâmica, Coríntias, Botafogo, Piauí, Vila Alpina, Santa Maria, São Francisco, São Caetano, João Pessoa.

Antes de 1963, Humberto chegou a participar dos Jogos Abertos do Interior, pela seleção local. Em Santos, com as novas regras. Os integrantes da nossa seleção, no entanto, viam-se obrigados a treinar nas canchas do Bochofilo Santo André, já adequado. Em

1964, o Bochofilo São José surgiu com força total para disputar os campeonatos oficiais - paulista e sul-americano

Foi a época de ouro das bochas em São Caetano, graças aos títulos que esse clube trouxe e continua trazendo para a cidade, até os dias de hoje.

Os títulos mais significativos, obtidos por Piccolo, foram: 1948 - vice-campeão Paulista pelo São Caetano EC; 1965 - campeão paulista pelo CB São José

1968 - Campeão Paulista pelo C.B. São José; 1968 - vice-campeão brasileiro por São Paulo. Sua carreira esportista foi pontilhada de grandes sucessos. Não apenas em São Caetano, mas através de participações e títulos por todo país.

(*) Oscar Garbelotto é advogado e professor universitário. Ocupou, na administração pública municipal, as funções de diretor do Departamento de Educação e Cultura e Diretor do IMES. Atualmente, é presidente da Fundação Pró-Memória

Notas

[1] Baseado em depoimento feito em 17 de janeiro de 1994.

Gisela, quase meio século de tradição

Alberto do Carmo ARAÚJO (*)

Corria o ano de 1948. Fervilhava o movimento para a emancipação político-administrativa de São Caetano do Sul e os principais artífices do movimento iam, de bairro em bairro, explicando seus benefícios para a comunidade e procurando apoio para as suas idéias. Numa dessas visitas ao Bar do Alcindo (na época localizado na esquina das ruas Lourdes e Visconde de Inhaúma), um grupo de esportistas -inclusive Antonio Flávio da Silva (Caxambu), Alcindo Vitali, Zildo Leandrini, Virgílio Leandrini, o irreverente Francisco Parra, etc. - recebeu a visita de Anacleto Campanella, da deputada Conceição Santamaria e da prefeita de São Bernardo do Campo, Tereza Delta, entre outras autoridades.

Como o grupo era ligado ao Palmeirinha, da Vila Gerti, a deputada Conceição Santamaria, por indicação de Anacleto Campanella, doou jogo de camisas ao citado clube. A oferta foi aceita pela maioria, mas recusada por Francisco Parra, que teria dito que não vestiria tal camisa e preferia deixar o clube para fundar outro (o que acabou acontecendo mais tarde, por volta de 1949, quando Francisco Parra, reunido com grupo de amigos, liderou o movimento para fundação de um novo clube, esquina da rua Rosa com Boa Vista, onde hoje se localiza a Casa de Frios Itambé). Na ocasião, para homenagear os fundadores do bairro, família Gisela, foi dado ao clube o nome de SE Gisela e, por isso mesmo, ganharam, a título precário, uma faixa de terreno. Limparam o mesmo, colocaram duas traves e fizeram os primeiros jogos amistosos.

Sede Social

Depois, em 1950, data oficial de fundação

do clube, (seis de setembro de 1950), surgiu Manoel Rodrigues, também conhecido como Mané Português, por sua origem lusitana, que cedeu um velho casarão de sua propriedade, localizado à rua Pan, 32. Mané foi, também, o primeiro presidente, oficializando as cores verde, branco e vermelho, predominantes até hoje. Os fundos para a manutenção do time de futebol eram provenientes das festinhas e bailes promovidos na sua primeira sede.

Demais presidentes

Depois de Manoel Rodrigues, vários nomes ilustres dirigiram o clube na primeira

Acervo: Família Rodrigues



Manoel Rodrigues (no destaque), também conhecido como Mané Português, primeiro presidente

fase de sua existência. Seguiram-se: José Gomes Beijos (1952/1953); Daniel Cista; Sebastião Diogo (também fundador e um dos mais fanáticos dirigentes em defesa das cores do Gisela e que hoje - em justa homenagem à sua memória - é nome da rua onde se localiza o atual Centro Esportivo); Lázaro de Campos, outro nome famoso e que, inclusive, foi, mais tarde, Presidente da Comissão Municipal de Esportes; Laurindo Barreto; Raimundo da Cunha Leite (1958/1959), depois, em 1976, eleito prefeito da cidade; José de Camargo; José de Sá, um dos mais dinâmicos e trabalhadores; Luiz Caldo; o estimado e respeitado Dario Fernandes - um dos mais antigos e que faz parte da vida do clube, hoje residindo no Bairro Campestre, em Santo André, José Alves Pereira; Amadeu (?) atualmente com barraca onde vende pastéis e refrigerantes no pátio do Supermercado Joanin (rua Oswaldo Cruz com Ingá) e Antonio C. Vieira, último que dirigiu o clube na primeira fase desde sua fundação (1971/1972).

Reagrupamento

A sobrevivência da então Sociedade Es-



Manoel Rodrigues (no destaque), também conhecido como Mané Português, primeiro presidente



Uma das principais formações da SE Gisela, que disputou o campeonato amador de 1958. À esquerda, o terceiro em pé é Raimundo da Cunha Leite, ex-presidente do clube e ex-prefeito da cidade

portiva Gisela, como dos demais clubes amadores, na década de 70, tornava-se cada vez mais difícil. Naturalmente, por falta de recursos financeiros para manter o time de futebol e pelo desenvolvimento do bairro, cada vez mais apertado, com o crescimento de moradias e pequenas empresas que, praticamente, engoliam as pequenas áreas existentes, inclusive campos de futebol de terra batida, cedidos, a título precário pelos seus proprietários ou arrendatários.

Foi assim que, numa iniciativa do então prefeito, Hermógenes Walter Braido, por volta de 1973, começaram os primeiros movimentos para fusões dos clubes amadores. Sessenta, aproximadamente, entre a terceira, segunda e a chamada Divisão Principal, ou primeira divisão. Por determinação do chefe do Executivo, encarregou-se o presidente da Comissão Municipal de Esportes, João Luiz Pasqual Bonaparte, assim como o presidente da Liga Sancaeta-

nense de Futebol, João Pedro Pedullo, de formar uma Comissão Especial e com todos os amparos jurídicos para estudar e concretizar o programa das fusões, dividindo a cidade e diminuindo o número de agremiações, facilitando um maior desenvolvimento e concentração de esforços, inclusive financeiros. Foi-lhes entregue, então, um Centro Esportivo e Recreativo, pelo sistema de comodato, com respaldo do Poder Público Municipal, através da Comissão Municipal de Esportes, cuja administração ficaria com a própria diretoria, com plenos poderes para desenvolver atividades esportivas, sociais, recreativas e culturais, entre outras.

Centro Esportivo Recreativo Gisela

Foi assim que, aos vinte e oito dias do mês de outubro de um mil novecentos e setenta e três, às 12h00, conforme edital publicado no Jornal de São Caetano, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária na sede da Sociedade Esportiva Gisela, localizada à rua Pan, 32.

Início da fusão

Seguiu-se, então, o trâmite legal para formalização da fusão, que acabou não acontecendo dentro das sugestões e indicações da Comissão Municipal de Esportes e da Liga Sancaetanense de Futebol, que haviam indi-

cado para juntar-se à nova entidade que estava surgindo, as associações: Sete de Setembro Futebol Clube, Armajor Futebol Clube e Sociedade Esportiva Alvi-Celeste. Ante a negativa dos diretores dos mesmos em não aceitar as condições impostas, o então eleito presidente da Assembléia Geral, José Gomes de Souza, esclareceu que, pelo fato da negativa dos clubes convidados, sugeria o novo nome da agremiação, que seria Sociedade Esportiva e Recreativa Gisela, o que foi aceito pelos conselheiros eleitos: Dario Fernandes; Vicente Gimenes; Alfredo Espósito; João Galina; João Cópola; Valdir Gonçalves; Zurllo Pio; Raul José dos Santos; João Carmo de Oliveira; Sidnei Toniette; Geraldo Rosa; Sebastião Bonato; Aparecido João Alves; Rubens Capozzoli; José Rodrigues; Julio de Mello; Giro Striani; José Francisco de Car-teo; Francisco de Haro Fernandes, Antonio Jorge Costa, Ernesto Pereira Feitosa, Claro Bueno de Oliveira, Pedro Basting, Antonio Santoro, Francisco Maximino, Francisco Rodrigues Moreira, Manoel Rodrigues Moreira, José de Sá, Raimundo da Cunha Leite, Irineu Pires, Nelson Morgan e Israel Monteiro de Lima. Confirmado tudo, os indicados e aclamados para a presidência e vice presidência do Conselho Deliberativo, respectivamente, Francisco de Haro Fernandes e Sidnei Toniette, (indicações do conselheiro Dario Fernandes, já em obediência ao novo Estatuto Padrão da Liga Sancaetanense de Futebol, todos agradecidos pela presença do vereador Júlio de Mello.



Ao lado do prefeito Antonio Dall'Anese, figuras do antigo e do atual Gisela: Antonio Flávio da Silva (Caxambu) e Dario Fernandes, o mais antigo giselense vivo

Presidente da fusão

Já formalizada oficialmente a fusão e com a posse do conselheiro Francisco de Haro Fernandes na presidência do Conselho Deliberativo, foram indicados e aceitos os nomes dos conselheiros, Giro Striani, para presidente e José Gomes de Souza, para vice presidente, sendo os mesmos considerados eleitos e empossados por unanimidade.

Seguiu-se a indicação e aprovação por unanimidade dos nomes de Vicente Gimenes, Claro Bueno de Oliveira e Israel Monteiro de Lima, para o Conselho Fiscal (efetivo) e Pedro Basting e João Copola (suplentes), todos com mandato de dois anos (28 de

outubro de 1973 a 28 de outubro de 1975).

Centro Esportivo recreativo Gisela

Como um dos integrantes da comissão que tratou da regulamentação das fusões, José Gomes de Souza foi eleito o primeiro presidente do Centro Esportivo Recreativo Gisela na nova fase da agremiação, onde, até hoje, continua - agora como um dos cardeais (sócio benemérito), seguindo-se na direção do clube, Sebastião Leite Mello, José de Sá, Francisco Rodrigues Moreira, Jaime Soares de Oliveira, Agenor Silva, João Martins de Souza e, atualmente, Antonio Flávio da Silva, o Caxambú, um dos mais populares esportistas amadores da cidade. Ligado à sua história está, principalmente, o futebol: passou por outros clubes, como Pameirinha, Guarani e Fundação e foi campeão dirigindo a seleção do Município nos Jogos Regionais no início da década de 1980. Deu continuidade ao bom trabalho desenvolvido pelos demais presidentes, todos com inestimável folha de bons serviços prestados à primeira agremiação. Caxambú aumentou consideravelmente o patrimônio social e esportivo do Gisela que se coloca como uma das mais populares e concorridas sociedades esportivas em São Caetano do Sul.



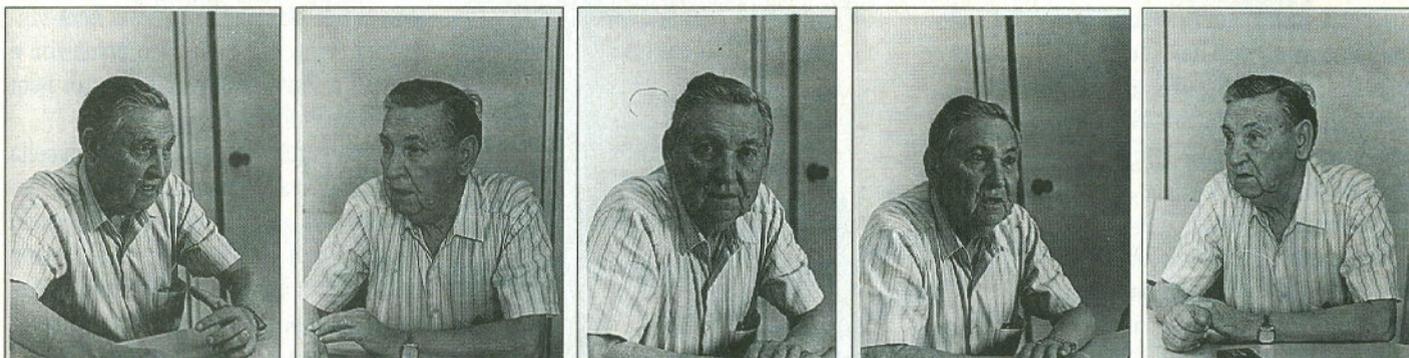
Nova sede do Centro Esportivo Recreativo Gisela, denominação adotada após as fusões realizadas em 1973

(*) Alberto do Carmo Giba Araújo é editor de Esportes do Jornal de São Caetano e comentarista esportivo da Rádio Emissora ABC

Lodi, 78 anos de São Caetano. E muitas lembranças interessantes

Ana Lúcia Machado ALMEIDA (*)

Acervo: Raízes



São Caetano tem como característica uma tradição italiana trazida há mais de um século por famílias do norte da Itália que foram responsáveis pela fundação do núcleo colonial que deu origem à cidade. A partir daí, com a chegada dos imigrantes de outras regiões e países, São Caetano foi crescendo e foi se formando, e hoje, é uma cidade cheia de histórias e de luta, com um povo firme, fiel, apaixonado e orgulhoso.

Nesta edição da revista Raízes, podemos conhecer mais um pouco da história do Município, contada por um dos mais antigos moradores de São Caetano e funcionário da Prefeitura do Município há 41 anos. Nascido no Bairro Fundação, Ângelo Lodi fala sobre os acontecimentos mais marcantes da vida da cidade, como por exemplo, o dia da emancipação político-administrativa.

Ângelo Lodi nasceu à rua Perrella, no Bairro Fundação, no dia 1º de setembro de 1916. Morou nas ruas Rio Branco, Maximiliano Lorenzini, Manoel Coelho, e José Paolone. Atualmente, mora à Rua dos Autonomistas, ainda no Bairro Fundação. De sua infância, lembra-se da liberdade das crianças, que brincavam no largo da Igreja Matriz [hoje Praça Ermelino Matarazzo], jogavam bola

nas ruas, sem perigo, já que não havia carros para transitar nas poucas ruas do bairro.

As recordações mais agradáveis começam a aflorar em sua mente e dessas lembranças, a amizade, um dos sentimentos mais nobres e puros existentes entre as pessoas, sobressai: "Lembro-me de que todos éramos uma grande família. Eram poucos os moradores no bairro; deveriam ser, ao todo, 50 famílias, mas todos se conheciam. Havia muita amizade e sinceridade entre as pessoas. Cortávamos caminho para outra rua passando pelo quintal das casas, que não tinham divisão, e muitas vezes, parávamos para conversar e tomar um cafezinho".

As pescarias no rio Tamanduateí, de que Lodi diz sentir saudades, também não caíram no esquecimento: "Íamos pescar em um tre-

cho do rio que hoje não existe mais por causa da retificação que foi feita. O Tamanduateí tinha muito peixe, principalmente traíra e lambari. Outra diversão, quando eu tinha uns 12 anos, era nadar no rio à noite. Tinha que ser à noite, porque, se a polícia pegasse alguém nadando no rio durante o dia, levava preso".

Comércio

Sobre o comércio, Lodi afirma que quase não existia, já que São Caetano, ainda Subdistrito de Santo André, dividia-se em pequenos núcleos. No Bairro Fundação, o comércio era limitado. Havia a Padaria do Leoni, muito diferente das padarias atuais, já que os pães eram entregues nas casas, em uma carroça fechada. O leite ficava por conta da família Cardoso, que levava as vacas para pastar na Vila Alpina, e, à noite, tirava o leite e fazia a entrega nas casas. Havia também dois grandes empórios, um da família Marcucci, e outro, da família Lorenzini. Os empórios eram armazéns que vendiam de tudo, de bebida à graxa de sapato.

Festas

O São Caetano Esporte Clube, na juventude de Lodi, era considerado o ponto de encontro dos jovens em virtude dos bailes, que aconteciam todos os domingos. Na parte cultural, o clube também estava presente: "O São Caetano Esporte Clube tinha apresentações teatrais com artistas locais, bons artistas, inclusive. Peças muito boas eram apresentadas, como Rosa de Nossa Senhora, Deus e a Natureza, e Os dois sargentos."

Quanto às festas, Lodi fala sobre os festejos religiosos que eram realizados na Igreja Matriz. Na época em que ele tinha 15 anos, diz que todos esperavam ansiosos pelas festas, com leilões, barracas, como as quermesses que existem hoje. As festas, realizadas sempre no início de agosto, terminavam com uma procissão. Como a Igreja Matriz era a única em São Caetano, todos os moradores participavam dos festejos.

Nos carnavais, a animação não era diferente. Dos bailes, só participava quem era sócio do clube, mas também não pagava taxa de entrada. "Havia um clube na rua Rio Branco, que se chamava Lázio. Na terça-feira de carnaval, formava-se cordões carnavalescos do Lázio até o São Caetano Esporte Clube que, na época, tinha sua sede próxima à Maximiliano Lorenzini. A turma do Lázio ia visitar o São Caetano Esporte Clube e, mais tarde, o São Caetano ia ao Lázio retribuir a visita. São coisas interessantes que hoje não se vêem mais".

Desenvolvimento

Hoje com 78 anos, Ângelo Lodi relembra as etapas do desenvolvimento da cidade. Uma das características do Município, antes de sua independência administrativa, era a divisão da cidade, não em bairros, já que ainda era um sub-distrito de Santo André, mas em núcleos. Em São Caetano, havia, entre outras, comunidades espanholas e polonesas. Depois da II Guerra Mundial, em 1945, os imigrantes vieram em maior número, mas os italianos se concentraram no Bairro Fundação.

Na vida política de São Caetano, Ângelo Lodi estava presente a um dos maiores acon-

tecimentos da história da cidade, e por que não dizer o maior, vivenciando todas as emoções do momento: foi o dia 24 de outubro de 1948, o dia da emancipação político-administrativa do Município. Em um rápido resumo, São Caetano e Santo André pertenciam a São Bernardo do Campo. Mais tarde, Santo André desvinculou-se de São Bernardo. A partir de então, São Caetano tornou-se o 1º Sub-distrito de Santo André, passando a pertencer à mais nova cidade.

Em 1928, houve a primeira tentativa, em vão, de São Caetano tornar-se Município independente de Santo André, mas o grande



dia estava reservado para 20 anos depois, quando foi realizado um plebiscito para saber se todos estavam de acordo com a autonomia de São Caetano. No final, o sim ganhou por uma grande diferença.

Lodi conta com emoção o grande dia, e confessa que foi uma das maiores alegrias de sua vida e também de todos os moradores de São Caetano: "Ficamos na sede do São Caetano Esporte Clube, na época à rua Perrella, esperando a notícia: São Caetano é um Município livre! Foi a maior festa, houve discurso, foi um dia de festa e comemoração. Uma das melhores sensações é sentir-se livre, e foi assim que todos nós nos sentimos naquele dia".

Começo difícil

Quanto às primeiras administrações do Município, Lodi elogia a garra e persistência destas: "A gestão do primeiro perfeito de São Caetano, Ângelo Pellegrino, foi a mais sofrida. São Caetano estava livre, mas começando do zero, sem um local para a sede da Prefeitura, sem funcionários, e o principal para um bom começo administrativo também estava zerado: dinheiro".

Mas com muita persistência e colaboração de todos os moradores, cientes do começo difícil que teriam de enfrentar, a Prefeitura começou a formar-se. "Foram feitas muitas festas para angariar fundos. Doações e todo o tipo de colaboração era bem-vinda. Foi assim que Pellegrino organizou e formou a Prefeitura, o que não foi nem um pouco fácil".

Foi na gestão de Anacleto Campanella que São Caetano começou a crescer, desenvolver-se, recorda-se Lodi. "O período mais difícil já tinha passado, São Caetano agora só precisava de alguém firme e decidido para poder começar bem, progredir e tornar-se a cidade que é hoje".

Angelo Lodi, 41 anos de Prefeitura e 78 anos de São Caetano do Sul, hoje deseja aposentar-se pela segunda vez. Começou a trabalhar na Prefeitura, em 1953, como desenhista, e hoje é encarregado da Iluminação Pública do Município, sempre atuando no setor de Obras. Respeitado por todos os anos de trabalho como funcionário público e como morador do Município, é peça importante na história da cidade, porque conhece e viveu esta história e lutou e chorou pela vitória de um Município. Por isso, hoje, ele pode dizer com todo o orgulho: "São Caetano é primeiro mundo em relação a qualquer outro Município".

(*) Ana Lúcia Machado Almeida é estudante de Jornalismo

O hino do Ideale

Música e letra

IDEALE VALSA

IDEALE

Era una sera di gran carnevale
 Il salone del Ideale
 Fù grande per me
 Tutta la gente più bella e più fiera
 E non come quella che parlan di te

*Ideale, Ideale
 Di tutta la gente più bella sei tu
 Ballate e ridete
 Qui non cesse mai più*

(Em Raízes nº 5 (página 21), publicamos a letra da valsa do Grêmio Recreativo Instrutivo Ideal, cantado em todas as festividades da entidade. Aqui, registramos a partitura musical e a letra, em italiano, transcritas ambas por Henry Veronesi)

Romaria

Gisberto GRIGOLETTO (*)

Em virtude do espírito jovial e comunicativo, da formação religiosa, por sua casa estar sempre aberta para os necessitados, o casal Pedro e Maria Daniel, eram bastante queridos em São Caetano do Sul, mantendo um círculo grande de boas e sólidas amizades. Ele já falecido, ela com 84 anos, atualmente reside em São Paulo, em companhia do genro, filha, neto e bisnetos.

Por mais de cinco lustros (1926/1954), eles organizavam, anualmente, sempre a 7 de setembro, uma romaria composta de amigos e familiares, em dois ou três ônibus, com destino à cidade de Aparecida do Norte. Partiam cedo de São Caetano do Sul para não chegarem tarde a Aparecida.

Assistiam à missa e comungavam na Basílica de Nossa Senhora. Passeavam pela cidade, faziam compras de lembranças religiosas; em seguida almoçavam, uns em restaurantes, outros sob os eucaliptos.

Após o almoço, em horário pré-estabelecido, os romeiros seguiam para Guaratinguetá, ponto alto da romaria, para visitar as meninas internadas e as respectivas mães do Orfanato Sagrado Coração de Maria.

Lá chegando, após os cumprimentos, faziam entrega dos donativos transportados, que consistiam de colchões, tecidos para uniformes, roupas de cama, alimentos, sapatos, brinquedos, etc., arrecadados durante o ano, de acordo com as necessidades do Orfanato, para cujo conhecimento, o casal entrava em contacto com a mãe superiora.

Era emocionante ver e sentir a alegria, a felicidade que irradiava dos olhos e rostos das

meninas, sobraçando as guloseimas, os sapatos ganhos, como também o agradecimento e satisfação que emanava dos semblantes das mães.

A romaria de seu Pedro e dona Maria, como os chamavam, era aguardada e recebida com muito entusiasmo, com muito calor humano, tanto pelas mães como pelas meninas, as quais não sabiam o que fazer para chamar a atenção deste ou daquele romeiro.

Decorrido algum tempo, após o corre-corre da chegada, os romeiros eram reunidos pelas mães, sob a sacada existente na parte interna do Orfanato, e, lá de cima, como se viessem do céu, caíam pétalas de rosas, jogadas pelas meninas, sobre as cabeças simples e caridosas. Era emocionante; muitos choravam.

Durante a tarde, no palco improvisado, as meninas recitavam, cantavam, representavam, dançavam sob a orientação das mães e do som harmonioso das partituras executadas ao plano pela mãe superiora.

Ao anoitecer, no momento de nossa partida, em retorno para São Caetano do Sul, todas as meninas e diversas mães rodeavam os ônibus, desejando boa viagem.

Com a graça de Deus, e a proteção de Nossa

Senhora Aparecida, durante todas aquelas romarias, não houve por menor que fosse, qualquer acidente. Todos os participantes das romarias, principalmente o casal Pedro e Maria, retornavam alegres, leves, com o coração transbordando de felicidades pela acolhida recebida e as emoções passadas durante o dia, as quais compensavam, com juro o trabalho de arrecadação feito durante o ano.

Era, e ainda é assim, como é generoso o coração da grande maioria dos caetanenses natos, ou dos que aqui fixaram residência.

Se porventura alguns desses romeiros vierem a ler este artigo, fecharão os olhos e viverão, novamente, aqueles momentos de alegria, de enlevo, de emoções, passados durante todo o transcorrer da romaria de que tinham participado.

(*) Gisberto Grigoletto nasceu em 1911, em Jaguari (atual Jaguariúna). Veio para São Caetano do Sul aos três anos de idade. Passou a residir em casa construída pelo pai, João Grigoletto, onde é hoje a Rua Rio de Janeiro; foi a quarta casa construída no Bairro Monte Alegre. Grigoletto foi secretário e duas vezes presidente do Clube Esportivo Lazio, entre 1932 e 1936. Ainda jovem, começou a trabalhar nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Unidade Água Branca, em 1925, como simples mensageiro, tendo se aposentado na mesma empresa, em abril de 1967, como chefe dos Escritórios da Unidade Rayon.

São Caetano recebe delegação italiana

O prefeito Antônio Dall'Anese recebeu, no dia 29 de novembro último, no Palácio da Cerâmica, delegação de estudantes de Vittorio Veneto, cidade-irmã da Itália, composta pelo assessor de cultura de Vittorio Veneto, Vittorino Pianca, e pelos estudantes Alessandra Cadalli, Devis Da Lozzo, Valéria Beldon, Andréa Moretto, Antônio Moz e Federica Majer. Os jovens permaneceram em São Caetano durante 15 dias, mantidos por conta de intercâmbio cultural existente entre as duas cidades. Os hóspedes italianos visitaram escolas e entidades culturais; mantiveram contato com jovens empresários e com a realidade cultural, econômica e social do Brasil e foram recebidos na sede do Circolo Italiano de São Caetano.



Acervo: Raízes

O prefeito Antonio Dall'Anese recebeu a delegação de Vittorio Veneto no Palácio da Cerâmica, onde entregou lembranças da cidade aos estudantes italianos

Durante o encontro no Palácio da Cerâmica - no primeiro dia de visita ao Município -, o chefe do Executivo [na presença de diretores e assessores

vindas à delegação e ressaltou a importância do intercâmbio, que possibilita contatos e reforça os laços de amizade entre o Brasil e a Itália.

da Prefeitura, vereadores, e representantes da sociedade civil] deu as boas

vindas à delegação e ressaltou a importância do intercâmbio, que possibilita contatos e reforça os laços de amizade entre o Brasil e a Itália.

Durante a permanência em São Caetano, a delegação visitou o Centro Interescolar Alcina Dantas Feijão. Acompanhados pelo assessor

Acervo: Raízes



Visita às dependências da Escola Senai

Acervo: Raízes





A Delegação italiana nas dependências do CIM Alcina Dantas Feijão

cultural da Prefeitura de Vittorio Veneto, e pelo presidente do Circulo Italiano de São Caetano do Sul, Antonio de Fabrizio, os estudantes tomaram conhecimento do projeto denominado Escola do Futuro, desenvolvido através de um convênio com a Universidade de São Paulo.

Também a Escola de Ecologia Jânio da Silva Quadros foi ponto de atração, onde os visitantes receberam explicações sobre a função e as atividades desenvolvidas pela escola e também sobre os diversos tipos de plantas, a maioria desconhecida para os italianos.

Os estudantes tiveram oportunidade de conhecer também as instalações da Imesca, onde foram recepcionados pelo diretor Péricles Arcuri Gastaldo. Na Escola Senai Armando de Arruda Pereira, conheceram as instalações da escola, com explicações a respeito do sistema de ensino direcionado para a parte técnico-in-

dustrial, e os laboratórios de Informática.

Nas dependências do Sesi Theobaldo de Nigris, em Santo André, participaram de uma reunião com um grupo de Jovens Empresários do Futuro (Fiesp), coordenada por Ricardo Su-

kadownik Filho. Outro ponto de visitação foi o Terminal da Petrobrás em São Caetano do Sul, onde, entre outras coisas, visitaram a área operacional.

Dirigentes e sócios do Circulo Italiano e autoridades municipais ofereceram, na sede da entidade, uma recepção à delegação de Vittorio Veneto. Na oportunidade, o prefeito Antonio Dall'Anese comunicou a abertura de licitação para o início de obras da nova sede do Circulo, e, ainda, a provável entrega do prédio até o final de 1995. O prefeito Antonio Dall'Anese, durante a recepção, entregou à delegação um exemplar de jornal com a publicação do Edital de Licitação para o início de obras do prédio do Circulo e ainda, fazendo uso da palavra, destacou a importância do intercâmbio, estabelecido entre as duas cidades, que possibilita a troca de experiências e a formação cultural.

Acervo: Raízes



Visita ao terminal da Petrobrás, em São Caetano

Acervo: Raízes



Estudantes no interior da empresa Imesca, em São Caetano.....

Acervo: Raízes



e nas dependências do Sesi Theobaldo de Nigris, em Santo André

Congresso de História do ABC abre os festejos de São Caetano

Acervo: Raízes

Os festejos comemorativos dos 117 anos de fundação de São Caetano foram abertos no último dia 6 de julho com o III Congresso de História do ABC, nas dependências do Instituto Municipal de Ensino Superior. O congresso teve como objetivo retratar a formação histórica do Grande ABC e abordou o tema À Sombra das Chaminés (A produção da cultura no ABC), dando ênfase à importância da industrialização do Município de São Caetano.



Mesas-redondas, conferências e exposição marcaram as atividades

A cada dia foi realizada uma conferência, com início às 10h00 horas, no auditório do IMES. As conferências foram as seguintes: no dia 6 de julho, Memória e Cultura, tendo como conferencistas os professores José Sebastião Witter e Aleksandar Jovanovic, da Universidade de São Paulo, tendo o diretor do IMES, professor Marco Antonio Santos Silva, como mediador; no dia 7 de julho, Memória e Trabalho,

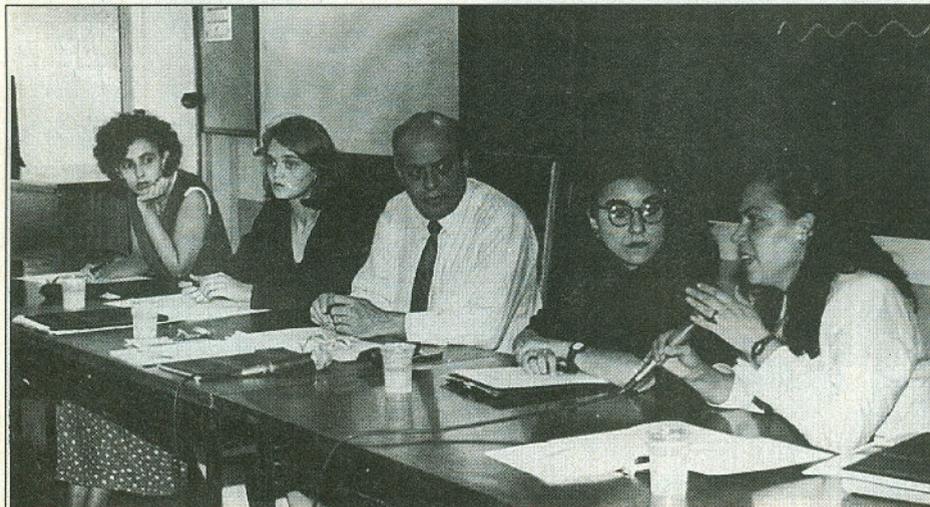
tendo como conferencistas os professores He-loísa Martins e Luiz Roberto Alves, da Universidade de São Paulo e a professora Márcia Gallo, diretora de Educação e Cultura de São Caetano, como mediadora; no dia 8, Memória, Meio Ambiente e Qualidade de Vida, tendo como conferencistas Édís Milaré, secretário de Estado do Meio Ambiente e o ex-prefeito de Santo André, Antonio Pezzolo, tendo como

mediador o jornalista Alexandre Polesi, diretor de Redação do jornal Diário do Grande ABC.

Mesas-redondas

Logo após a conferência, houve a instalação de painéis e 10 mesas-redondas, também realizadas no IMES, às 14h30 horas, onde foram abordados os seguintes sub-temas: dia 6 de julho - Imagens e movimentos (coordenação do professor Antonio de Andrade, do Instituto Metodista de Ensino Superior, com a participação de Carlos Miranda, Atilio Santarelli e Mário Del Rey); As Relações Humanas no Processo de Produção (coordenação do professor Alexandre Takara, do Instituto Metodista de Ensino Superior e Colégio Singular e participação de Luiz Carlos Gianello, Fuad Sayar e Antonio Possidônio) e, Clubes de Serviços (coordenação de Henry Veronesi, membro do Conselho Editorial da revista Raízes e participação de Philadelpho Brás, do Grupo Independente de Pesquisa da Memória do ABC, Urames Pires dos Santos, Gilberto Toni e Victor Matsudo); dia 7 de julho -Produção Solitária, Produção Solidária (coordenação da escritora

Acervo: Raízes



do III Congresso de História do ABC, promovido em São Caetano,



Dalila Teles Veras e participação de Manuel Reis, Sonia Ramos, Aristides Deodoro, Paula Caetano e Rinaldo Gissoni); Raízes e Conflitos Culturais no Processo Migratório (coordenação do professor Gilberto Alves e participação de Gisela Saar , Constantino Agazzi e Giuseppe Casù); Família (coordenação do advogado Glenir Santarnecchi, com a participação de Carla Cristina Garcia, Dagmar Silva P. de Castro, Mônica de Souza e D. Claudio Hummes); dia 08 de julho - Teatro (coordenação do pesquisador Paschoalino Assumpção, do Grupo Independente de Pesquisa da Memória do ABC e participação de José Armando Pereira da Silva, Antonio Assumpção, Wilson de Souza e Milton de Andrade); Imprensa: A crônica do dia-a-dia (coordenação do jornalista Ademir Médici e participação dos jornalistas Humberto Pastore, Aleksandar Jovanovic, Carlos Laranjeira e Nicola Tortorelli) e, Cultura das Ruas (coordenação de Arlete Cruz, do Serviço de Documentação da História Local da Prefeitura de São Bernardo e participação Elmir de Almeida, da Fundação Santo André, Luciano Nordelli, da Unifec, Valter Gomes Miranda, da Prefeitura de São Bernardo e Maria Helena V. Villar).

Painéis

No dia 6 de julho, às 17h30 horas, nas de-

pendências do SESC- São Caetano foi realizada a abertura da exposição fotográfica Imagens Ocultas. Às 18h00 horas, foi instalado um painel sobre o tema Música (coordenação do teatrólogo Milton Andrade e participação de Gonçalo Luiz Labrada, do maestro Flávio Florence de Barros, Ireldo Assis e César Augusto Nemitz Silva ; a seguir houve apresentação de números musicais. Nos dois dias seguintes, no mesmo horário, foi feita a apresentação de vídeos sobre a região do ABC. Após o vídeo, houve um sarau literário no dia 7, com a parti-

cipação de Ronisley Gonzalos, Maria do Céu Formiga, Judith Villas-Boas, Célio Robusti e Maria das Graças; e no dia 8, as apresentações do Coral Capella Aurea e da Corporação Musical de São Caetano do Sul para o encerramento do congresso.



Acervo: Raízes

Exposição mostra história do rádio

Acervo: Raízes



A Prefeitura de São Caetano do Sul, através da Diretoria de Educação e Cultura realizou, em conjunto com a Secretaria do Estado da Cultura, a Exposição Itinerante História do Rádio no Brasil. A mostra, montada em outubro último, na Biblioteca Municipal Paul Harris, trouxe à cidade vinte painéis fotográficos.

A exposição contou, através dos painéis, toda a história da radiofonia no Brasil, que teve início em abril de 1923 com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada por Roquette Pinto. Os vinte painéis fotográficos apresentaram passagens dos maiores momentos do rádio no Brasil com narrativas sobre o seu desenvolvimento, o papel das grandes emissoras e as causas e conseqüências de sua atuação para a sociedade brasileira.

Foi a terceira exposição itinerante trazida ao Município pelo Sistema de Bibliotecas Públicas, um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e Secretaria do Estado e Cultura. Antes, já estiveram no Município as exposições Meio Ambiente - Orquídeas e Feminismo no Brasil, está realizando simultaneamente mais de 20 exposições em diversos municípios paulistas.

Prefeitura realiza I Conferência Municipal de Educação

Acervo: Raízes



Acervo: Raízes

Mais de 500 pessoas participaram da I Conferência Municipal de Educação, em outubro último, no Teatro Paulo Machado de Carvalho, evento organizado pela Prefeitura de São Caetano, através do Departamento de Educação e Cultura. O objetivo foi avaliar temas propostos pela comunidade escolar e os diversos segmentos sociais envolvidos no processo de educação. Os resultados obtidos nesse encontro servirão de base para a elaboração do Plano Decenal Municipal de Educação. A Lei de Diretrizes e Bases, o Conselho Estadual de Educação e os Conselhos Municipais foram alguns dos assuntos debatidos.

Durante a Conferência, foram organizados grupos de trabalho que se reuniram na Eepsg Eda Mantoanelli e na Fundação Anne Sullivan. O tema que atraiu maior número de participantes foi Sucesso Escolar e Aprendizagem, com 199 inscritos. Os demais assuntos discutidos foram Acesso ao Ensino e Cidadania na Escola; Professores e Profissionais de Ensino; Gesto; Relacionamento com a comunidade e Financiamento e Gastos com Educação.

O professor Célio da Cunha, que representou o ministro da Educação e do Desporto, Murílio de Avellar Hingel, participou da abertura da Conferência, realizando uma palestra sobre o Plano Decenal de Educação. Em seu discurso, lembrou um pouco da história da Educação e elogiou o trabalho que vem sendo realizado pela Prefeitura de São Caetano, citada no relatório da



Unicef como uma das cidades que oferece melhores condições de educação aos seus municípios. Na oportunidade, o vice-prefeito Iliomar Darronqui [que representou o prefeito Antônio Dall'Anese], a diretora do Departamento de Educação e Cultura, Márcia Gallo e o delegado de ensino de São Caetano, Paulo do Carmo Beolchi, fizeram uso da palavra.

Fundação Pró-Memória promove exibição de vídeos sobre o Município

Acervo: Raízes



A Fundação Pró-Memória e o Sesc realizaram, no último dia 19 de novembro, o evento Vamos falar de São Caetano, que objetivou resgatar informações históricas da cidade. O encontro, aconteceu no Sesc São Caetano, oportunidade em que foram também exibidos vídeos históricos sobre São Caetano, nas décadas de 30 e 50. A programação incluiu filmes sobre as inaugurações do Cine Max (1938), do Cine Vitória (1953) e o documentário São Caetano, o Príncipe dos Municípios (1950-1958). Todos os vídeos exibidos eram em preto e branco, narrados por Moraes Sarmiento. A seguir, houve debates e tomada de depoimentos que integrarão o acervo da Fundação Pró-Memória e da revista Raízes.

São Caetano comemora 46º aniversário de autonomia

São Caetano do Sul comemorou, em outubro último, o 46º aniversário de autonomia político-administrativa. As comemorações, com a presença do prefeito Antônio Dall'Anese, foram iniciadas na Igreja da Sagrada Família, onde o padre Ézio Gislimberti celebrou missa em ação de graças. Em seguida, foram prestadas homenagens aos autonomistas, na Praça Cardeal Arcoverde.

Durante as comemorações, o prefeito pediu que o autonomista mais idoso, Avelino Benedicto Polli (92 anos), depositasse flores no monumento aos autonomistas. Na oportunidade, Dall'Anese fez um breve discurso destacando a importância do movimento, sonhado desde a década de 1920 e que culminou com a emancipação do Município, em 1948. Para o prefeito, foi graças a cada um dos autonomistas que a cidade pôde chegar onde chegou, com a liberdade conquistada por pessoas realmente interessadas no desenvolvimento de São Caetano.

Entre os autonomistas presentes estava a primeira vereadora do Município, Olga Montanari de Mello, que fez uso da palavra. Em seu discurso, a ex-vereadora destacou a cidade hoje - sua infra-estrutura e tudo o que se fez para alcançar a posição de destaque que São Caeta-

no ocupa, começando pela luta em prol da emancipação político-administrativa. Destacou ainda em um breve histórico os acontecimentos que culminaram com o plebiscito de 24 de outubro de 1948 e o início do movimento emancipacionista na década de 20, liderado pelo engenheiro Armando de Arruda Pereira e na década de 40, após a queda do presidente Getúlio Vargas, com diversos acontecimentos políticos na cidade. Enfatizou, ainda, a importância da fundação do Jornal de São Caetano e a criação da Sociedade Amigos de São Caetano do Sul, que muito contribuíram para a realização do sonho autonomista. O presidente da Fundação Pró-Memória, Oscar Garbelotto, lembrou a posição

dos líderes autonomistas e a participação de suas famílias neste ideal.

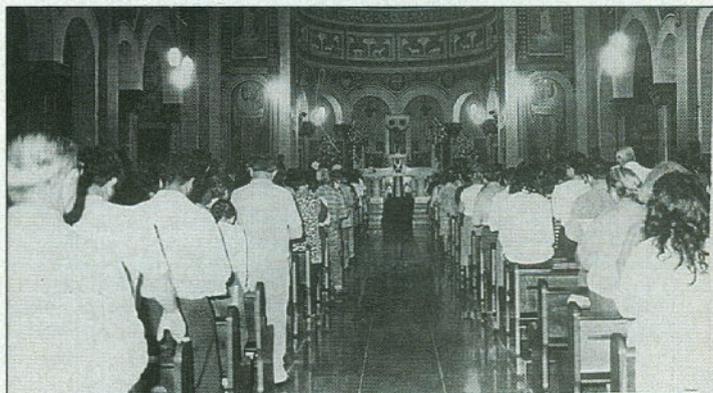
Estiveram presentes ao evento, entre outras autoridades o vice-prefeito, Iliomar Darronqui; os vereadores Pedro Antônio Batissaco e Eduardo Agostini; a diretora de Educação e Cultura, Márcia Gallo; a diretora do Museu Histórico Municipal, Sônia Xavier e os autonomistas: Mário Porfírio Rodrigues; Oswaldo Bisquuolo; José Astolphi; Jaime da Costa Patrão; Olindo Guaglia; Ettore Dall'Mas; Fábio Vieira de Souza; Cláudio Perrella e Paulo de Oliveira Pimenta.



O prefeito Antonio Dall'Anese comandou as homenagens



Autonomistas da cidade, na Praça Cardeal Arcoverde



Missa celebrada na Matriz da Sagrada Família

Natal: Oficinas e Exposição

Acervo: Raízes



Primeira-dama da cidade, Ida Martha Dall'Anese, inaugurou a exposição de Natal nas dependências da Fundação Pró-Memória

A Fundação Pró-Memória e o Sesc São Caetano promoveram, em outubro e dezembro últimos, o projeto Tardes de Contar Histórias - Festas Natalinas e uma exposição natalina, respectivamente. Grupos da Terceira Idade, participaram de oficinas nas dependências da Pró-Memória, onde foram registradas as lembranças de Natal: comidas, enfeites, preparativos e músicas.

As oficinas, divididas em depoimentos, imagens e objetos, tiveram como resultado a Exposição de Natal, realizada entre 9 e 15 de dezembro últimos.

A primeira-dama, Ida Martha Dall'Anese, inaugurou a exposição O Natal entre Quatro Paredes.

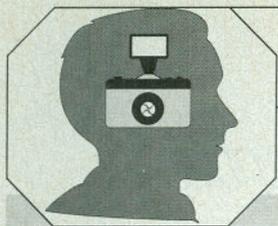
Os objetos, confeccionados por antigos moradores do Município, ficaram expostos na sede da Pró-Memória.

O presidente da Fundação Pró-Memória, Oscar Garbelotto, elogiou os trabalhos dos antigos moradores e afirmou, na oportuni-

de, que “a exposição é resultado de pessoas que tiraram do fundo de suas almas e suas memórias algo puro, e transformaram em objetos tocantes”.

Além dos trabalhos realizados pelos participantes das oficinas Tardes de Contar Histórias de Natal, foi montado um presépio mecanizado do mestre Molina.

Durante a abertura, o Coral Capella Áurea, composto por 23 integrantes, sob a regência de Lenen Gimenez, apresentou treze canções natalinas de vários países do mundo.



MEMÓRIA FOTOGRÁFICA

Acervo: Fundação Pró-Memória



Capela que pertenceu ao filho do curandeiro Vicente, Bento Rodrigues Vieira, situada onde hoje é a praça Francisco Pires, no final da Alameda Cassaquera. A capela existiu até o início dos anos 70, quando foi demolida pela família. Estima-se que a presente foto seja dos anos 40, quando Bento Rodrigues Vieira ainda substituíra ao pai (falecido em 9 de março de 1925) na recepção de peregrinos à procura de graças e cura para as suas doenças

Acervo: Fundação Pró-Memória



Fundadores, acionistas majoritários diretores do Banco São Caetano S.A., antiga Casa Bancária de São Caetano S.A., hoje Banco Bamerindus, todos falecidos. Da esquerda para a direita: Salvador Campanella, Giacomo João Lorenzini, ex-vereador e ex-vice-prefeito e Celso Wladimir Marchesan



Leonilda Veronesi Fernandes, uma das mais idosas sobreviventes de São Caetano, nascida em 7 de dezembro de 1898, com seu filho Galaorte Fernandes (falecido), em fotografia de 1936



Nesse fundo de quintal, à rua Guaicurus, aparecem as crianças e jovens da família Hernandes. Em pé, Pedro Hernandes e a jovem senhora Vitória Hernandes Oberling, com as filhas Piedade (esquerda) e Gilda (direita). Ao fundo, forno de tijolos utilizado na época para assar pão e pernil (fotografia original de Vitória Oberling)



Acervo: Fundação Pró-Memória

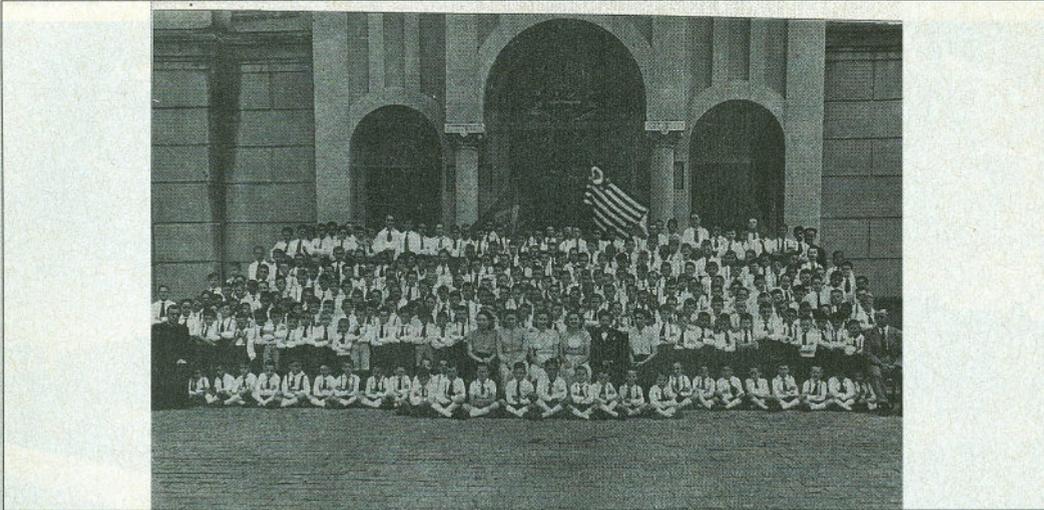


Foto de 1934: membros da família Zambotto aparecem diante do rio dos Meninos, de frente à antiga fábrica de Sulfureto da Matarazzo. 1 - Constante Zambotto, 2 - Inês, 3 - Dirce, 4 - Mercedes, 5 - Idalina Zambotto, 6 - Vernir Zambotto. [foto original: Vernir Zambotto].

Acervo: Fundação Pró-Memória



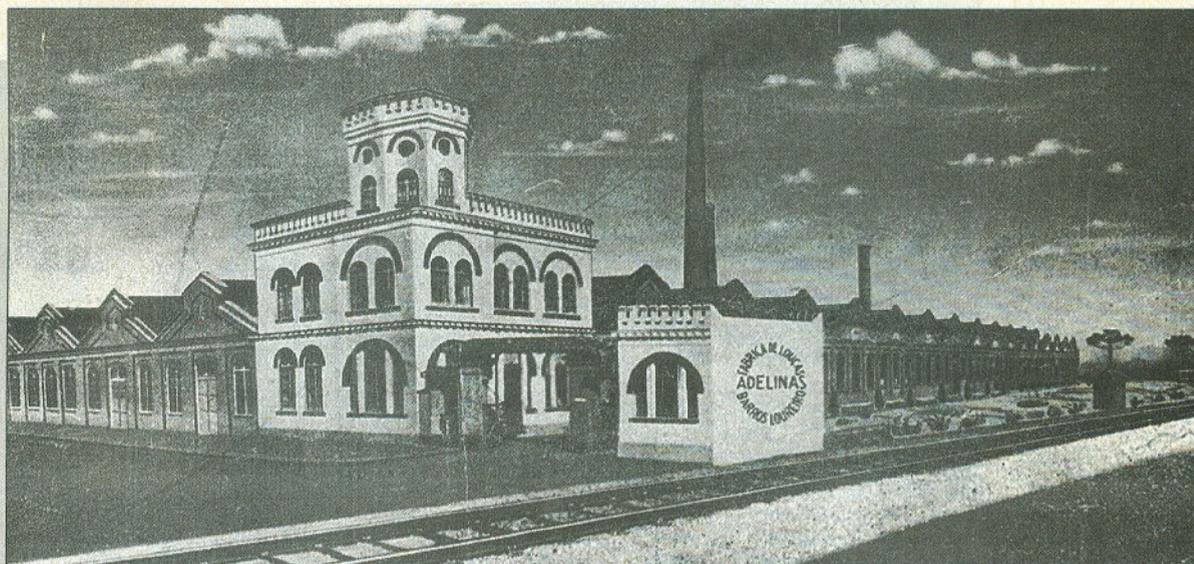
Em 1942, os veteranos do Flor do Mar Futebol Clube participaram de um festival de futebol, no campo do São Caetano Esporte Clube, localizado entre as ruas Paraíba e Major Carlos Del Prete, onde hoje se localiza uma concessionária de veículos da Volkswagen. Na foto, os jogadores aparecem perfilados na seguinte ordem [da esquerda para direita]: 1 - Joaquim Marcílio (goleiro), 2 - Bernardino Borges, 3 - Joaquim Pinto, 4 - Julio Gordezani, 5 - Etalcídio Zemtzer (Pacheco), 6 - Humberto Cecatto, 7 - Luiz Tavares, 8 - Rubens Daré, 9 - Leoni, 10 - Biaggio Cersosimo, 11 - Américo Scarcozzani (original: Henry Veronesi)



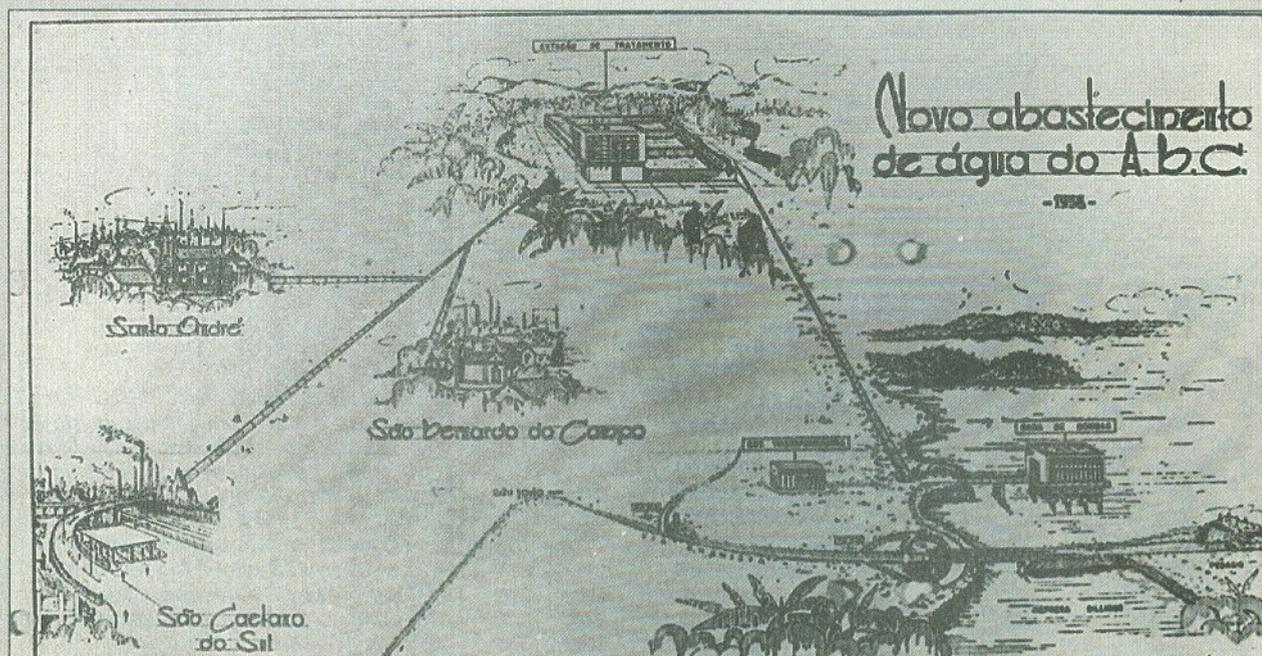
Professores e alunos da Escola Paroquial Sagrada Família, em 9 de setembro de 1949. A escola funcionava junto à Matriz da Sagrada Família, dirigida pelo professor Verino Segundo Ferreri, que aparece sentado à direita da foto. À esquerda, aparece sentado o padre Aldo. No centro da foto aparecem as professoras na seguinte ordem, [da esquerda para direita]: Irani Saraiva, Maria Bernadette, Eunice Saraiva, Anita Grecco, Olga Montanari de Mello, Helena de Freitas. Em 1961, o nome da escola foi mudado para Instituto de Ensino Sagrada Família; em março de 1994, ela completou 55 anos de existência e hoje é mantida pela Associação dos Estigmatinos para Educação e Instrução Popular. [original: Olga Montanari de Mello].



Escola Estadual de 1º Grau Bartolomeu Bueno da Silva, em foto de agosto de 1955, quando era o mais imponente edifício público de São Caetano do Sul. A escola foi instalada em 27 de junho de 1927, à rua Monte Alegre, 35, sob o nome de Segundo Grupo Escolar de São Caetano do Sul. O prédio atual, localizado à rua Maranhão, 22, foi entregue pela administração do prefeito Anacleto Campanella ao primeiro diretor da escola, professor Dario de Almeida Dias, em 29 de outubro de 1954. O painel de azulejos na lateral do prédio, denominado Anhanqüera é de autoria de Jayme da Costa Patrão, artista plástico e conselheiro da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Nas décadas de 30 e 40, poucos sancaetanenses deixaram de trabalhar na famosa Louças Adelinas. Em 1937, havia ali 1200 operários, produzindo uma média de 18 milhões de peças, vendidas em todos os pontos do país. A fábrica pertencia ao imigrante português Manoel de Barros Loureiro, e era administrada pelos filhos Manoel de Barros Loureiro Filho e Plínio de Barros Loureiro. O diretor industrial era Jorge Pacheco e Silva; o diretor técnico, Mário Zappi, e o chefe de contabilidade, Antonio Villela Júnior. A fábrica ocupava uma área de 80 mil metros quadrados entre as ruas Conselheiro Antonio Prado, (paralela à estrada de ferro), Pernambuco, e Paraíba, onde hoje se localiza o terceiro módulo do Terminal Rodoviário de São Caetano. [original: Noêmia Rodrigues Rezende].



Em 1958, o Departamento de Águas e Esgotos do Estado de São Paulo, publicou um folheto explicativo sobre o abastecimento de água na região do ABC. Em trabalho feito a bico de pena, assinado por Curti, o desenho mostra como a água era captada na represa Billings e, a seguir, bombeada para a estação de tratamento, distante 2 quilômetros da casa de bombas [situada a uma altura de mais de 110 metros do nível da represa], onde era tratada e levada às cidades do ABC através de canalização que se estendia por quase 19 quilômetros de comprimento. Naquela época, o governador do Estado de São Paulo era Jânio Quadros; o prefeito de Santo André, Pedro Dell'Antonia; o prefeito de São Bernardo, Aldino Pinotti, e o de São Caetano, Oswaldo Massei. [original: Professor Benedito de Moura Branco]



Ano de 1952: a professora Belize Saraiva junto aos seus alunos do 4º Ano Misto A, do Grupo Escolar Sylvio Romero. Belize é filha do professor Allyrio Barbosa de Saraiva, primeiro diretor do Grupo Escolar da Vila Barcelona que, em 1938, funcionava à Avenida Goiás, 121. Junto com a fotografia, a professora Belize enviou para a Raízes uma carta recebida dos alunos, em 15 de outubro de 1953, cujo teor é o seguinte: "São Caetano do Sul, 15 de outubro de 1953. Bondosa D. Belize, neste maravilhoso dia, 15 de outubro, consagrado ao professor, não poderíamos, como seus ex-alunos, deixar de vir cumprimentá-la. Apesar de pouco nos vermos, queremos que a nossa querida D. Belize saiba que nunca esquecemos seus sãos e belos ensinamentos, bem como sua bondade, carinho e dedicação. A Senhora sempre foi para nós uma professora exemplar e amiga. Queria receber, portanto, nossos mais efusivos cumprimentos que emanam do nosso sincero e jovem coração. Que Deus sempre a ouça e seja bem feliz, juntamente com as crianças que desfrutam a alegria e prazer de serem seus alunos. Um abraço saudoso e agradecido de seus ex-alunos: Antonio Gonçalves, Darci De Marchi, Helio Pezzo, Leonildo Lopes, Sebastião Compi, Péricles Jesus Rinaldo, Oscar Idller. 4º Ano Misto A". [original: Belize Saraiva]



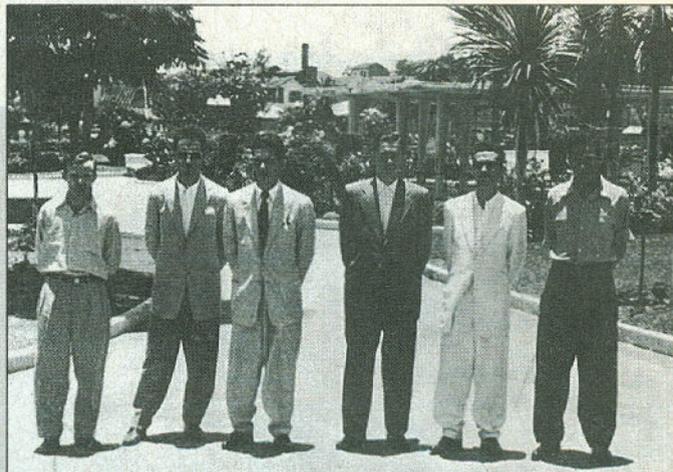
Giopato Soldá e seu filho, Mario José Soldá, passeiam pelo jardim Primeiro de Maio, em 1955. Ao fundo, podem ser observadas as antigas casas da rua Manoel Coelho, e o terreno em que hoje está localizada a EMEI Primeiro de Maio



Acervo: Fundação Pró-Memória



Foto de 1923. Aparecem os irmãos Zambotto, filhos de José Zambotto e Elvira Giro Zambotto. Em pé: Laurinda Zambotto e Idalina Zambotto. Sentados: Vernir Zambotto, (na mesinha) e Marcelo Zambotto (na cadeira). José Zambotto nasceu em Itatiba, em 1888, e veio para São Caetano em 1920. Começou a trabalhar na Giorgi & Picossi; depois transferiu-se para a Estrada de Ferro SPR, tendo morado nas casinha ao lado da estação até 1940, quando faleceu. A esposa, Idalina, participou de todas as festas beneficentes para a construção da Matriz Sagrada Família e do Hospital São Caetano. Laurindo Zambotto, que aparece na foto, ficou muito conhecido na década de 30, em São Caetano, por ser ator, e participar de todos os eventos teatrais da época (doação: Vernir Zambotto)



Jardim Primeiro de Maio, antes da duplicação da Avenida Goiás; aparecem, ao fundo, o antigo Correio e o relógio, onde hoje está localizado o posto telefônico da Telesp. Da esquerda para a direita: 1 - João Russo, 2 - Osmar Fernandes, 3 - Rubens Fernandes, 4 - (?) Van Johnson (apelido), 5 - Jairo Fernandes, 6 - Ezio (?) [original: Jairo Fernandes]. J

Album de São Bernardo



Em 1937, quando São Caetano era distrito de São Bernardo, existia à rua João Pessoa, 10, uma agência da Prefeitura de São Bernardo, cujo objetivo era o de receber impostos, efetivar uma fiscalização geral e tomar providências para a conservação de ruas e estradas. Na foto de João Neto Caldeira, publicada no Album de São Bernardo (1937), aparece o edifício da Agência Municipal e os nove funcionários que ali trabalhavam. Em pé, da esquerda para a direita: Otacílio Faustino (motorista); Casério Veronesi (fiscal de obras); Natal Martinetti (contínuo); Luiz Bálamo (feitor de turma); Sebastião Antonio da Silva (zelador do cemitério); Norberto Antonio de Oliveira (fiscal sanitário). Sentados [da esquerda para a direita]: Luvigino Nery (3º escriturário recebedor); José Américo Garcia (fiscal do distrito) e Carlos Pezzolo (escriturário)



O Jardim da Luz, em São Paulo, era um dos locais preferidos pelos moradores locais para seus passeios aos domingos por causada beleza dos jardins e pela felicidade do transporte: os trens da SPR. O Jardim da Luz oferecia recantos belíssimos e lazer constante. Ficaram famosos os festivais de bandas que obrigava e foi lá que a Banda Casa de Savóia, sob a regência do maestro Gioacchino Cappocio apresentou - com muito sucesso - muitas vezes. Era, talvez, o Parque Ibirapuera atual. Na foto, da década de 1910, posam membros da família Torricasa, de São Caetano, com seus trajes domingueiros (original: Nordeman Ascêncio).

Acervo: Fundação Pró-Memória

Jogadores do Atlético Corinthians de São Caetano, perfilados no campo do Cerâmica, em 1938. Era um festival, evento que reunia vários clubes para a disputa de uma taça. Nesse dia, o Corinthians de São Caetano derrotou o União Operário do bairro do Brás por 1 x 0. Da esquerda para a direita: 1 - Octávio Fiorotti, 2 - Albino Demo, 3 - Bisoca, 4 - Chico Mendes, 5 - Rafael Timpani, 6 - Cesar (?), 7 - Atílio Boscoli, 8 - Humberto Lodi, 9 - Antonio Silva, 10 - Dedão (?), 11 - João Guíta (Maninho), 12 - Fernandes, 13 - Sebastião (goleiro), agachado (doação: Octávio Fiorotti).



Acervo: Fundação Pró-Memória



A rua Eduardo Prado, em 1957. À direita, a área que seria transformada no Espaço Verde Chico Mendes. Ao fundo, a mata, ainda existente na época, das casas da Cerâmica (original: José Crocco).



Aristides Sandrão e João Gameiro, em 1957, na rua Eduardo Prado. À direita, o local onde se situa o Palácio da Cerâmica (original de José Crocco).

Acervo: Fundação pró-Memória



José Crocco passeando em sua bicicleta pela rua Eduardo Prado, em 1953 (original de José Crocco)

Acervo: Fundação Pró-Memória



Foto de 1952, no Clube da General Motors em São Caetano. Em churrascada de confraternização entre os funcionários da Seção de Compras da General Motors e fornecedores, aparecem as seguintes pessoas: 1 - ?, 2 - Martinelli, 3 - ?, 4 - Salvador Satriani, 5 - ?, 6 - Joaquim Amorim, 7 - ?, 8 - Perez (fornecedor), 9 - Isaías Polido Nieto (doação: Isaías Polido Nieto)



Na foto de 1945, aparecem Marcelino Rodrigues (1897 - 1985) e sua esposa Rosa Navarro (1900 - 1965) juntos com as filhas Ângela Rodrigues (à esquerda) e Carmem Rodrigues (à direita). Foto tirada na residência de Marcelino, à rua Prudente de Moraes, 87, antiga Vila Paula, atual Bairro Santa Paula. Marcelino Rodrigues nasceu na Espanha, em 1897, e chegou ao Brasil em 1908. Primeiro, foi para a cidade de Atibaia. Em 1924, veio para São Caetano do Sul, tendo trabalhado como operário na Siderúrgica São Francisco, Mecânica Geral do Brasil, e setor de carrocerias na General Motors. Aposentou-se na Siderúrgica São José como forneiro da laminação (doação: Francisco Rodrigues).



Trecho extinto da rua Conselheiro Antonio Prado, no centro de São Caetano. A foto [de 1973], tirada pouco antes da demolição das casas comerciais, mostra o quarteirão entre a Avenida Francisco Matarazzo e a rua Manoel Coelho. Do outro lado desta rua, havia apenas um alambrado, separando a rua dos trilhos da estrada de ferro. Nesse local existe hoje o segundo módulo do Terminal Rodoviário, usado para embarque dos passageiros das linhas urbanas. As lojas comerciais da foto foram identificadas por Tihany Tereskovac (Pedrinho Alfaiate) e aparecem na seguinte ordem de cima para baixo: Padaria Trianon (esquina da Avenida Francisco Matarazzo); Relojoaria de Alfredo De Cillo; Alfaiataria Colméia, de Antonio De Cillo (junto à pensão); Mário Mori; Pastelaria do Chinês (?); Casa de Enxovais de Luiz Mori; Relojoaria do Gallo; Alfaiataria São Jorge - de Tihany Tereskovac; Bar deo Fernando Pugliane; Loja do Japonês (?); açougue de Roberto e Moacir Torossiam; Loja Mello; Ótica Viaduto (depois, Lotérica); Casa Cleise; Loja de Calçados Afanásio (?); Merceria do João; Loja de Vitor Primo (cutelaria e peças de fogão) e, finalmente, em frente à banca de jornais, o Bar do André e Joaquim Magalhães, já na esquina da Rua Manoel Coelho. (doação: Tihany Tereskovac (Pedrinho Alfaiate).

